

**DOGLAS CESAR LUCAS**

**DESOBEDIÊNCIA CIVIL E NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS:  
A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DO DIREITO**

Florianópolis, 2001

**DOGLAS CESAR LUCAS**

**DESOBEDIÊNCIA CIVIL E NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS:  
A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DO DIREITO**

Dissertação de mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Direito  
da Universidade Federal de Santa Catarina  
como requisito parcial para obtenção do  
grau de Mestre em Direito.

**Orientador:**  
**Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer**

Florianópolis, dezembro de 2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PROGRAMA DE MESTRADO  
TURMA ESPECIAL - CONVÊNIO UFSC/IESA

**DESOBEDIÊNCIA CIVIL E NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS:  
A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DO DIREITO**

**DOGLAS CESAR LUCAS**

Essa dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de mestre em Direito e aprovado pelo curso de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, dezembro de 2001

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof. Dr. Antônio Carlos Wolkmer - Orientador

Prof. Dr. Darcísio Corrêa

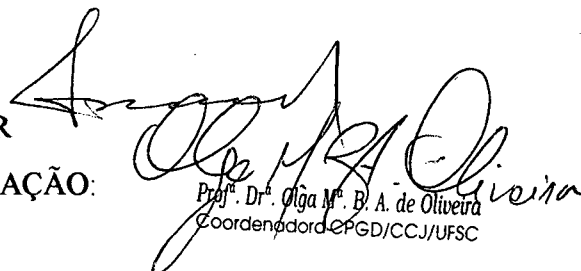
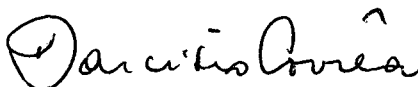
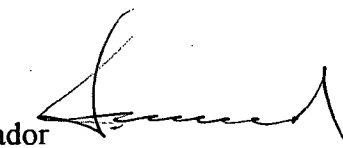
Prof. Dr. Osvaldo Agripino de Castro Júnior

**PROFESSOR ORIENTADOR:**

Prof. Dr. ANTONIO CARLOS WOLKMER

**COORDENADOR DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO:**

Prof. Dr. CHRISTIAN GUY CAUBET



Prof. Dr. Olga M. B. A. de Oliveira  
Coordenadora de PGD/CCJ/UFSC

**Aos defensores da justiça social.**

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Tolentino e Elenir, sempre presentes em todos os passos de minha vida, pelo carinho e pelos ensinamentos transmitidos.

Aos meus irmãos, Luciane e Luiz Otávio, pelo afeto compartilhado.

À adorada Fernanda, pelo amor e pelo prazer de tua presença.

Ao Prof. Dr. Antônio Carlos Wolkmer, pela orientação e pela compreensão.

Ao amigo Prof. Dr. Darcísio Corrêa, pelas sugestões ao presente trabalho e pelos estímulos transmitidos desde o início de minha caminhada como docente.

Ao Departamento de Estudos Jurídicos da UNIJUÍ, pelo apoio financeiro.

*"Amo a vida  
que é cheia de crianças, de flores  
e de mulheres, a vida,  
esse direito de estar no mundo,  
ter dois pés e mãos, uma cara  
e a fome de tudo, a esperança.  
Esse direito de todos que nenhum ato institucional ou constitucional  
pode cassar ou legar.  
Mas quantos amigos presos!  
quantos em cárceres escuros  
onde a tarde fede urina e terror.  
Há muitas famílias sem rumo esta tarde  
nos subúrbios de ferro e gás  
onde brinca irremida a infância da classe operária.  
Estou aqui. O espelho  
não guardará a marca deste rosto,  
se simplesmente saio do lugar  
ou se morro se me matam.  
Estou aqui e não estarei, um dia, em parte alguma.  
Que importa, pois?  
A luta comum me acende o sangue e me bate no peito  
como o coice de uma lembrança."*

(Trecho do poema *MAIO 1964* de Ferreira Gullar)

## RESUMO

A presente dissertação pretende demonstrar que a desobediência civil e os novos movimentos sociais se consubstanciam em mecanismos alternativos de exercício da cidadania no contexto de crise das instituições jurídico-políticas da modernidade, capazes de radicalizar a democracia com a criação de espaços não-institucionais de participação popular e de resistência à injustiça da lei e das medidas governamentais. Para tanto, a pesquisa bibliográfica resgata a natureza histórica e os fundamentos da desobediência civil com o objetivo de demonstrar que a resistência à opressão é uma constante na história da humanidade, bem como destacar a existência de elementos específicos que diferenciam a desobediência civil de outras formas de resistência. O estudo percorre as justificativas correntemente apresentadas para legitimar a desobediência à lei, sugerindo que o problema da desobediência civil só é pertinente quando transcendido o paradigma positivista e admitido que as justificativas do Estado ultrapassam a fronteira de seu ordenamento jurídico e reconhecem os princípios morais, éticos e políticos como imprescindíveis a sua legitimidade. O momento seguinte expõe os novos movimentos sociais como sujeitos coletivos que potencializam uma nova dinâmica política capaz de criar espaços de participação popular fora do ambiente institucional e de estabelecer novos padrões de juridicidade, apresentando-se como alternativa para a crise de representatividade e como mecanismo de atualização das demandas sociais junto ao Estado. O estudo preocupa-se em esclarecer que a cultura intervencionista e paternalista do Estado brasileiro fez aparecer, no final dos anos 70, movimentos sociais como organizações direcionadas para inventar espaços de debate e contrapor-se ao autoritarismo do regime militar em busca de melhores condições de vida. Por fim, o trabalho destaca a desobediência civil como um instrumento alternativo à disposição dos movimentos sociais para denunciar a crise de legitimidade que assola as instituições modernas e para provocar o debate público necessário para reformulação de políticas e leis consideradas injustas. Nessa linha, as ocupações de terra realizadas pelo MST, principal movimento social brasileiro da atualidade, são analisadas como manifestações de desobediência civil que pretendem a reformulação da política agrária. A pesquisa permite concluir que a desobediência civil e os movimentos sociais são categorias importantes para construir relações democráticas imprescindíveis para regeneração e reafirmação do Estado democrático de direito.

## **RESUMEN**

El objeto del presente trabajo pretende demostrar que la desobediencia civil y los nuevos movimientos sociales representan mecanismos alternativos de ejercicio de la ciudadanía en el contexto de crisis de las instituciones jurídico-políticas de la modernidad, que sirve para radicalizar la democracia con la creación de espacios no-institucionales de participación popular y de resistencia a la injusticia de la ley y de las medidas gubernamentales. Para tanto, la investigación bibliográfica rescata en la naturaleza histórica y en las fundaciones de la desobediencia civil, con el objetivo de demostrar que la resistencia a la opresión es una constante en la historia de la humanidad, así como destacar la existencia de elementos específicos que diferencian la desobediencia civil de otras maneras de resistencia. El estudio analiza las justificaciones corrientemente invocadas para legitimar la desobediencia a la ley, sugiriendo que el problema de la desobediencia civil sólo es pertinente cuando no trasciende el paradigma positivista y aceptado que las justificaciones del Estado superan la frontera de su ordenamiento jurídico y reconocen los principios morales, éticos y políticos como indispensables para su legitimidad. El momento siguiente expone los nuevos movimientos sociales como potenciales de una nueva dinámica política capaz de crear espacios de participación popular fuera del ambiente institucional y de establecer nuevos modelos del juridicidad, presentándose como la alternativa para la crisis del representatividad y como el mecanismo de poner las demandas sociales en la agenda política del Estado. El estudio se preocupa con aclarar que la cultura intervencionista y paternalista del Estado brasileño hizo surgir, en el fin de los años setenta, los movimientos sociales como las organizaciones direccionadas para inventar los espacios del debate y contraponerse al autoritarismo del régimen militar en búsqueda de mejores condiciones de vida. Finalmente, el trabajo destaca la desobediencia civil como un instrumento alternativo a la disposición de los movimientos sociales para denunciar la crisis de legitimidad de las instituciones modernas y provocar el debate público necesario para la reformulación de la política y de las leyes consideradas injustas. En esa línea, las ocupaciones de tierra logradas por MST, el principal movimiento social brasileño de la actualidad, se analizan como manifestaciones de desobediencia civil en búsqueda de la reformulación de la política agraria. La investigación permite concluir que la desobediencia civil y los movimientos sociales son categorías importantes para construir las relaciones democráticas indispensables para la regeneración y reafirmación del Estado democrático de derecho.



## SUMÁRIO

RESUMO.....	7
RESUMEN.....	8
INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO 1	
NATUREZA HISTÓRICA E FUNDAMENTOS DA DESOBEDIÊNCIA CIVIL..	15
1.1 Resgate histórico do direito de resistência e o desenvolvimento da desobediência civil .....	15
1.2 O desenvolvimento da desobediência civil.....	30
1.3 As diferentes formas de resistência.....	37
1.4 Elementos específicos da desobediência civil.....	43
CAPÍTULO 2	
JUSTIFICATIVAS, POSITIVAÇÃO CONSTITUCIONAL E SANÇÃO DA DESOBEDIÊNCIA CIVIL .....	53
2.1 Desobediência civil como participação política em defesa da legitimidade e da estabilidade constitucional .....	53
2.2 A Justificação jurídica da desobediência civil.....	64
2.3 A positivação constitucional da desobediência civil e do direito de resistência ...	67
2.4 O problema da sanção dos desobedientes civis .....	74

## CAPÍTULO 3

OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS .....	82
3.1 Apontamentos sobre o referencial marxista clássico de movimentos sociais .....	84
3.2. Os Novos Movimentos Sociais e a construção de uma democracia participativa .....	90
3.3 Novos movimentos sociais no Brasil .....	105

## CAPÍTULO 4

DESOBEDIÊNCIA CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS .....	116
4.1 Movimentos sociais, direito e Estado .....	116
4.2 O movimento dos trabalhadores rurais sem terra e a desobediência civil .....	122
4.2.1 Apontamentos sobre as raízes históricas e as características do MST .....	123
4.2.2 As ocupações como manifestação da desobediência civil .....	128
4.3 Desobediência civil e os novos movimentos sociais: a construção democrática do direito .....	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	145

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação pretende demonstrar que a desobediência civil e os novos movimentos sociais se consubstanciam em mecanismos alternativos de exercício da cidadania no contexto de crise das instituições jurídico-políticas da modernidade, capazes de radicalizarem a democracia com a criação de espaços não-institucionais de participação popular e através da resistência à injustiça da lei e das medidas governamentais. Objetiva-se também, apresentar os novos movimentos sociais e a desobediência civil como categorias que contribuem para a elaboração de um paradigma jurídico a partir da construção democrática das demandas sociais.

O estudo, desenvolvido através do método indutivo e de uma abordagem metodológica centrada na pesquisa bibliográfica, sustenta-se na concepção teórica de uma prática democrática alternativa da desobediência civil e dos novos movimentos sociais, admitida como fundamental para a construção democrática e legítima do Estado e do direito. Enfatiza-se, no limiar de todo trabalho, o fundamento popular da constituição do poder político legítimo, caracterizado pela atuação política efetiva dos agentes sociais voltada para a construção de espaços públicos de debate, capazes de elaborarem novos conceitos, de atualizarem as demandas sociais e de definirem novos níveis de legitimidade. Assim, entende-se a desobediência civil e os novos movimentos sociais como categorias importantes no processo de vitalização de espaços democráticos do afazer político e jurídico. Por outro lado, preocupa-se em não negar os méritos da democracia representativa e dos demais conceitos políticos modernos, mas, apenas, de ponderar em cima de duas categorias que podem aprimorar o sentido da prática política e jurídica, resgatando seus níveis de legitimidade. Para atender a tais objetivos o trabalho foi dividido em quatro momentos distintos.

A primeira parte do trabalho contempla uma abordagem sobre a natureza histórica e sobre os fundamentos da desobediência civil. Esse tópico sugere um estudo sobre as origens históricas do direito de resistência como indispensável para compreender o desenvolvimento das diversas formas de contestação ao poder opressor, inclusive da desobediência civil. Importa também, apresentar a destacada contribuição de Thoreau, Gandhi e Luther King para a consolidação de uma teoria da desobediência civil. Ainda nesse capítulo, preocupa-se em destacar os elementos específicos da desobediência civil, para, dessa forma, diferenciá-la de outras modalidades de contestação ao poder.

O segundo capítulo é tributado as justificativas, a positivação constitucional e a sanção da desobediência civil. Pretende-se, inicialmente, demonstrar que a desobediência civil possui uma capacidade de promover a participação política em defesa da legitimidade e da estabilidade do sistema constitucional, portando-se como um instrumento alternativo que valoriza a moralidade coletiva e fomenta o debate público. A desobediência civil é apresentada como parte integrante de uma cultura política madura que não aceita a legitimidade das normas jurídicas em desacordo com os princípios morais espontaneamente aceitos por todos aqueles que compõem o Estado Constitucional.

Ainda no segundo capítulo aponta-se para a justificação jurídica da desobediência civil, seja como exercício de um direito ou como mecanismo de controle de constitucionalidade. Defende-se que a desobediência civil está juridicamente reconhecida como direito não expresso, nos termos do Art. 5º, § 2º, da Constituição Federal Brasileira. Do mesmo modo, a desobediência civil é apresentada como mecanismo de controle de constitucionalidade das leis que, diante da precariedade dos métodos tradicionais, se propõe a reforçar o debate público em torno da interpretação constitucional e da garantia dos direitos fundamentais. O problema da sanção ou não dos desobedientes civis também é objeto desse tópico.

O terceiro capítulo é dedicado aos novos movimentos sociais, eis que são correntemente identificados como os principais sujeitos que utilizam a desobediência civil como estratégia de atuação política. Preocupa-se em demonstrar que os novos movimentos sociais, diferentemente dos clássicos, caracterizam-se pela defesa de uma cultura política participativa e democrática construída fora dos espaços institucionais. Trata-se também de explicitar os novos movimentos sociais como sujeitos coletivos que impulsionam a criação

de novos padrões de legitimidade e juridicidade e que valorizam as demandas sociais coletivamente definidas pela prática política de cidadãos históricos, cidadãos comprometidos com a transformação social. Os novos movimentos sociais brasileiros são apresentados como organizações que aparecem a partir da década de 70 para inventar espaços de debate capaz de contrapor-se ao autoritarismo do regime militar em busca de melhores condições de vida.

No quarto e último capítulo, buscou-se assinalar a importância da proposta política participativa dos novos movimentos no contexto de insuficiência da democracia liberal-burguesa. Diferentemente desta perspectiva de democracia, os novos movimentos sociais inauguram uma dinâmica política participativa capaz de atualizar as demandas sociais junto ao Estado, traduzindo as diferentes lutas e discursos da sociedade civil. Examina-se as ações de ocupação de terras promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como atos de desobediência civil voltados para pressionar as autoridades públicas e sensibilizar a sociedade a respeito do problema agrário brasileiro. Por fim, trata-se de unir as duas categorias para demonstrar a capacidade instrumental da desobediência civil e a potencialidade histórica dos sujeitos coletivos. Procura-se descrever a desobediência civil como instrumento importante para os sujeitos coletivos avaliarem a ação estatal e publicizarem a discussão em torno de certas medidas institucionais que não satisfaz a moralidade construída coletivamente.

Importa ressaltar que o presente trabalho sugere a legitimidade como uma questão aberta, que pressupõe a consideração de uma moralidade publicamente construída, capaz de indicar os níveis de crença e aceitação da sociedade nas instituições jurídico-políticas. Trata-se de refutar o conceito de legitimidade que se reduz à clássica satisfação das condições legal-formais, consubstanciada em cidadãos abstratos e na atividade política passiva. Pretende-se demonstrar que a legitimidade transcende os postulados da legalidade, depositando sua virtude na elaboração de consensos através da atuação dos agentes sociais na construção de seus próprios rumos. No cenário em que a moralidade social passa a ser um referencial para a legitimidade e, inevitavelmente, para a legalidade das normas jurídicas e das medidas governamentais, a desobediência civil é apresentada como necessária para um debate que aproxime legalidade e legitimidade, duas categorias que, desse modo, passam, conjuntamente, a condicionar a aceitação da autoridade por parte dos cidadãos.

Frise-se, por oportuno, que as virtudes da desobediência civil e dos novos movimentos sociais não são caracterizadas como ícones auto-suficientes e capazes de cumprirem com todas as promessas da modernidade. Trata-se, apenas, de reconhecer e explicitar que a capacidade de mobilização, participação e conscientização política são referenciais importantes para o aprimoramento, regeneração e reafirmação do Estado democrático de direito. Assim, o trabalho alicerça-se na possibilidade da participação democrática resgatar a soberania popular e impor novos níveis para avaliação da legitimidade das instituições jurídico-políticas.

## **CAPÍTULO 1**

### **NATUREZA HISTÓRICA E FUNDAMENTOS DA DESOBEDIÊNCIA CIVIL**

#### **1.1 Resgate histórico do direito de resistência e o desenvolvimento da desobediência civil**

Tema dominante e complexo da teoria política, o poder encerra uma dimensão que vai da virtude ao vício; uma força que tanto pode oprimir como libertar. Os fundamentos que o sustentam, a finalidade nele impressa e as condições de sua existência importam diferenças históricas e estruturais. No entanto, é inerente a qualquer espécie de poder o desejo de ser aceito, preservado, obedecido, legitimando uma estrutura social que de certa maneira o constitui.

O poder político integra a relação de forças dos atores sociais, capaz de construir um consenso pela intervenção da força e dos aparelhos ideológicos. Neste contexto ambivalente, a obediência produzida passa a ser encarada pelos indivíduos de menor expressão dentro da relação de forças como o melhor comportamento para evitar retaliações por parte do poder institucionalizado. Enquanto consolidador dessa relação, o poder político convive eternamente com a tarefa de produzir esse consenso e reduzir as incertezas em torno da desobediência, por ser necessária a sua manutenção e reprodução. A força criadora do poder, neste sentido, é reconhecida na disputa entre interesses divergentes, entre grupos, classes, indivíduos, sempre numa dinâmica de aceitação e recusa, de aproximação e afastamento que impõem, pelo consenso, uma racionalidade de obediência.

Os fundamentos desse consenso são os mais variados no decorrer histórico. Perpassa do divino ao secular, recebendo, na atualidade, uma roupagem jurídico-política. Não obstante as inúmeras formas políticas adotadas pelo poder, produtoras de diferentes paradigmas de legitimidade, a temática da resistência continua clássica, eis que clássico é o conflito estabelecido nas relações de ordenar e obedecer, de governar e ser governado. A discussão está centrada na justiça que soberanos e súditos reclamam para sua participação na estrutura política, de modo que este mesmo problema pode ser considerado sob dois ângulos distintos, seja sob o viés do governante, pela perspectiva *ex parte principis* ou sob o viés do governado, na dimensão *ex parte populi*. Destaca Celso Lafer, neste sentido, que

do ângulo dos governantes - classicamente preocupados com a ordem e manutenção de seu poder - (...), a obrigação política traduz-se no dever dos súditos de obediência às leis emanadas do soberano. Já do ângulo dos governados, bem como dos escritores tradicionalmente preocupados com a liberdade, acentua-se, compreensivelmente, não o dever de obediência mas sim o direito de resistência à opressão.<sup>1</sup>

Nas sociedades democráticas a crise de representatividade, as práticas governamentais e as leis injustas mantêm latente a temática da resistência à opressão, deflagrando a precariedade das instituições políticas e o falso consenso que as nutre. O direito de resistência aparece historicamente como exponencial a partir do qual, pode-se dizer, desenvolveram-se novas e distintas formas de recusa à obediência. A compreensão de sua trajetória histórica evidencia a luta promovida a favor da liberdade e da justiça contra diversas formas de estruturação e fundamentação do poder. Serve, da mesma forma, para entender o desenvolvimento da desobediência civil como evolução desta postura contestatória.

Um detalhado estudo sobre a história do direito de resistência pode ser encontrado em Paupério<sup>2</sup>, para quem esse direito resulta da insuficiência das sanções jurídicas institucionalizadas, com o objetivo de evitar a injustiça da lei ou do governo, de modo que

---

<sup>1</sup> LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 187.

<sup>2</sup> PAUPÉRIO, Arthur Machado. *Teoria democrática da resistência*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. O autor percorre, com riqueza de detalhes, a trajetória histórica do direito de resistência. Esta obra, sob o título *Direito político de resistência*, já fora publicada em 1962.



“reconhece-se aos governados, em certas condições, a recusa da obediência”.<sup>3</sup> Afirmar, Paupério, que no código de Hamurabi, cerca de dois mil anos antes de Cristo, encontram-se os primeiros registros do direito de resistência, o qual já previa a rebelião contra aquele governante que não respeitasse os mandamentos e as leis. Comenta que a sociedade ateniense valeu-se da lei do ostracismo para combater a tirania.

Outra referência é a peça grega de Sófocles, *Antígona*, que mostra no diálogo travado entre as personagens Ismene e Antígona a revolta desta contra o decreto do rei Creonte que não deixara sepultar seu irmão Polinice. Sustentando a existência de um direito natural não-escrito, superior às ordens do Soberano, que deve imperar sobre as leis humanas quando com elas colidir, justifica a não-obediência ao Rei quando este agir em desacordo com tal lei maior. Entretanto, diante da tradição do poder tirano, sem limites, pouco desenvolvimento teve na Grécia a teoria da resistência.<sup>4</sup> O mesmo se sucedeu no império romano, apesar de seu direito não desconhecer a legalidade da resistência à injustiça praticada pelo magistrado, que agindo dessa forma teria igualada sua autoridade à de um particular.<sup>5</sup>

Nelson Costa<sup>6</sup> possui outro entendimento sobre as raízes históricas da resistência, as quais, segundo ele, encontram-se em dois institutos da Idade Média. O primeiro refere-se ao dever de fidelidade germânica<sup>7</sup>, a *commendatio*. As relações contratuais que se estabeleciam no mundo feudal entre senhores e vassalos obrigavam este a obedecer fielmente àquele. Ocorrendo, porém, violação dos limites obrigacionais gerava-se o direito de resistir por parte do vassalo. O segundo, o *beneficium*, “determinava que os soberanos

<sup>3</sup> Idem, p.1.

<sup>4</sup> PAUPÉRIO relata que nem mesmo Platão e Aristóteles preocuparam-se com a teoria da resistência. Ibidem. p.30

<sup>5</sup> PAUPÉRIO refere que “Das conhecidas Questões de Farinaccius (n.º XXII, 88-91), depreende-se, aliás, que já o direito Romano não desconhecia inteiramente a legalidade da resistência: ‘Se o magistrado, faltando à justiça, já se não reputa magistrado e passa a não ser mais que um sujeito particular, do mesmo modo como nos é dado resistir a violência que qualquer titular nos faz, lícito semelhante nos será também resistir à injustiça de seus magistrados e oficiais, pois obrando injustamente, não têm, repito, mais autoridade que se meros particulares fossem’”. Ibidem. p. 32.

<sup>6</sup> COSTA, Nelson Nery. *Teoria e realidade da desobediência civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1990. Na primeira parte da obra realiza um trabalho de resgate histórico do direito de resistência e da desobediência civil, reservando um segundo plano para análise das práticas dos trabalhadores sob a ótica da desobediência civil.

<sup>7</sup> COSTA, Nelson. Op. cit., p. 3.

se deviam orientar pelos fundamentos do cristianismo, estabelecidos pela igreja, sob pena de ter uma desobediência justificada".<sup>8</sup>

Os primeiros séculos do cristianismo, para Paupério, difundiram uma cultura de obediência. A tradição do poder com origem divina, pregado, por exemplo, por São Paulo em sua *Epístola aos Romanos*, importava na obediência total a qualquer agente do poder temporal, uma verdadeira condenação do direito de resistir. Apesar dessa doutrina de obediência, destaca que "a história dos primórdios do Cristianismo resumiu-se em apoteótica e heróica resistência, que pode encontrar seu fundamento na resposta dada por São Pedro aos sacerdotes hierosolimitas e consignada nos atos dos Apóstolos (5,29) : 'Mais vale obedecer a Deus que aos homens'".<sup>9</sup> Reconhece, no entanto, que existem reais divergências quanto à temática da resistência ou não-resistência neste período.

Na Idade Média a Igreja assume explicitamente o direito de resistência como doutrina e prática política. A autoridade temporal passa a ser limitada pelo direito, ao qual fica subordinada. Paupério identifica Santo Isidoro de Sevilha como "o precursor das idéias de legitimidade ética da resistência à opressão"<sup>10</sup>, contrariando os que afirmam ter a teoria da resistência nascido com a formação dos princípios democráticos na França.

A partir do século VIII, com as controvérsias ocorridas entre Roma e os príncipes temporais, começa uma campanha aberta em nome do direito de resistência por parte dos prelados. O Direito passa a ser usado como arma política pela Igreja diante do poder civil, com quem se encontrava em crise. "Dentro da doutrina que se passa a generalizar, a Igreja pode depor os reis que traem sua própria missão e dispensar os súditos da obediência aos mesmos".<sup>11</sup> O prestígio da igreja no período medieval fez dela

intérprete do direito das coletividades quando, exercendo ingerência sobre o poder temporal, provocou aqui e ali as chamadas deposições dos soberanos. (...) Durante séculos, em especial no período Carolíngio, o Papa e a alta hierarquia eclesiástica passaram a julgar os soberanos.<sup>12</sup>

<sup>8</sup> Idem. p. 3.

<sup>9</sup> PAUPÉRIO. Op. cit., p. 33.

<sup>10</sup> Idem. p. 37.

<sup>11</sup> Ibidem. p.39.

<sup>12</sup> Ibidem. p.50.

Santo Tomás de Aquino constitui-se importante referência da teoria da resistência para a Idade Média e para o cristianismo. Para ele a origem do poder deve ser encontrada em Deus, que acredita na bondade da sociedade e reconhece na autoridade, no governo, o meio adequado e necessário para desviá-la da anarquia, manter a ordem, enfim, ordenar para o bem comum. Nelson Costa afirma que em Tomás de Aquino o dever de obediência deriva da necessidade de se criar um Estado organizado, capaz de empreender um governo que mantivesse os homens em paz. Assim, mesmo em situações de injustiças promovidas pelo tirano, devia-se a ele obedecer para evitar males maiores, como a anarquia por exemplo.

Para Santo Tomás o melhor de todos os governos é aquele de um só. Todavia, apesar de sua face boa, pode este modelo de governo desvirtuar-se em um regime de tirania. Mesmo assim,

se não for excessiva a tirania, mais conveniente é temporariamente tolerá-la branda, do que, na oposição ao tirano, ficar-se emaranhado em muitos perigos mais graves que a própria tirania. Pode, certamente, acontecer não cheguem a prevalecer contra o tirano os que lhe opõem e assim ele, provocado, se enfureça mais. Se, entretanto, puder alguém vencer o tirano, deste fato mesmo advirão, muitas vezes, gravíssimas dissensões no povo, dado que, durante a insurreição contra o tirano, ou derrubado ele, a multidão se divide em facções, quanto à organização política.<sup>13</sup>

Em vez da resistência, segundo Nelson Costa, Tomás de Aquino defendeu um fortalecimento do poder do rei, sem excluir “o direito de julgar as ações dos governos”, com base na lei natural. Somente seria legítimo o direito de resistência quando a tirania fosse excessiva e a investida contra o tirano fosse uma iniciativa pública – não simples revolta particular -, e desde que esgotados todos os outros meios. Para Tomás de Aquino,

nem se há de julgar que tal multidão age com infidelidade, destituindo o tirano, sem embargo de se lhe ter submetido perpetuamente, porque mereceu não cumpram os súditos para com ele o pactuado, não se portando ele fielmente, no governo do povo, como exige o dever de rei.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> AQUINO, Santo Tomás de. *Escritos políticos de Santo Tomás de Aquino*. Trad. Francisco Benjamin de Souza Neto. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995. (Clássicos do Pensamento Político). p. 139.

<sup>14</sup> Idem. p.140.

Se, no entanto, a um superior pertencer o direito de prover um rei à multidão, deve-se dele esperar uma medida contra a tirania. Como derradeiro recurso, esgotados todos os demais meios humanos, indica o caminho do céu, a ajuda de Deus. Para conseguir este benefício, deverá o povo afastar-se dos pecados.

A definição de injustiça e justiça estaria vinculada à idéia de uma lei natural escrita por Deus na natureza física e social, a qual o homem poderia captar através da razão. Já a lei humana se apresenta como produto dos homens em sociedade, mas que por ter sua inspiração na lei natural deverá ser obedecida. Assim, na perspectiva tomista, para se evitar os governos injustos, recomenda-se que o próprio poder público institucionalize medidas capazes de organizar e controlar a manifestação do poder a ponto de prevenir a tirania, como por exemplo, cuidando na seleção do rei e adotando o critério da hereditariedade.<sup>15</sup>

Para Celso Lafer, a teoria tomista potencializa um direito de resistência quando contempla uma reação, um direito de revolução contra um regime tirano que ultrapasse o terreno da reciprocidade existente entre governantes e governados, isto é, que desequilibre esta relação<sup>16</sup>. De acordo com Paupério, “o bem comum é para Santo Tomás de Aquino a medida e o limite do chamado direito de resistência. Para que se possa resistir aos governantes, é preciso que esse signifiquem um perigo para o bem comum”.<sup>17</sup> Há que se observar que o direito de resistência foi durante alguns períodos identificado com o tiranicídio<sup>18</sup>, isto é, com a faculdade do povo matar aquele tirano que atinja o poder de maneira ilegítima ou o exerça de modo a promover um mal exagerado à população. A própria Declaração francesa de 1793 consagra o tiranicídio quando proclama que “todo indivíduo que usurpa a soberania seja no mesmo instante morto”.

Junto com os primeiros passos do Estado Moderno, escrevendo contra o absolutismo e em favor da resistência, aparece Etienne de La Boétie<sup>19</sup> idealizando uma

<sup>15</sup> PAUPÉRIO. Op. cit., p. 60. Neste sentido, ver COSTA, Nelson. Op. cit., p. 11.

<sup>16</sup> LAFER, Celso. Op. cit., p. 188.

<sup>17</sup> PAUPÉRIO. Op. cit., p. 58.

<sup>18</sup> Uma análise do Tiranicídio através da história pode ser encontrada em *Teoria democrática da resistência* de Machado Paupério, p. 120-152 da op. cit.

<sup>19</sup> BOÉTIE, Etienne de La. *Discurso da servidão voluntária*. Trad. Laymert Garcia dos Santos. Coment. Claude Lefort, Pierre Clastres e Marilena Chauí. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. Adota-se no presente trabalho a transcrição de Charles Teste. Segundo Pierre Clastres, a obra foi redigida quando La Boétie tinha 18 anos, ou seja, em 1548. Afastando as explicações naturais da servidão, La Boétie determina que esta somente pode ser entendida como um ato de reconhecimento da autoridade, de cumplicidade para com ela, e que, por sua vez, se multiplica em outros grupos que passam a exercer o poder para ela e em nome dela.

“recusa de servir”. Era defensor incansável dos direitos naturais e inimigo maior da tirania. Destacava que os homens nascem todos livres e iguais, mas, como que se esquecendo deste estágio, entregam-se a uma servidão voluntária, tolerante às opressões de um só tirano, opressões que são alimentadas pela própria sujeição dos súditos. Bastaria, para ser livre, apenas não desejar mais servir, não sustentar a tirania, pois é no esquecimento da liberdade e na inexistência de amizade por parte do povo que o tirano encontra sua força. A energia deste emana da covardia daquele. Indaga La Boétie:

No momento, gostaria apenas que me fizessem compreender como é possível que tantos homens, tantas cidades, tantas nações às vezes suportem tudo de um Tirano só, que tem apenas o poderio que lhe dão, que não o poder de prejudicá-los senão enquanto aceitam suportá-lo, e que não poderia fazer mal algum se não preferissem, a contradizê-lo, suportar tudo dele.<sup>20</sup>

Explica que “a primeira razão pela qual os homens servem voluntariamente é que nascem servos e são criados na servidão”.<sup>21</sup> No início a força conduziu o homem à servidão, a qual, com o passar dos tempos, o hábito fez natural aos seus olhos. A educação desempenha papel importante para o esquecimento da liberdade original, pois substitui o cultivo da liberdade pela reiteração, pelo ensino dos costumes, dos hábitos, que passam a ter maior poder sobre o indivíduo, fazendo-o esquecer de sua natureza livre. Afirma o autor:

É verdadeiro dizer que no início serve-se contra a vontade e à força; mais tarde, acostuma-se, e os que vêm depois, nunca tendo conhecido a liberdade, nem mesmo sabendo o que é, servem sem pesar e fazem voluntariamente o que seus pais só haviam feito por imposição. Assim, os homens que nascem sob o jugo, alimentados e criados na servidão, sem olhar mais longe, contentam-se em viver como nasceram; e como não pensam ter outros direitos (...), consideram como sua condição natural a própria condição de seu nascimento.<sup>22</sup>

Decorre uma segunda razão desta primeira. A tirania faz dos homens sujeitos covardes e efeminados, incapazes de qualquer atitude. A fraqueza e a bestialidade eram armas a favor do tirano que, então, fazia de tudo para aumentá-las. As festas, a luxúria, os jogos eram mecanismos utilizados na parcela ignorante e grosseira do povo para estimular o

<sup>20</sup> BOÉTIE, Etienne de La. Op. cit., p. 74.

<sup>21</sup> Ibidem. p. 90.

<sup>22</sup> Idem. p. 84.

prazer, compensando a liberdade usurpada e fazendo “adormecer seus súditos na servidão”.<sup>23</sup>

Mas o segredo e a força da dominação, fundamento de toda tirania, encontra-se na estrutura de apoio ao tirano estabelecida por aqueles que, sedentos de poder, ao alimentarem o tirano recebem dele a autorização para reproduzir, numa escala inferior, sua tirania. Isto é, a obediência ao tirano o torna senhor daqueles que lhe estão abaixo, sendo proveitosa a reprodução da dominação numa dinâmica hierarquizada. A tirania se dá pelos próprios súditos, uns contra os outros. Reconhecem na pessoa e no poder do tirano a sua própria vontade, pelo que sustentam o tirano em troca de uma parcela da tirania. Sobre esta cadeia de apoio, comenta o autor:

Em suma, pelos ganhos e parcelas de ganhos que se obtêm com os tiranos chega-se ao ponto em que, afinal, aqueles a quem a tirania é proveitosa são em número quase tão grande quanto aqueles para quem a liberdade seria útil.(...) Assim o tirano subjuga através dos outros. É guardado por aqueles que deveriam se guardar, se não estivessem aviltados; mas como bem se disse, para rachar a lenha faz-se cunhas da própria lenha. Assim são seus arqueiros, seus guardas, seus alabardeiros. Não que eles mesmos freqüentemente não sofram com sua opressão, mas esses miseráveis, amaldiçoados por Deus e pelos homens, contentam-se em suportar o mal para fazê-lo, não àquele que lhes malfaz, mas aos que, como eles, o suportam e nada podem fazer.<sup>24</sup>

A tirania é aceita sem resistência pelo povo, de modo que o tirano possui a tolerância dos oprimidos. Para Etienne de La Boétie, são os próprios súditos que, encantados pela figura do monarca, fornecem a este a energia que se transformava em força e violência. De acordo com Lefort, ao comentar a obra de La Boétie, a “dominação liga-se ao desejo, existente em cada um – qualquer que seja a escala de hierarquia que ocupa -, de se identificar com o tirano ao se fazer senhor de um outro”.<sup>25</sup> Esse estágio de esquecimento do desejo de liberdade está vinculado ao costume de obedecer, isto é, à situação de normalidade da obediência, considerando uma condição natural o dever de servir. Enfim, está a tirania centrada no apoio, na cumplicidade dos homens; enquanto cada um imagina

<sup>23</sup> Ibidem. p. 93. Diferente de que afirma Nelson Costa, o estímulo do prazer não é a segunda razão exposta pelo autor na explicação da servidão, mas sim, efeito de inúmeros mecanismos a tornarem os súditos covardes e sem vontade de combater o tirano.

<sup>24</sup> Ibidem. p. 100-101.

<sup>25</sup> Apud CHÂTELET, François et al. *História das idéias políticas*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 385.

estar se beneficiando do regime, esquece que também está sendo alvo da tirania.

La Boétie, por seu trabalho, dirige-se apenas aos sujeitos conhecedores do processo político, os quais, insatisfeitos com a tirania, deveriam através da reconstrução dos laços de amizade reconquistar sua liberdade. Para ser livre, necessário é o verdadeiro entendimento a respeito da amizade.<sup>26</sup> Somente ela poderia construir uma aliança dos oprimidos capaz de viabilizar a resistência. A singularidade do tirano exclui qualquer relação de igualdade entre ele e outro qualquer; sua dominação não lhe dá companheiros, pois estes só se constituem em ambiente de igualdade. Assim, o reconhecimento do eu na pessoa do semelhante restabelece a percepção de igualdade natural, tornando odiosa a servidão voluntária. Apesar de a doutrina do direito de resistência ter recebido a colaboração de muitos autores, somente se solidificou teoricamente com o aparecimento do contratualismo. Nelson Costa e Lafer destacam que o problema da resistência reside, mormente, na compreensão da reciprocidade de direitos e obrigações entre governantes e governados, pois “se o legislador pode reivindicar o direito de ser obedecido, o cidadão pode igualmente reivindicar o direito a ser governado sabiamente e por leis justas”.<sup>27</sup>

Com o advento do Iluminismo, onda de racionalidade que invade o mundo moderno em todas as suas manifestações, é proposta para a origem do Estado uma teoria racional, denominada contratualismo<sup>28</sup>. De acordo com este mito fundante, os homens viviam livres e iguais no estado de natureza, local onde possuíam direitos inatos e imutáveis. No entanto, precariedades, insuficiência ou guerra - dependendo da abordagem - que acompanhavam os indivíduos no estado natural, um estado negativo, obrigam estes a constituírem a sociedade política através de um pacto, de um contrato. A sociedade civil, vista sob este ângulo, encontra seu princípio de legitimação exclusivamente no consenso.

O paradigma contratualista foi colocado por Locke com máxima precisão. Para este, uma crise no estado de natureza obriga a formação da sociedade civil, gerada pela

<sup>26</sup> Neste sentido, ver comentários de Marilena Chaui na obra de Etienne de La Boétie. No final do texto esta autora faz um comentário sobre a amizade e a recusa de servir. p. 174-209.

<sup>27</sup> LAFER, Celso. Op. cit., p. 188. Aborda, entre as páginas 187-236, a desobediência civil e o direito de resistência à opressão sob uma perspectiva de resgate e reafirmação da obrigação político-jurídica, sem esquecer, contudo, de uma rápida análise histórica.

<sup>28</sup> Um apanhado sucinto sobre o tema pode ser encontrado na Obra de BOBBIO, Norberto e BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*. Trad. Nelson Coutinho. 4. ed. São Paulo: Brasiliense 1996. p. 13-96. Ver também CORRÊA, Darcísio. *A construção da cidadania: reflexões histórico políticas*. Ijuí: Unijuí, 1999. p. 49-56.

alienação de uma parcela dos direitos individuais a um poder centralizado, que teria a função de garantir um tranqüilo uso da propriedade privada. Talvez, em vez de alienação, seria correto falar de fortificação desses direitos, eis que são amplamente garantidos pela formação da sociedade civil. A razão pela qual as pessoas abandonam a liberdade natural e se refugiam na sociedade civil consiste em compartilhar com todas as outras pessoas o desejo de se unirem para manterem um estado de segurança capaz de conservar o direito natural de propriedade que possuem. Tem-se, assim, que o consentimento dá legitimidade ao governo e gera um grau de reciprocidade entre este e o povo, resultando deste *ex contractu* o dever de obediência. Isso significa dizer que o governante, ao contrário do pai e do dono de escravos, necessita que sua própria autoridade obtenha consentimento para que seja considerada legítima. Em princípio, um soberano que governa como um pai, segundo o modelo do Estado paternalista, ou, pior ainda, segundo o modelo do Estado despótico, não é um governo legítimo e os súditos não são obrigados a lhe obedecer.<sup>29</sup>

A sociedade civil, originada do contrato, cria as figuras do governante e governado. Aquele deverá respeitar os direitos essenciais, naturais - propriedade, liberdade e vida - sob pena de estar degenerando a sociedade civil. A falta de liberdade, a conquista, a usurpação, a tirania ou a dissolução do governo proporcionariam uma crise da sociedade que tornaria possível um retorno ao estado de guerra,<sup>30</sup> um *locus* de dever apenas para com a consciência, sem outra responsabilidade a não ser consigo mesmo e, conseqüentemente, diante disso, tornar-se-ia possível o direito de resistência frente ao abuso dos governantes que extrapolassem as prerrogativas concedidas no contrato. Ou seja, a obrigação de obedecer mantinha-se válida enquanto respeitados fossem os direitos individuais da vida, da liberdade e da propriedade.

Para Paupério, Locke defende que “todo poder existe em função de uma finalidade, que é a salvaguarda dos direitos individuais. Tal fim é o limite para o poder, que deixa de existir quando aquele não é respeitado.”<sup>31</sup> Por isso,

---

<sup>29</sup> LOCKE apud BOBBIO, Norberto e BOVERO, Michelangelo. Op. cit., p. 62.

<sup>30</sup> Uma das razões pela qual os homens abandonaram o estado de natureza e se reuniram em sociedade é justamente para evitar o estado de guerra. BOBBIO, Norberto. Trad. Sérgio Bath. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 239. Nota de rodapé n. 1.

<sup>31</sup> PAUPÉRIO, Machado. Op. cit., p. 157-158.



a violação deliberada da propriedade (vida, liberdade, bens) e o uso contínuo da força (...) colocam o governo em estado de guerra contra a sociedade e os governantes em rebelião contra os governados, conferindo assim o legítimo direito de resistência à opressão (...).<sup>32</sup>

Bobbio, em estudo sobre Locke e o direito natrual, destaca:

Como a sociedade civil nasce de uma crise do estado de natureza, a sua crise torna possível o retorno àquele estado (...). A falência do estado de natureza deu origem ao estado civil; a falência deste faz com que o homem retorne ao estado de natureza. (...) Os mesmos homens que invocam o estado civil como garantia contra a degeneração do estado de natureza são obrigados em casos extremos, a invocar a esse estado como última garantia contra a degeneração da sociedade civil.<sup>33</sup>

A sociedade civil pode ser degenerada pela conquista, usurpação, tirania e dissolução do governo. A conquista injusta não gera nenhum poder de obediência para o cidadão do Estado conquistado. Por outro lado, “o poder que um conquistador adquire sobre aqueles que ele venceu em guerra justa é perfeitamente despótico; ele tem poder absoluto sobre as vidas daqueles que, colocando-se em estado de guerra (somente estes), tiveram este poder confiscado.”<sup>34</sup> Esse poder não lhe garante, contudo, direito sobre os bens, sendo qualquer investida contra eles considerada injusta e passível de resistência.

A usurpação se dá quando alguém de dentro do Estado toma posse do poder que, por lei, pertence a outra pessoa. O usurpador não tem direito de exigir obediência. A tirania é o governo que, apesar de legítimo, se dá em benefício da vontade do governante e não segundo as leis. Aquele que age fora dos ditames da lei age sem autoridade, legitimando a resistência. A dissolução do governo, que difere da dissolução da sociedade, atinge somente o poder constituído, como forma de anulação da confiança popular nos governantes.

Essa dissolução, que começa internamente, possui, segundo Locke, duas causas possíveis: primeiro, em razão da modificação da distribuição do poder, pela usurpação por parte do executivo das tarefas do legislativo. Ocorre quando o príncipe faz de sua vontade a

<sup>32</sup> NODARI, Paulo César. *A emergência do individualismo moderno no pensamento de John Locke*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. (Coleção Filosofia, 95). p. 154. Ver também a obra de Norberto Bobbio: *Locke e o direito natural*. Trad. Sérgio Bath. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 239-246.

<sup>33</sup> BOBBIO, Norberto. *Locke e o direito natural*. p.239.

<sup>34</sup> LOCKE, John. *Segundo tratado do governo civil. Ensaio sobre a origem, os limites e os fins do governo civil*. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 194.

lei maior, quando o legislativo é impedido de se reunir, quando promove modificações no processo eleitoral, quando não cumpre as leis existentes e “quando o príncipe ou o poder legislativo libertam o povo da dominação de um poder estrangeiro”.<sup>35</sup> A segunda razão da dissolução do governo se dá quando o legislativo quebra a confiança nele depositada, extrapolando os limites do pacto. Os dois casos justificam a volta do poder ao povo que, de posse de sua liberdade originária, poderá instituir novo Legislativo.<sup>36</sup>

A importância de Locke na construção do instituto da resistência ganha maior relevo se somada ao fato de ter sido um dos principais teóricos da estrutura estatal-burguesa, sempre enfatizando a liberdade e a propriedade como valores máximos a serem opostos contra o Estado, protegidos de sua ingerência autoritária. Essas idéias marcaram profundamente o desenrolar da história humana, principalmente a alma e a mente dos revolucionários do século XVIII, “que promoveram as revoluções inspirados pela legitimidade da resistência”<sup>37</sup>. Locke admitiu a resistência e a desobediência apenas como mecanismo de regeneração do Estado e da sociedade civil, sem aclamar a derrubada da ordem constitucional. Pelo contrário, chega inclusive a permitir a construção de mecanismos capazes de destituir os maus governos. Enfim, para Locke,

quando um ou mais indivíduos assumem a tarefa de legislar, sem que o povo os tenha autorizado, eles fazem leis sem autoridade, e por isso o povo não é obrigado a obedecê-las. Em consequência disso, o povo se vê novamente desobrigado de qualquer sujeição e pode constituir para si um novo legislativo, como achar melhor, estando em ampla liberdade para resistir à força daqueles que, sem autoridade, iriam lhes impor qualquer coisa.<sup>38</sup>

Em Rousseau<sup>39</sup> e Montesquieu, ao contrário de Locke, segundo Paupério, a temática do direito de resistência pouco realce obteve. Ambos acreditavam que as instituições políticas evitariam o abuso de poder. A separação dos poderes do segundo e a vontade geral do primeiro estariam aptas a impedir a implantação da opressão na sociedade.

<sup>35</sup> Idem. p. 216. No capítulo XIX de sua obra, o autor dedica os melhores apontamentos sobre a temática do direito de resistência.

<sup>36</sup> Ibidem. p. 220-221.

<sup>37</sup> LAFER, Celso. Op. cit., p. 190.

<sup>38</sup> LOCKE, John. Op. cit., p. 214.

<sup>39</sup> PAUPÉRIO. Op. cit., p. 169: “Montesquieu e Rousseau não perderam tempo em discutir a legitimidade ou não da insurreição, imaginando ambos ter ultrapassado, com os sistemas políticos que propõem, o estágio da resistência à opressão, que já não tem sequer possibilidade por falta de objeto”.

Em Hobbes<sup>40</sup>, devido ao caráter totalitário do Estado - apenas a vida não é alienada ao Estado no momento do contrato -, somente quando este não conseguir garantir a paz e a vida de seus súditos se justifica um direito natural de resistência<sup>41</sup>. A obrigação dos súditos, nesse sentido, cessa no momento em que o Estado deixar de cumprir sua tarefa principal que é a proteção dos indivíduos.<sup>42</sup>

A partir do século XVIII grande número de juristas passam a reconhecer a legitimidade do direito de resistência. Savigny, Ihering, Benjamin Constant, Duguit e outros tantos são lembrados por Paupério como defensores dessa legitimidade. Destaca que para o primeiro a justificação da resistência se assenta na finalidade de substituir o governo que se oponha às exigências do espírito nacional.

Outra referência ao direito de resistência é encontrada em Thomas Jefferson (1743-1826), importante personagem do processo de emancipação dos Estados Unidos e redator da Declaração da Independência. Filho de família rica, era um digno representante da ordem agrária; para defendê-la ajudou a instituir o Partido Republicano. Defensor máximo da autonomia e da liberdade, postulava que os indivíduos possuem direitos naturais inalienáveis e que as sociedades políticas são criadas justamente para proteger estes direitos e para promover a felicidade do povo.

Para Jefferson “a igualdade de direitos para o homem e a felicidade de cada indivíduo são agora reconhecidas como os únicos objetivos legítimos do governo.”<sup>43</sup> Deposita no povo a fonte de toda autoridade, pelo fato de poder conduzir seus interesses comuns através da criação e da modificação de órgãos da forma que melhor lhe aprouver. Segundo ele,

---

<sup>40</sup> “Quem, como Hobbes, considera um mal extremo a anarquia, um mal que provém da conduta irrefreada dos indivíduos, tende a se colocar ao lado do príncipe, cujo poder considera irresistível, ou seja, de tal natureza que, diante dele, o súdito tem unicamente o dever de obedecer.” BOBBIO e BOVERO. Op. cit., p. 81.

<sup>41</sup> Para Hobbes assim como para Spinoza, o mau governo é aquele que peca pela insuficiência e não pelo excesso, e que, “não garantindo satisfatoriamente a segurança dos próprios súditos, não cumpre sua própria tarefa fundamental de fazer cessar do modo mais absoluto possível o estado de natureza”. BOBBIO e BOVERO. Op. cit., p.82.

<sup>42</sup> Idem p. 72. Ver também PAUPÉRIO. Op. cit.: “A cidade de Hobbes, por exemplo, não nos dá margem alguma para admitir o chamado direito de resistência”. p. 154.

<sup>43</sup> JEFFERSON, Thomas. Escritos políticos. Trad. Leônidas Gontijo de Carvalho. In: *Os pensadores*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 8.

não podemos, seguramente, negar a qualquer nação esse direito que se funda no nosso próprio governo, que todos tem de governar a si mesmos de acordo com qualquer forma que lhes apraz e mudá-la a seu bel prazer. (...) A nação é a única coisa essencial a considerar.<sup>44</sup>

Para Jefferson, os homens possuem, por natureza, o direito de autogoverno que autoriza a criar mecanismos mais adequados para o exercício do poder. A eficiência desse autogoverno, no entanto, está diretamente relacionada com a participação do povo, com uma atuação marcante em todos os ramos do governo. Valoriza a educação pública e a imprensa livre para esclarecer o povo a respeito de sua verdadeira condição de dono e guardião do poder. Comenta nos seguintes termos:

Não sei de nenhum depositário seguro do poder último da sociedade senão o próprio dono e, se não o julgamos suficientemente esclarecido para exercer controle com critério sadio, o remédio não está em tirá-lo dele, mas esclarecê-lo pela educação.<sup>45</sup>

Diferentemente de Locke, defende que os direitos naturais mesmo com o aparecimento da sociedade civil permanecem na alçada do indivíduo. Ao governo não cabe arrebatar nenhum direito mas, tão somente, declarar e fazer cumprir os direitos naturais. “Quando o governo não cumpria a função estabelecida pelo contrato, liberava os indivíduos da obrigação de obedecer às leis, podendo opor-se às medidas governamentais”.<sup>46</sup> Assim, quebrado o pacto pelos governos, impõe-se o dever de resistir. É obrigação do povo participar e reconhecer-se no poder, de forma a advertir os governantes de que o poder é de autonomia dos indivíduos. Tinha a resistência como uma prática positiva, necessária para a reconstrução do poder pelos verdadeiros titulares. “A soma das vontades individuais, aglutinadas em sua maioria, representava a forma de efetivar e defender os indivíduos das arbitrariedades governamentais”.<sup>47</sup> Por certo, as palavras da Declaração da Independência, redigida por ele, nos esclarecem o cerne de seu pensamento:

---

<sup>44</sup> Ibidem. p.24.

<sup>45</sup> Ibidem. p.34.

<sup>46</sup> COSTA, Nelson. Op. cit., p. 18-19. Ver ainda o texto de PINTO, Alessandro Nepomoceno. A desobediência civil e o Movimento dos Sem-Terra (MST). In: *Revoluções no campo jurídico*. VARELLA, Marcelo Dias (org). Joinville: Oficina, 1998. p. 55-91. Com base em Nelson N. Costa, estabelece, rapidamente, o histórico da desobediência civil e da resistência à opressão.

<sup>47</sup> COSTA, Nelson. Op. cit., p. 24.

Os homens estabelecem os governos para garantir estes direitos (vida, liberdade, busca de felicidade...) e o seu justo poder emana do consentimento dos governados. Sempre que uma forma de governo começa destruindo este objetivo, o povo tem direito de modificá-la ou aboli-la...<sup>48</sup>

Toda essa construção do Jusnaturalismo Moderno, que inverte o fundamento do poder do *ex parte principis* para o *ex parte populi*,<sup>49</sup> e que passa a depositar no indivíduo a verdadeira razão de ser do Estado e do direito, culmina na positivação constitucional do direito de resistência à opressão pelas declarações da época revolucionária do século XVIII. O texto da Declaração de Independência dos Estados Unidos de 1776 destaca que é um direito e dever do povo “alterar, abolir ou instituir um novo governo se ocorrerem abusos ou usurpações despóticas”<sup>50</sup>. No mesmo ano a Declaração de Virgínia em seu artigo 3º afirma que se o governo não garantir proteção e segurança ao povo, razão pela qual foi instituído, a sociedade terá contra ele um “direito inalienável de reformá-lo, alterá-lo ou aboli-lo de maneira considerada condizente com o bem público”.<sup>51</sup>

Por sua vez, a Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, prescreve em seu artigo 2º que “a finalidade de toda associação é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem; esses direitos são a liberdade, a segurança e a resistência à opressão”<sup>52</sup>. A Constituição Girondina de 1791, em seus artigos 31 e 32, e a Declaração do Homem e do Cidadão de 1793 também prescreveram de forma positiva o direito de resistência.<sup>53</sup>

A constitucionalização de mecanismos de controle para evitar os abusos do poder absolutista, tais como as declarações de direitos, a desconcentração e separação do poder, o aumento da participação popular no processo de escolha dos governantes e a tutela dos atos da administração pelo Judiciário, fez crer que seriam suficientes para evitar toda a forma de

<sup>48</sup> JEFFERSON. Op. cit., p. XIX. Retirado da introdução à obra.

<sup>49</sup> BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 143-144. Enfatiza que a abordagem do direito de resistência deve ser realizada levando em conta uma fundamentação do poder *ex parte populi*, da mesma maneira que um estudo da obediência deve ser construído sob o viés da perspectiva *ex parte principis*. No mesmo sentido conclui Celso Lafer, op. cit., p. 187.

<sup>50</sup> LAFER, Celso. Op. cit., p. 190.

<sup>51</sup> Idem. p. 191.

<sup>52</sup> Apud COSTA, Nelson. Op. cit., p. 20.

<sup>53</sup> Idem. p. 20. Enquanto Nelson Costa elenca como sendo as primeiras declarações a positivar o direito de resistência a Francesa de 1789 e a Girondina de 1791, LAFER destaca a Declaração da Independência dos Estados Unidos de 1776 e a de Virgínia, do mesmo ano.

opressão. Assim, enquanto as declarações passavam a positivar novos direitos, o de resistência acabava perdendo paulatinamente sua importância, até o momento em que deixou de ser inserido nos textos constitucionais. E mais, institucionaliza-se a própria repressão à resistência.

Para Lafer, esse esquecimento decorre da adoção do novo paradigma de legitimação do Estado e do direito, que passou a garantir uma certa “fidelidade ao ordenamento jurídico e, destarte o dever ser prescritivo de obediência à lei”<sup>54</sup>. Ou seja, no momento em que a legitimidade das ações do governo começa a se confundir com a legalidade, não há mais espaço para se ir contra a lei, pelo fato de ela passar a representar o ideal a ser atingido pelo mundo moderno.

A lei se apresenta como a racionalização dos objetivos da sociedade e como mecanismo capaz de limitar de maneira eficaz os abusos do poder, razão pela qual o dever de obediência como forma de legitimação passou a dominar o mundo moderno. Assim, mesmo reconhecido na doutrina moderna, o direito de resistência foi definitivamente banido das legislações nacionais. Sem excluir outras abordagens, este é um panorama sobre as raízes históricas do direito de resistência.

## **1.2 O desenvolvimento da desobediência civil**

Com o advento do Estado Moderno o indivíduo passa a ser considerado como elemento central na origem do poder. As minorias, nesse sentido, não podem sofrer abusos e opressões nem mesmo por determinação das majorias. Esta inversão do todo para a parte, mais ideal do que histórica, apesar de não eliminar as injustiças suscitou novas possibilidades para as teorias de resistência à ordem institucional, teorias que, até então, estavam restritas ao clássico direito de resistência.

---

<sup>54</sup>LAFER. Op. cit., p. 191: “Este desaparecimento está relacionado com a pouca importância atribuída ao direito de resistência pelo pensamento jurídico filosófico do século XX, uma consequência do processo de identificação da justiça com a lei (...).”

Uma reformulação do direito de resistência, segundo Nelson Costa, aparece no final do século XIX e início do século XX, graças à contribuição da personalidade anárquica e libertária de Henry Thoreau (1817-1862). Com ele, prossegue o autor, o direito de resistência evolui para a categoria da desobediência civil, pela qual a minoria tinha possibilidade, quando oprimida, de enfrentar o governo na busca de melhores condições. Assim, a desobediência civil deu maleabilidade e dinamismo à resistência, transformando-a em verdadeiro instrumento de cidadania, a ponto de reencontrar sua capacidade de oposição à opressão.<sup>55</sup>

Contrário à Guerra contra o México e à escravidão nos Estados Unidos, Thoreau propõe fazer algo, segundo ele correto, por meio do não-pagamento de impostos, que era a receita mantenedora do exército. Justamente por não pagá-los, foi preso; este episódio originou a produção de seu célebre texto<sup>56</sup>. Segundo Thoreau, o critério da maioria, na qual se assenta a democracia, deve ser refutado em razão de não necessariamente se identificar com o senso de justiça. O único motivo por que se permite a maioria governar encontra-se em sua maior força física. Assim, para Thoreau,

a razão prática por que se permite que uma maioria governe, e continue a fazê-lo por um longo tempo, quando o poder finalmente se coloca nas mãos do povo, não é a de que esta maioria esteja provavelmente mais certa, nem a de que isto pareça mais justo para a minoria, mas sim a de que a maioria é fisicamente mais forte.<sup>57</sup>

O caráter opressivo da lei não é atenuado por sua proveniência democrática, calcada nas regras da maioria. O respeito à lei deve se firmar na consciência do indivíduo. A única obrigação que assume o cidadão é fazer, a qualquer tempo, aquilo que considere direito,<sup>58</sup> de modo que a transgressão à norma se configure como um dever ético do cidadão. Isto, porque “a lei jamais tornou os homens mais justos, e, por meio de seu

<sup>55</sup> COSTA, Nelson. Op. cit., p. 25. No mesmo sentido Nepomoceno Pinto. Op. cit., p. 55 – 91.

<sup>56</sup> COSTA, Nelson. Op. cit., p. 26-28. Na mesma direção, LAFER. Op. cit., p. 200-201 e Nepomoceno Pinto. Op. cit., p. 55-91.

<sup>57</sup> THOREAU, Henry David. *A desobediência civil*. Trad. Sérgio Karam. Porto Alegre: L & PM, 1999, 17 v., p. 8. Rawls analisa também o problema do *status* do governo majoritário em sua clássica obra *Uma teoria da justiça*. Op. cit., p. 268-272.

<sup>58</sup> Idem. p. 9.

respeito por ela, mesmo os mais bem-intencionados transformaram-se diariamente em agentes da injustiça”.<sup>59</sup>

Desse modo, a obediência às leis e as práticas do governo impõem uma avaliação individual<sup>60</sup> que deveria negar a autoridade do governo quando tivesse caráter injusto, não importando que fosse a expressão da vontade da maioria, visto que esta nem sempre age da melhor maneira.<sup>61</sup> Desobedecer, portanto, decorre de um direito que, mesmo sem a participação da maioria, se assegura contra o Estado quando o governo ultrapassa suas prerrogativas ou não cumpre com as expectativas criadas. Enfim, a desobediência é a única saída que deveriam adotar os indivíduos quando se deparassem “com legislação e práticas governamentais que não procurassem agir pelos critérios da justiça ou contrariassem os princípios morais do indivíduo”.<sup>62</sup> O cidadão precisa ser antes homem, próximo de sua consciência, depois súdito.

Thoreau se propõe responder à seguinte indagação: “Leis injustas existem: devemos conter-nos em obedecer a elas ou esforçar-nos em corrigi-las, obedecer-lhes até triunfamos ou transgredi-las desde logo?”<sup>63</sup> Conclui pelo dever de desobedecer, mesmo que disso resultasse o aprisionamento, que deveria ser encarado como mérito pessoal. Isto é, quando os governos agem injustamente fazem da prisão o único lugar digno para um homem justo. A prisão, neste caso, serviria para mobilizar a opinião pública para adotar a mesma atitude e o próprio governo mudar sua postura.<sup>64</sup>

Segundo Nelson Costa, Thoreau deu uma nova dimensão à resistência proposta pelos liberais, pois insere a desobediência civil na tarefa de efetivação de reivindicações específicas. “A desobediência civil seria o único caminho para democratizar o Estado Liberal, implementando reformas periódicas e especializadas, capazes de vigorar

<sup>59</sup> Ibidem. p. 9

<sup>60</sup> Há que se observar, segundo Lafer, que o direito de resistência formulado por Thoreau pode ser encarado como de primeira geração. “Ela é individual quanto ao modo de exercício, quanto ao sujeito passivo do direito e quanto a titularidade”. Op. cit., p. 200.

<sup>61</sup> COSTA, Nelson. Op. cit., p. 29.

<sup>62</sup> Idem. p. 32.

<sup>63</sup> THOREAU. Op. cit., p. 23.

<sup>64</sup> Na obra de Thoreau fica bem marcada esta passagem quando, refletindo sobre a prisão, leciona: “Vi que se havia um muro de pedra entre eu e meus concidadãos, havia um outro ainda mais difícil de galgar e transpor para que eles pudessem tornar-se tão livres quanto eu. Não senti aprisionado nem sequer por um momento (...). Sentia-me como se apenas eu, entre todos meus concidadãos, tivesse pago o imposto”. Op. cit., p. 36.



efetivamente”.<sup>65</sup> Seu intento é demonstrar a injustiça pela transgressão pública às normas, mobilizando no sentido da mudança. É um dever ético do cidadão, “dever que não pretende ter validade universal e absoluta, mas que se coloca como imperativo pessoal numa dada situação concreta e histórica”.<sup>66</sup> Para Hannah Arendt, Thoreau discutia “sua causa não no campo da moral do cidadão em relação à lei, mas no campo da consciência individual e do compromisso moral da consciência”.<sup>67</sup>

Diferente entendimento depreende-se de Jorge Molem Seña. Para ele, Thoreau é, longe de um desobediente civil perfeito, um inimigo de qualquer forma de Estado. Lembra que seu texto clássico, em forma de discurso, não foi desenvolvido por um teórico da democracia ou do Estado liberal. Pelo contrário, a democracia e o constitucionalismo nada mais representam para ele que um pequeno avanço sobre outras formas de governo. Em Thoreau, prossegue Jorge Molem Seña, “o governo (inclusive o democrático) é um instrumento de controle e dominação das vontades individuais, e as leis são incapazes de garantir os direitos essenciais dos indivíduos”.<sup>68</sup> Seu posicionamento antilegalista e antiestatista lembra posturas anarquistas, mas diferentes pela incapacidade de fornecer um modelo social alternativo.

Jorge Molem Seña extrai da categoria *dever de consciência* de Thoreau três consequências para a vida política que evidenciam a problemática de conciliá-lo com a democracia. Primeiro, sua ação consciente não se limita a atos não-violentos, estendendo-se a militância a atos violentos, se necessário. Em segundo lugar, “a consciência militante se torna intolerante e faz de Thoreau um político extremista”.<sup>69</sup> Por fim, somente uma sociedade sem instituições e convenções conciliaria sua consciência militante, capaz de, sem qualquer companhia, decidir o certo e o errado. Encerra, contudo, destacando a importância de seu discurso como referência ímpar para aqueles que, de uma forma ou outra, buscam inspiração para lutarem contra as injustiças.

<sup>65</sup> COSTA, Nelson. Op. cit. p. 33. Nepomoceno Pinto, por utilizar a obra de Nelson Costa como linha mestra em seu artigo, conclui no mesmo sentido.

<sup>66</sup> LAFER. Op. cit., p. 200.

<sup>67</sup> ARENDT, Hannah. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 58.

<sup>68</sup> SEÑA, Jorge Francisco Molem. *Concepto e justificación de la desobediencia civil*. Barcelona/ Espanha: Ariel Derecho, 1990. p. 83. No original: “el gobierno (incluso el democrático) es un instrumento de control y dominación de las voluntades individuales, y las leyes son un elemento que se presenta como algo incapaz de garantizar los derechos esenciales de los individuos”.

<sup>69</sup> Idem. p. 83. Tradução livre do original: “la conciencia se torna intolerante y hace de Thoreau un político extremista”.

No entanto, apesar de Thoreau iniciar seu trabalho destacando que “o melhor governo é o que governa menos”, as ponderações de Jorge Malem Seña, identificando-o como inimigo de qualquer governo e, por isso, distante de uma teoria da desobediência civil, parece não serem as melhores. Jorge Malem Seña insiste, quase exclusivamente, no caráter antigoverno de Thoreau para negar-lhe o título de desobediente civil. É possível, no entanto, fazer uma leitura distinta, centralizando as especulações em pontos que revelam sua substancial contribuição para o desenvolvimentos da desobediência civil.

Não se pode esquecer que o discurso de Thoreau foi endereçado ao mesmo tempo ao governo e ao povo americano. Quando clama pelo desejo de menos governo, refere-se a menos governo do estilo americano, que, de forma injusta, encampou uma guerra contra o México e se abasteceu nas veias da escravidão. Nega autoridade a esse tipo de governo que solapa a consciência individual dos cidadãos e promove a legitimação das injustiças em nome da maioria, um Estado que quanto mais governa mais injustiça comete. Reconhece, por outro lado, a importância da autoridade que tem o consentimento dos governados, a autoridade do Estado realmente livre e esclarecido que admita

o indivíduo como um poder mais alto e independente, do qual deriva todo seu próprio poder e autoridade, e o trate de maneira adequada. Agrada-me um Estado imaginar um Estado que, afinal, possa permitir-se justo com todos os homens e tratar o indivíduo com respeito, como um seu semelhante.<sup>70</sup>

Ademais, apela para que os cidadãos não sejam agentes da injustiça do Estado americano, pois ao obedecer-lhe ajudam a construir aquilo que condenam. Destaca que “aqueles que, embora desaprovando o caráter e as medidas do governo, dão a ele sua lealdade e seu apoio, são indubitavelmente seus defensores mais concisos...”.<sup>71</sup> O caráter utópico presente em todas as teorias libertárias se encontra também em Thoreau, de modo que o entusiasmo de seu discurso não desqualifica sua importância enquanto referência teórica da desobediência civil. Sua consciência, como de qualquer teórico, acena para os fundamentos da autoridade que considera adequada, e, contrariamente ao exposto por Jorge Malem Seña, Thoreau declara: “para falar de modo prático e como um cidadão, ao contrário daqueles que chamam a si mesmos de antigovernistas, eu clamo não já por

<sup>70</sup> TROREAU. Op. cit., p. 55.

<sup>71</sup> Idem. p. 21-22.

governo nenhum, mas imediatamente por um governo melhor”.<sup>72</sup> Estas palavras bastam para elucidar seu desejo, pelo qual propôs a desobediência como dever ético de negar apoio aos governos e suas injustiças.

As construções de Thoreau acabaram por influenciar<sup>73</sup> aquele que seria o principal responsável pela independência da Índia e um fervoroso defensor da desobediência civil, Mohandas Karamachad Gandhi (1869-1948). A proposta adotada por Gandhi, entretanto, diferentemente de Thoreau, previa a desobediência civil como uma ação coletiva que ganha relevo e tende ao sucesso se realizada por um número expressivo de pessoas. Para ele somente a não-violência, *ahimsa*, poderia ser uma política profícua na conquista das mudanças necessárias em um mundo moldado sob a cultura da pouca tolerância e do arbítrio<sup>74</sup>. A desobediência às leis constitui um mecanismo da cidadania para modificar e alterar de forma pacífica as práticas governamentais e a legislação.<sup>75</sup>

Para Gandhi, a “desobediência civil é o direito imprescindível de todo cidadão. Ele não saberá renunciá-lo sem deixar de ser homem.”<sup>76</sup> Suas idéias pretendiam acabar com a legislação discriminatória contra o povo da Índia, que estava sob domínio do império britânico.<sup>77</sup> Acreditava que a Índia não estava suficientemente preparada para a *satyâgraha*, resistência pacífica realizada através de protestos não-violentos. Através de campanhas de desobediência civil e de não-cooperação (*asahayoh*; por exemplo, boicotava-se a compra do produto inglês) exigia a saída das forças do império britânico. Todo esse processo culminou na independência da Índia em 1948.

O pastor americano Martin Luther King foi outro desobediente clássico que se valeu das técnicas da não-violência. O fez em favor dos direitos da população negra dos Estados Unidos nas décadas de 50 e 60, época de intensa segregação racial em hospitais, escolas e restaurantes. Apesar da Constituição estabelecer a igualdade de todos perante a lei, a segregação continuou, mesmo no campo jurídico, até 1954, data da famosa decisão

<sup>72</sup> Ibidem. p.8.

<sup>73</sup> Segundo Nelson Costa, Gandhi fora influenciado por Thoreau e por Tolstói. Op. cit., p. 36.

<sup>74</sup> LAFER, Celso. Op. cit., p. 200.

<sup>75</sup> COSTA, Nelson. Op. cit., p.35.

<sup>76</sup> GANDHI, Mahatma apud COSTA, Nelson. Op. cit., p.34.

<sup>77</sup> Cfe. ARAUJO, José Antonio Estévez. *La Constitución como proceso y la desobediencia civil*. Madrid: Trotta, 1994. p. 14-17. Relata algumas das medidas de não violência adotadas como mecanismo de luta contra a legislação discriminatória da Inglaterra.

*Brown c. Board of Education of Topec*, que declarou a inconstitucionalidade da segregação racial nas escolas.<sup>78</sup>

Para King, atuação exclusivamente no campo do Judiciário era insuficiente. Fazia-se necessária a construção de uma organização pela sociedade civil. Encontrou em Thoreau e Gandhi a chave para montar um movimento de resistência não-violenta. Considerava que a desobediência civil realizada em massa corresponde ao mais alto nível de protesto não-violento. Entendia que a desobediência civil “deveria ser aberta, e acima de tudo, ser levada a cabo por grandes massas e completamente sem violência”.<sup>79</sup>

Ademais, a inexistência de violência na desobediência perturba a ação do Estado, pois, se este a proíbe, demonstra a injustiça do governo e, por outro lado, deixando acontecer, admite a insatisfação. Porém, King não descartava a violência dirigida às propriedades dos brancos, sempre deixando clara a responsabilização que deveria recair sobre tais atos. Não era contra o ordenamento como um todo, apenas se manifestava contra as leis e práticas governamentais que considerasse injustas.

Segundo King, a desobediência civil exigia, para sua efetivação, que fossem atendidas algumas etapas, isto é, uma preparação para que pudesse ocorrer: a) coletar fatos para descobrir as injustiças ocorridas; b) tentativa de negociação; c) organizar a disciplina dos participantes e de todo o processo; d) ação direta para provocar uma crise e assim abrir as negociações.<sup>80</sup> O objetivo a ser alcançado pela desobediência civil seria a reformulação das leis ou práticas governamentais injustas. A maneira de alcançar esse objetivo seria conseguir o apoio da opinião pública e sua simpatia para com a pauta de direitos reivindicados, motivo - mais um -, pelo qual a violência demonstra não ser o melhor caminho.

Segundo Nelson Costa, foi Luther King quem estruturou a formulação moderna da desobediência civil ao defini-la como sendo uma ação coletiva não-violenta a ser empregada depois de esvaídos todos os meios de reivindicação.<sup>81</sup> É, portanto, com Thoreau, Gandhi e Luther King, os três grandes desobedientes, que o direito de resistência

<sup>78</sup> Ver, nesse sentido, TOINET, Marie-France. *El sistema político de los Estados Unidos*. Fondo de Cultura Económica: México, 1994. págs. 78, 79, 300 e 433.

<sup>79</sup> COSTA, Nelson. Op. cit., p.37.

<sup>80</sup> Idem. p. 37.

<sup>81</sup> Ibidem. p. 41.

evolui para a desobediência civil. O primeiro destaca a desobediência civil como o mecanismo mais eficaz para os indivíduos e para as minorias. Os dois últimos depositam na maioria e na ação coletiva a sua utilização. Todos, porém, concordavam que deveria ser não-violenta, uma arma de transformação social de base não-arbitrária. Em suma, é através deles que a desobediência civil marcou de vez o seu lugar como recurso para combater a opressão.

### 1.3 As diferentes formas de resistência

Paira sobre a desobediência civil uma confusão de critérios na definição de sua natureza e função, o que, por vezes, tem contribuído para, erroneamente, equipará-la a outras formas de resistência. Em razão disso, para diferenciá-la dos demais instrumentos de contestação, Jorge Jorge Malem Seña propõe delimitar o conceito de desobediência civil começando justamente por aquilo que ela não é. Sua classificação será parcialmente adotada, o que não exclui a complementação ou o contraponto de outros autores. Antônio Carlos Wolkmer<sup>82</sup> comenta com precisão alguns pontos da obra deste autor espanhol, tendo contribuído significativamente na compreensão das diferenças que se impõem entre desobediência civil e outras formas de dissidência.

*Desobediência revolucionária* - Esta forma de dissidência pressupõe a reformulação da estrutura social. Desconhece a ordem constitucional e propõe uma alteração bem mais ampla que a simples revogação de uma lei ou mudanças na política governamental, objetivos da desobediência civil. Apresenta-se como mecanismo de ruptura, de modificação social promovida exteriormente à ordem constitucional.

*Desobediência criminal* - É comum tanto a desobediência criminal como a desobediência civil se caracterizarem por um ato de transgressão à norma jurídica. Ambas são ilícitas, porém não iguais em sua constituição e fundamento. Enquanto a desobediência civil se dá publicamente, a outra se processa na clandestinidade, de forma oculta e secreta. Ademais, ao contrário da desobediência civil, a ação do delinquente comum não faz parte de estratégia política e não se encontra justificada em algum fundamento religioso ou moral.

---

<sup>82</sup> WOLKMER, Antônio Carlos. Desobediência civil nas sociedades democráticas. Florianópolis: UFSC, *Seqüência*, n. 20, p. 20-38, jun./1990.

Arendt, fazendo a mesma diferenciação, destaca que o criminoso comum não tem nenhuma preocupação coletiva, agindo somente em razão de seu interesse pessoal.

Ademais, segue a autora, a desobediência civil traduz a perda de autoridade da lei, enquanto a desobediência criminosa é decorrente da incompetência do poder policial. Os atos da desobediência civil, prossegue, não demonstram potencial criminoso que leve à conclusão de uma ilicitude *perene*. Já os atos criminosos correspondem a uma ameaça aos movimentos políticos ou à sociedade em geral.<sup>83</sup>

*Direito de resistência* - Segundo Nelson Costa, o direito de resistência estabeleceu as bases para o desenvolvimento da desobediência civil, o que não significa afirmar que se confundem ou que a existência de um exclua a do outro. Atualmente a Constituição alemã reconhece expressamente o direito de resistência, o que não se pode afirmar, segundo Jorge Malem Seña, em relação à desobediência civil. Enquanto a desobediência civil objetiva verificar a obrigatoriedade das normas jurídicas particulares, a resistência, numa direção mais ampla, visa a fazer frente à totalidade do ordenamento jurídico. Aduz o autor que “o direito de resistência nem sempre é civil, podendo admitir em sua execução um conteúdo violento que na desobediência civil está ausente”.<sup>84</sup>

Diferentemente de Jorge Malem Seña, para Maria da Assunção Andrade Esteves<sup>85</sup> o direito de resistência se refere a uma garantia não-institucional e não-jurisdicional dos direitos fundamentais dos indivíduos, enquanto a desobediência civil situa-se como um direito moral-político.

*Simples dissidência, dissidência extrema e dissidência anarquista* - A dissidência é o direito reconhecido, nas sociedades democráticas, de manifestar ordenada e pacificamente a insatisfação com as decisões governamentais, utilizando-se de mecanismos institucionais específicos para este fim. Já a desobediência civil empreende sua contestação pela violação à lei, sendo para maioria dos autores, ao contrário da dissidência, inadmitida juridicamente.

<sup>83</sup> ARENDT, Hannah. Op. cit., p. 66-68.

<sup>84</sup> SEÑA, Jorge Malem. Op. cit., p. 50. “el derecho de resistencia no siempre es 'civil', pudiendo admitir en su ejecución un contenido de violencia que en la desobediencia civil está ausente”.

<sup>85</sup> ESTEVES, Maria da Assunção Andrade. *A constitucionalização do direito de resistência*. Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa: Lisboa - Portugal, 1989. p. 148.

A dissidência extrema, por sua vez, é manifestada por aqueles sujeitos que, em virtude da exclusão a que são submetidos pelo Estado, não se reconhecem como cidadãos obrigados a respeitá-lo. Ao contrário da desobediência civil, não aceitam as regras constitucionais, desejando a reformulação do pacto social e das instituições jurídico-políticas. Jorge Malem Seña percebe tais características no movimento negro dos Estados Unidos dos anos 50-60 que, excluído pela política branca, desejava uma renegociação radical da Constituição.<sup>86</sup> A dissidência anarquista, por sua vez, se configura como a ação voltada à desobediência ao ordenamento jurídico em sua totalidade e ao próprio Estado, utilizando-se, em última instância, de mecanismos violentos. Os dissidentes anarquistas, por sustentarem a inutilidade das leis, defendem a sua abolição. Podemos ver esta orientação no anarquista Kropotkin, ao referir que

um exame atento, as milhares de leis que existem para regular a humanidade parecem estar divididas em três categorias principais: proteção da propriedade, proteção dos indivíduos, proteção do governo. E, analisando cada uma destas categorias, chegamos a uma única e inevitável conclusão lógica e necessária: a inutilidade e perniciosidade das leis.<sup>87</sup>

*Movimentos de não-cooperação* - O principal responsável pela criação desta forma de resistência passiva à autoridade concentra-se na figura de Ghandi, que a considerava adequada para protestar contra as injustiças e para dificultar as ações do governo colonial britânico. É uma técnica de ação política que visava a modificar a estrutura social pela recusa ao cometimento de determinadas condutas inerentes ao desenvolvimento da atividade do governo e sua estrutura, mas que, no entanto, não se configura um ilícito. A não-cooperação, destaca Jorge Malem Seña, “admite, em sua realização prática, inúmeras variantes e possibilidades, desde boicotes contra instituições sociais específicas, até a desestruturação, por omissão, de uma função ou funções do Estado”.<sup>88</sup>

Gandhi, continua Jorge Malem Seña, determina que, enquanto a desobediência civil deve ser praticada por uma só pessoa e acompanhada de uma preparação religiosa ou

<sup>86</sup> SEÑA. Op. cit., p.51-52.

<sup>87</sup> KROPOTKIN, Peter. A inutilidade das leis. In: *Os grandes escritos anarquistas*. São Paulo: L & PM, 1998. p.102.

<sup>88</sup> SEÑA, Jorge Malem. Op. cit., p. 53-54. No original: "Esa técnica admite, en su realización práctica, innumerables variantes y posibilidades, desde boicots contra instituciones sociales específicas al resquebrajamiento, por inacción, de una función o funciones del Estado."

moral, a não-cooperação caracteriza-se por ser massiva, com participação de muitas pessoas de faixas etárias distintas.

*Objeção de consciência* - Nelson Costa insere a objeção de consciência como modalidade de desobediência civil, sendo uma de suas formas de manifestação. Para ele

a objeção de consciência é a forma mais simpática de desobediência civil. Não entra em conflito com a vontade da maioria, pois demonstra uma decisão pessoal. Um cidadão, ou grupo, questiona a lei de acordo com a consciência, não obedecendo caso a considere injusta. Invoca razões morais para desobedecer, recusando o compromisso para com o estado que não siga seus princípios.<sup>89</sup>

Essa identificação apresentada por Nelson Costa, no entanto, parece não ser a mais aceita. Assim, para Arendt, acentuando o caráter coletivo da desobediência civil, “ao contrário do objetor de consciência, o contestador civil é membro de um grupo, e este grupo, quer o apreciemos ou não, é formado em conformidade com o mesmo espírito que animava as associações voluntárias”.<sup>90</sup> A autora está preocupada em salientar que a desobediência civil não nos coloca à mercê da subjetividade dos indivíduos, mas trata de minorias articuladas que não devem ser reconhecidas como transgressores individuais sujeitos apenas a sua consciência.

Luis Carlos Amezua Amezua refere que tanto a desobediência civil como a objeção de consciência reconhecem a validade do ordenamento jurídico, estando direcionadas contra normas específicas. Porém, diferentemente daquela, esta se caracteriza como uma ação fundamentada na autonomia da consciência individual frente ao critério da maioria, com a finalidade de eximir-se de um dever jurídico, como o pagamento de imposto e o serviço militar, por exemplo. Isto é, “o direito à objeção de consciência se configura como um direito subjetivo fundamental, que uma vez exercido pelo titular lhe confere uma imunidade ante a exigibilidade do dever jurídico”.<sup>91</sup> O objetor de consciência não está

<sup>89</sup> COSTA, Nelson. Op. cit., p. 72.

<sup>90</sup> ARENDT, Hannah. Op. cit., p.87.

<sup>91</sup> AMEZUA, Luis Carlos Amezua. Desobediencia al derecho y objecion de conciencia. In: *Estudios sobre el ordenamiento juridico espanhol*. Libro conmemorativo del X aniversario de la Facultad de Derecho. Burgos: Faculdade de Derecho de Burgos, 1996. p. 223. “El derecho a la objeción de conciencia se configura como un derecho subjetivo fundamental, que una vez ejercido por el titular le confere una inmunidad ante la exigibilidad del deber jurídico”.



preocupado em tornar sua postura uma regra a ser aceita de forma genérica, porquanto admite a autonomia total da consciência em relação às convicções da maioria.

Jorge Molem Seña aponta três diferenças entre as duas categorias. Em primeiro lugar distinguem-se pela maneira como executam sua dissidência. A desobediência civil admite uma forma indireta, pois a desobediência pode ser tanto à lei injusta quanto a outra lei qualquer, com o objetivo de protestar contra a injustiça de uma lei ou de uma prática de governo. “O objetor de consciência, por outro lado, sempre se opõe a uma norma a ele dirigida e a qual considera inaceitável”.<sup>92</sup> A objeção é direcionada à própria norma que obriga o cidadão. Em segundo lugar, enquanto o objetor de consciência pode manter ocultas as razões de seu ato, a desobediência civil se dá de maneira aberta e pública, pois lhe é da essência expor sua contestação no sentido de convencer a maioria das injustiças existentes. Por fim, as penas aplicadas pelo poder competente são aceitas pelo desobediente civil, que demonstra reconhecimento à estrutura jurídica. O objetor, ao contrário, pode tentar evitar a punição, seja pelos meios legais ou não.

Ademais, continua Jorge Molem Seña, a objeção não representa qualquer estratégia política de reestruturação contra práticas e leis injustas, reduzindo-se seu papel à negação da ordem a ele dirigida, à situação que lhe impõe um dever. Diferem também pelo fato de a objeção de consciência possuir *status* constitucional, o que não acontece com a desobediência civil. Vale lembrar, neste sentido, que França, Alemanha, Itália, Portugal e outros países têm garantida em seus textos constitucionais a objeção de consciência.

Em sua obra *Uma Teoria da Justiça*, John Rawls ressalta que a separação entre os dois conceitos torna mais restrita a definição de desobediência civil. Para ele a “objeção de consciência é a desobediência a uma injunção legal ou a uma ordem administrativa mais ou menos direta. É a recusa porque uma ordem nos é endereçada e, dada a natureza da situação, as autoridades sabem se a cumprimos ou não.”<sup>93</sup> Seus argumentos seguem na mesma esteira das distinções de Jorge Molem Seña, destacando, contudo, que

<sup>92</sup> SEÑA, Jorge Molem. Op. cit., p. 56. Tradução do original: “El objetor de conciencia, por el contrario, siempre se opone a una norma a él dirigida y a la que considera moralmente inaceptable”.

<sup>93</sup> RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 408.

em situações concretas, não há nenhuma distinção clara entre desobediência civil e objeção de consciência. (...) Embora ocorram casos bem definidos de cada uma delas, a contraposição estabelecida entre ambas tem o objetivo de esclarecer a interpretação da desobediência civil e seu papel numa sociedade democrática.<sup>94</sup>

*Satyagraha* - Este conceito criado por Ghandi para distingui-la da resistência passiva, consiste numa postura disciplinada de vida, num processo de purificação religioso-espiritual sustentado nos princípios de castidade, pobreza, verdade e resistência. Nas palavras de Jorge Malem Seña:

Ao conceber a Satyagraha como um processo de autopurificação pela qual se aceita sofrer as consequências da violência em vez de provocá-las, está postulando a necessidade do sofrimento pessoal, elemento este que ocupará um lugar preeminente na doutrina de Mahatma.<sup>95</sup>

Essa prática, em última instância, visa ao desenvolvimento da personalidade de acordo com a lei de Deus.

*Desobediência civil direta e indireta* - A desobediência direta ocorre quando se viola a própria lei que se considera injusta. A indireta, por sua vez, caracteriza-se por desobedecer a uma lei em si mesma não-questionável, no intuito de colocar a público o descontentamento com outra lei ou uma prática governamental. Para Jorge Malem Seña esta divisão é importante à medida que a justificação para cada uma delas é distinta. Segundo ele, a desobediência indireta é muitas vezes a única maneira de demonstrar a insatisfação, face à dificuldade de se violar diretamente algumas leis consideradas injustas. José Estévez Araujo não admite a categoria da desobediência civil indireta. Para ele

não se pode admitir as teses de que os atos de desobediência civil se dividem em duas grandes categorias: desobediência civil direta e desobediência civil indireta. Qualificar uma situação de "desobediência civil indireta" supõe afirmar que quem protesta está utilizando a violação da lei de forma exclusivamente instrumental para chamar a atenção sobre o objeto de seu protesto. Esta atitude consistente de justificar os meios pelos fins é imprópria da

<sup>94</sup> Ibidem. p. 411.

<sup>95</sup> SEÑA, Jorge Malem. Op. cit., p. 55. "Al concebir al *satyagraha* como un proceso de autopurificación por el cual se acepta sufrir las consecuencias de la violencia en vez de provocarlas, está postulando la necesidad del sufrimiento personal, elemento éste que ocupará un lugar preeminente en la doctrina del Mahatma".

desobediência civil. Ademais, resulta extremamente raro encontrar situações que possam ser catalogadas como desobediência civil indireta.<sup>96</sup>

A desobediência civil indireta parece estar mais ligada à injustiça de medidas governamentais que em si mesmas não podem ser objeto de desobediência. Assim, por exemplo, o bloqueio de uma estrada visa tão somente chamar a atenção da comunidade e autoridades para determinadas medidas governamentais que, sob a ótica dos manifestantes, são injustas. Não há preocupação, por óbvio, em ressaltar uma injustiça da norma que proíbe a ocupação de rodovias.

#### 1.4 Elementos específicos da desobediência civil

Os autores destacam algumas características que são próprias da desobediência civil e que a diferenciam de outras formas de resistência. Quanto ao número de participantes pode-se dizer que não há unanimidade entre os teóricos. Thoreau, por exemplo, depositava no indivíduo e nas minorias a execução mais produtiva dos atos de desobediência. Hannah Arendt<sup>97</sup> fala em número significativo de indivíduos, uma ação de grupo; para ela não é na consciência individual que se funda a desobediência, e sim na ação política. Bobbio,<sup>98</sup> por sua vez, distingue a desobediência civil das formas de resistência individual, sendo que aquela exige uma manifestação de grupo.

Para John Rawls, pela desobediência civil “uma minoria força a maioria a considerar se ela deseja que seus atos sejam interpretados dessa maneira, ou se, em vista do

<sup>96</sup> ARAUJO, José Antonio Estévez. Op. cit., p. 34. No original: "No puede admitirse la tesis de que los actos de desobediencia civil se dividen en dos grandes categorías: desobediencia civil directa e desobediencia civil indirecta. Calificar un supuesto de 'desobediencia civil indirecta' supone afirmar que quien protesta está utilizando la violación de la ley de forma exclusivamente instrumental para llamar la atención sobre el objeto de protesta. Esta actitud consistente en justificar los medios por el fin es impropia de la desobediencia civil. Además, resulta extremamente raro encontrar supuestos que puedan ser catalogados como desobediencia civil indirecta".

<sup>97</sup> Cf. ARENDT, Hannah. *A desobediência civil*. Brasília: UNB, 1988. Uma explanação sobre as idéias da autora sobre direito de resistência e desobediência civil pode ser encontrado no texto de Celso Lafer. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das letras, 1988. p. 187-236.

<sup>98</sup> MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco; BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 2. ed. Trad. Carmen C. Varrialle, Gaetano Lo Mónaco, João Ferreira, Luiz Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Brasília: Universidade de Brasília, 1986. p. 337.

senso comum da justiça, ela deseja reconhecer as legítimas reivindicações da minoria”.<sup>99</sup> Do mesmo modo, para Walzer e Lafer a desobediência civil caracteriza-se por ser ato coletivo, uma concepção também seguida por Fábio Luis Guimarães<sup>100</sup>. Jorge Malem Seña admite que tanto a desobediência individual como a coletiva podem ser justificadas. Mais correntemente, no entanto, a desobediência civil tem sido identificada como ato coletivo, uma ação de grupo.

A desobediência civil é caracterizada, também, como sendo um ato público e aberto. Com o objetivo de angariar a simpatia do povo e demonstrar a clareza e a pertinência de suas intenções, os desobedientes desnudam à população todas as suas razões e perspectivas. Richard Wasserstrom, citado por Jorge Malem Seña, assinala que

os atos de desobediência civil não o são sem que sejam realizados publicamente pelo seu autor e de maneira deliberada e consciente. Reconhecer isto, significa percorrer um grande caminho até a compreensão de algo verdadeiramente interessante na natureza da desobediência civil, isto é, que sua função primeira é sempre educativa antes que preventiva de uma série de circunstâncias injustas.<sup>101</sup>

John Rawls acompanha essa orientação, que é praticamente uníssona. Entende a desobediência civil como uma forma de apelo público aos princípios públicos. Compara-a ao ato de falar em público, “e sendo um apelo público, uma expressão de convicção política profunda e consistente, ele acontece no fórum público”. Para ele esta é uma das razões da natureza não-violenta da desobediência civil.<sup>102</sup> O caráter público também é enfatizado por José Araujo, para quem a publicidade do ato está diretamente relacionada com a estratégia de não-violência, porque se deseja pela desobediência acordar livremente com o adversário em torno do objeto de protesto.<sup>103</sup> Hannah Arendt coloca a publicidade do ato desobediente como elemento de separação da desobediência criminosa. Para ela, “a distinção entre a

<sup>99</sup> RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. Trad. Almiro Pisetta e Lenita Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 405.

<sup>100</sup> GUIMARÃES, Fábio Luis. O direito humano de desobediência civil e sua inserção no ordenamento jurídico brasileiro. In: *Revista Faculdade de Direito UFMG*, Belo Horizonte, v. 36, n. 36, p. 368, 1999.

<sup>101</sup> WASSERSTROM, Richard apud SEÑA, Jorge Malem. Op. cit., p. 62. “Los actos de desobediencia civil non son tales sin que sean hechos públicos por el actor de una manera deliberada y conciente. Reconocer esto, significa recorrer un largo camino hacia la comprensión de algo verdaderamente interesante en la naturaleza de la desobediencia civil, esto es, que su función primaria es siempre educativa antes que preventiva de una serie de circunstancias injustas”.

<sup>102</sup> RAWLS, John. Op. cit., p. 405.

<sup>103</sup> ARAUJO, José Antonio Estéves. Op. cit., p. 27.

violação aberta da lei, executada em público, e a violação clandestina é tão claramente óbvia que só pode ser ignorada por preconceito ou má vontade”.<sup>104</sup> Bobbio, no mesmo sentido, sustenta que por seu caráter demonstrativo e fim inovador, o ato do desobediente caracteriza-se pelo máximo de publicidade possível.<sup>105</sup>

Outro elemento da desobediência civil refere-se a sua politicidade. Hannah Arendt centra a desobediência civil na ação política, no ato político de um significativo número de cidadãos que não mais acreditam nos sinais convencionais da mudança. Reconhece a potencialidade inovadora da desobediência civil, sua capacidade de ajustar a estrutura do direito com as incessantes transformações sociais.<sup>106</sup> De maneira mais objetiva, John Rawls estabelece que

a desobediência civil é um ato político não apenas no sentido de que se dirige à maioria que detém o poder político, mas também porque é um ato que se orienta e justifica por princípios políticos, isto é, pelos princípios da justiça que regulam a constituição e as instituições sociais em geral. Na justificativa da desobediência civil, o cidadão não apela para princípios de moral pessoal ou para doutrinas religiosas, embora esses fatores possam coincidir e sustentar as reivindicações apresentadas. (...) Em vez disso, invoca-se a concepção comumente partilhada da justiça que subjaz à ordem política.<sup>107</sup>

Um regime político razoavelmente democrático pressupõe a existência de um conceito público de justiça utilizado pelos cidadãos como referência para direcionar sua vida política e interpretar a Constituição. Para John Rawls, quando os princípios basilares da concepção de justiça são contínua e deliberadamente violados, a minoria, pela desobediência civil, “força a maioria a considerar se ela deseja que seus atos sejam interpretados dessa maneira, ou se, em vista do senso comum de justiça, ela deseja reconhecer as legítimas reivindicações da minoria.”<sup>108</sup>

A desobediência civil entendida como resistência *ex parte populi* à opressão<sup>109</sup> é não-violenta. Objetiva modificar as práticas e leis injustas sem jamais se colocar contra a ordem jurídica como um todo. Não põe à prova a legitimidade do sistema em sua

<sup>104</sup> ARENDT, Hannah. Op. cit., p. 69.

<sup>105</sup> BOBBIO, Norberto, et ali. *Dicionário de política*. Op. cit., p. 335.

<sup>106</sup> ARENDT, Hannah. Op. cit., p. 68.

<sup>107</sup> RAWLS, John. Op. cit., p. 405.

<sup>108</sup> RAWLS, John. Op. cit., p.405.

<sup>109</sup> LAFER, Celso. Op. cit., p.233.

totalidade, mas sim das normas e práticas injustas. Se depreende de Rawls que a desobediência à lei de forma pública e não-violenta demonstra fidelidade às prescrições da lei enquanto parte de sistema jurídico capaz de vincular as ações do cidadão. Ocorre a desobediência dentro dos limites legais, embora seja exterior a este limite. Para ele, “a lei é infringida, mas por meio da natureza pública e não violenta do ato, expressa-se fidelidade à lei, e disposição de acatar as consequências legais da conduta adotada”.<sup>110</sup> A não-violência da desobediência evidencia um ato político sincero e consciente capaz de convencer os outros de que nossos atos têm uma base moral sustentada nas convicções políticas da sociedade.

Bobbio<sup>111</sup>, por sua vez, reconhece o caráter da não-violência como um elemento específico da desobediência civil, e que a diferencia de outras formas de resistência. Os meios violentos, para Arendt, são inadequados porque levam à destruição do poder e da autoridade, sendo que o caminho para evitar essa destruição encontra-se na ação política, da qual a desobediência civil é uma categoria possível em situações extremas. Gandhi, através da filosofia da não-violência, foi um grande expoente na luta pacífica contra a dominação. Jorge Malem Seña destaca que o conceito de violência é rodeado de dificuldades conceituais quanto a sua delimitação. Percorrendo sua evolução conceitual, sustenta que a desobediência civil é incompatível com

violência física, ameaças, coações, intimidação ou qualquer outro tipo de pressões que restrinjam ou eliminem a autonomia das pessoas. É necessário, também, que o desobediente civil não responda com violência à ação dos agentes do Estado e que uma vez pronunciadas as sentenças, se submeta às decisões judiciais, tratando sempre de alcançar, no âmbito político, acordos consensuais; nunca impondo seus próprio pontos de vista.<sup>112</sup>

<sup>110</sup> RAWLS, John. Op. cit., p. 406.

<sup>111</sup> BOBBIO, Norberto, et ali. *Dicionário de política*. Op. cit., p. 336.

<sup>112</sup> SEÑA, Jorge Malem. Op. cit., p.72. Tradução do original: "Resumiendo, para que haya desobediencia civil es necesario que no haya violencia fisica, amenazas, coacciones, intimidación, o cualquier outro tipo de presiones que restrinjan o eliminen la autonomía de las personas. Es necesario, también, que el desobediente civil no responda com violencia a la acción de los agentes del Estado y que una vez pronunciadas las sentencias, se someta a las decisiones jurisdiccionales, tratando siempre de alcanzar, en el ámbito de lo político, acuerdos consensuados; nunca imponiendo sus propios puntos de vista".

José Estévez Araujo ressalta que um dos objetivos da resistência não-violenta é fazer com que o opressor reconheça a dignidade do oprimido, minando diferenças que impeçam o reconhecimento mútuo. Para ele, Martin Luther King ensina que

o reconhecimento por parte do adversário resulta uma condição necessária para que este se disponha a escutar e atender suas razões. O objetivo da resistência não-violenta é, neste sentido, gerar uma atitude racional. Por isso, (...) se fixa sempre como meta a negociação com a outra parte para alcançar um acordo livremente assumido por ambos.<sup>113</sup>

A eficácia do ato não-violento está diretamente ligada ao efeito produzido nos participantes e espectadores do conflito, do que dependerá a simpatia da opinião pública e a aproximação entre os lados opostos.

Há que se ressaltar ainda, que para a maioria dos autores a desobediência civil põe em evidência a força prescritiva de algumas normas em específico e não os fundamentos do sistema jurídico como um todo. Do ponto de vista estritamente legal, no entanto, a doutrina caminha para dois sentidos distintos. Por um lado, tem destacado que a desobediência à lei não pode encontrar respaldo no sistema jurídico, sendo sempre ilícitos os atos desobedientes. Isto é, a obediência à lei se impõe como elemento de funcionamento de uma estrutura social que deposita nela toda sua justificação, de modo que permitir a desobediência seria contrário a sua racionalidade de poder e reprodução; a autoridade da lei, neste sentido, não consegue construir-se permitindo sua desobediência. Por outro lado, no entanto, alguns, como Maria Garcia<sup>114</sup>, defendem que a desobediência civil integra o rol de direitos constitucionais, pelo que não aceitam seu caráter de incondicional ilícito.

Para Nelson Costa, a ilicitude da desobediência civil se diferencia de outras práticas ilícitas pelo fato de amparar-se em justificativas legítimas e de ser um comportamento recomendado a todo cidadão. Para ele a desobediência civil não depende do reconhecimento por parte do Estado, representando um instrumento de cidadania à disposição da sociedade civil que o Estado não pode garantir juridicamente. Ademais, a

---

<sup>113</sup> ARAUJO, José Antonio Estévez. Op. cit., p.25. "El reconocimiento por parte del adversario resulta una condición de necesaria para que esté dispuesto a escuchar y atender a razones. El objetivo de la resistencia no-violenta es, en este sentido, generar una actitud racional. Por ello, la resistencia no-violenta se fija siempre como meta la negociación con la otra parte para alcanzar un acuerdo libremente assumido por ambos".

<sup>114</sup> GARCIA, Maria. *Desobediência civil: direito fundamental*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

própria ilicitude da desobediência civil se constitui numa arma importante para deflagrar a discussão e reformular os pontos discordantes, isto é, “a força da desobediência civil está em sua justa ilegalidade em conflito com a legalidade injusta”.<sup>115</sup> Jorge Malem Jorge Malem Seña também enfatiza a ilegalidade como elemento da desobediência civil, acrescentando que ela poderá decorrer de uma ação ou omissão, como todos os atos ilegais. Lembra, ainda, que tais atos podem transgredir normas de grupos subsidiários do Estado, como as universidades e outras associações de caráter público e privado, por exemplo.<sup>116</sup> Rawls, por sua vez, destaca que a desobediência civil é contrária à lei mas dentro dos limites da lei. Apesar da violação legal, a natureza pública e não-violenta do ato demonstra a aceitação das consequências jurídicas. É a aceitação das regras do jogo, o reconhecimento e a fidelidade à autoridade da lei. Bobbio e Arendt, neste sentido, reconhecem uma ilegalidade legitimada dos atos desobedientes.

No entanto, uma análise meramente positivista da desobediência civil não alcança as complexidades que envolvem o tema. É necessário transcender a discussão da legalidade para a legitimidade, situando a desobediência civil no limiar destas duas categorias. O Estado constitucional moderno se justifica através de princípios cuja validade não depende exclusivamente do Direito positivo. O Estado tem uma existência política que ultrapassa em muito uma justificação apenas legal, de modo que a legitimidade de seus atos deve ser auferida na presença de todos os elementos que interferem na sua constituição, e não apenas com base em sua legalidade. Assim, como ensina Habermas,

o Estado Constitucional moderno somente pode esperar a obediência de seus cidadãos à lei se, na medida em que, apoiar-se sobre princípios dignos de reconhecimento a cuja luz, pois, pode justificar-se como legítimo o que é legal ou, em seu caso, se possa comprovar-se como ilegítimo.<sup>117</sup>

<sup>115</sup> COSTA, Nelson. Op. cit., p.60.

<sup>116</sup> SEÑA, Jorge Malem. Op. cit., p.61.

<sup>117</sup> HABERMAS, Jürgen. *Ensayos políticos*. 2. ed. Barcelona: Península, 1994. p. 58. Tradução livre do original: "el Estado constitucional moderno sólo puede esperar la obediencia de sus ciudadanos a la ley si, y en la medida en que, se apoya sobre principios dignos de reconocimiento a cuya luz, pues, pueda justificarse como legítimo lo que es legal o, en su caso, pueda comprobarse como ilegítimo".



Em razão da legitimidade não se reduzir à legalidade, o Estado não pode exigir do cidadão aquilo que o autor de Frankfurt denomina uma obediência jurídica incondicional, podendo apenas determinar uma obediência qualificada, uma situação que permite ao cidadão a capacidade de reconhecer as violações legais da legitimidade.

As categorias lícito ou ilícito guardam direta relação com o tratamento despendido à desobediência civil pelo ordenamento. Importa saber os elementos que constituem os tipos jurídicos permitidos, proibidos e obrigatórios. Dessa forma, a questão da licitude liga-se ao reconhecimento ou não da desobediência civil por parte do direito positivo, pois dependendo do tratamento que receber não há que se falar em atos ilícitos se o seu exercício for a manifestação regular de um direito.

Há que se ter presente que a interpretação dos atos pretensamente desobedientes não se processa sem sujeitos e sem um referencial teórico, os quais, por sua vez, são determinantes na conclusão sobre a licitude ou não. Assim, a construção semântica do lícito é também a exposição do paradigma adotado na elaboração desta categoria jurídica, no qual, sem sombra de dúvida, as proximidades entre legalidade e legitimidade desempenham papel fundamental.

Por fim, outro elemento característico da desobediência civil refere-se a sua utilização somente quando esgotados os meios institucionais. Deve ser limitada apenas para casos extremos, um instrumento a ser utilizado como último recurso. Por esse entendimento, é necessário, antes de tudo, esgotar os meios institucionais de solução dos conflitos. Em razão de visar à reformulação do mundo normativo e das condutas governamentais sem afrontar a ordem do sistema como um todo, se constitui num processo a favor de melhorias das instituições democráticas, o que lhe impõe o dever de reconhecê-las.

John Rawls destaca que quando os apelos dirigidos de boa-fé à maioria política restarem infrutíferos, quando os meios legais se demonstrarem indiferentes para a resolução da situação, não resta outro recurso senão a desobediência civil. Pondera, contudo, que, quando as reiteradas medidas institucionais forem improficuas, não é necessário exaurir os meios jurídicos, porque tudo indica que estas medidas resultarão em nada. Admite mais: "Alguns casos podem ser tão radicais a ponto de dispensarem o dever de usar primeiro

apenas os meios legais de oposição política".<sup>118</sup> Como regra, o autor reconhece na desobediência civil um recurso derradeiro, não afastando, no entanto, que diante da manifesta ineficácia institucional em resolver os problemas ou frente a situações de radical injustiça ela possa ser utilizada até mesmo como instrumento primeiro.

Nelson Costa, nesse sentido, alerta que deve haver uma preparação da opinião pública e dos participantes, de modo que a ação direta evite crises e tensões na comunidade. É necessário demonstrar que são assumidas todas as consequências dos atos desobedientes e que essa atitude aconteça num momento oportuno e no interesse da cidadania. Neste sentido, é preciso "esgotar as possibilidades de reforma por negociações ou instrumentos jurídicos, visando mostrar a legitimidade das exigências para a sociedade em geral".<sup>119</sup> As idéias de Jorge Malem Seña também apontam para a desobediência civil como instrumento a ser utilizado após esgotados os meios institucionais.

Em Ronald Dworkin o problema da desobediência civil como recurso derradeiro somente pode ser compreendido no contexto dos três tipos de desobediência civil que o autor apresenta: a desobediência baseada na integridade, em que o atendimento aos ditames da consciência impede de obedecer; a desobediência baseada na justiça, definida por Dworkin como uma postura estratégica que visa a opor-se à política injusta com intuito de modificá-la, intenta contra "uma política de opressão de uma minoria pela maioria"; e por último, a desobediência baseada na política, em que seus agentes desejam reverter uma política pelo fato de considerá-la perigosamente imprudente.

Dworkin considera a desobediência civil baseada na integridade pessoal e na consciência uma questão de urgência que não pode esperar as manifestações institucionais, sob pena desta obediência significar uma perda definitiva. É uma forma de defesa pela desobediência que "tem como objetivo apenas que o agente não faça algo que sua consciência proíbe".<sup>120</sup> Exemplifica o autor: "O nortista a quem se pede que entregue um escravo ao proprietário, ou mesmo o escolar a quem se pede que saude a bandeira, sofre

---

<sup>118</sup> RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. Op. cit., p. 414.

<sup>119</sup> COSTA, Nelson. Op. cit., p. 54.

<sup>120</sup> DWORKIN, Ronald. *Uma questão de princípio*. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 160-161.

uma perda definitiva ao obedecer e não é de muita valia para ele que a lei seja modificada logo depois".<sup>121</sup>

Para Jorge Malem Seña, o que Dworkin denomina desobediência civil baseada na integridade pode ser identificado com a objeção de consciência. Há que se frisar, no entanto, que as razões motivadoras da desobediência civil, em muitos casos, não são distintas das motivadoras da objeção, sendo desse modo, a classificação de um ato desobediente, em uma ou outra categoria, uma tarefa complexa. Assim, é coerente a inclusão dos pensamento de Dworkin, principalmente por se tratar de um dos mais respeitados jusfilósofos contemporâneos a debruçar-se sobre o tema. Ressalvado este aspecto conflitante, importa destacar que Dworkin introduz um novo elemento na discussão quando defende a possibilidade de se utilizar a desobediência civil como instrumento de defesa para situações de urgência sem antes recorrer aos meios institucionais.

Nos passos do autor americano, parece coerente afirmar que, quando a situação exigir uma manifestação imediata, seja para defesa ou protesto, recorrer previamente aos mecanismos jurídicos significa anular o objeto da desobediência civil. Assim, uma teoria da desobediência civil que se quer profícua não pode excluir de forma incondicional a atuação defensiva e imediata, sob pena de restarem prejudicados seus objetivos quando de circunstâncias extremas e irreversíveis. É a natureza e a gravidade da injustiça que determinam a ênfase e o momento da reação a ser tomada.

Além disso, supor que um determinado problema possa ser debatido em toda seara institucional e somente ao final deste processo ser atacado pela desobediência significa que este problema não potencializa uma injustiça capaz de gerar perplexidade no seio dos grupos sociais a ponto de desencadear a desobediência civil enquanto um ato de reestruturação política. Sendo a desobediência civil um recurso extremo e excepcional, sua utilização merece lugar para provocar uma solução institucional. A desobediência civil tem o condão de incitar o debate e agir como reconstrutora do espaço democrático, jamais tencionando a promover a instabilidade institucional. Nesse sentido, figuraria paradoxal se aquelas circunstâncias que possam aguardar, sem prejuízos, todos os meios político-jurídicos de solução, justificassem elas mesmas a desobediência civil. Assim, em vez de último recurso, talvez se devesse admitir a desobediência civil como recurso excepcional a

---

<sup>121</sup> Idem, p. 159-160.

ser adotado para resgatar o debate, que às vezes não pode esperar todo o desenrolar institucional.

Uma vez delineada a natureza histórica e os elementos específicos da desobediência civil, ira se demonstrar, no capítulo seguinte, as justificativas da desobediência civil e as questões que envolvem a positivação constitucional dessa forma de resistência e o problema da sanção dos desobedientes civis. Essa incursão visa apontar para as variantes axiológicas que devem ser contempladas para se compreender as potencialidades da desobediência civil no contexto do Estado democrático de direito.

## **CAPÍTULO 2**

### **JUSTIFICATIVAS, POSITIVAÇÃO CONSTITUCIONAL E SANÇÃO DA DESOBEDIÊNCIA CIVIL**

#### **2.1 Desobediência civil como participação política em defesa da legitimidade e da estabilidade constitucional**

Para Bobbio<sup>122</sup> existem três grandes teorias justificadoras da desobediência civil. A primeira, de vertente religiosa, destaca a existência de uma lei moral que obriga a consciência e que deve imperar sobre qualquer outra. Assim, uma norma política somente irá obrigar se estiver em acordo com a lei moral. A segunda fonte histórica de justificação, de origem naturalista e que teve em Locke o grande teórico, trabalha com a idéia de que o indivíduo é anterior e superior ao Estado, e que este tem finalidade de proteger os direitos naturais e inalienáveis daquele.

Dessa forma, quando o Estado não consegue cumprir com esta tarefa, praticando atos contrários a sua finalidade, nasce para o indivíduo o direito de resistir. Uma terceira dimensão justificadora reside na “idéia libertária da perversidade essencial de toda a forma de poder sobre o homem, especialmente do máximo poder que é o Estado com o corolário de que todo o movimento que tende a impedir a prevaricação do Estado é uma premissa necessária para instaurar o reino da justiça, da liberdade e da paz”.<sup>123</sup> Essa terceira perspectiva, de acordo com Bobbio, teve em Thoreau seu principal expoente.

---

<sup>122</sup> BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Op. cit., p. 338.

<sup>123</sup> Idem. p.338.

Note-se que, analisada sob o ângulo positivista de obediência ao ordenamento, qualquer tentativa de justificar a desobediência à lei padece de elementos consistentes. Isto porque a modernidade construiu uma legitimidade que se basta na legalidade, sufocando qualquer possibilidade de discutir as razões axiológicas pelas quais se deve obedecer à lei. Por este prisma, imaginar que a lei autorize a violação de uma lei soa um tanto estranho.

Ao admitir, no entanto, que o Estado Democrático de Direito não se reduz ao ordenamento, mas se constitui sobre uma moralidade política, está se inserindo na noção de direito, necessariamente, um conteúdo de legitimidade que importa para a validade das leis. Sendo que a legalidade não suplanta a totalidade do direito, não pode responder de forma exclusiva sobre seu poder de obrigatoriedade, que, assim, escapa de seu ângulo de avaliação e se estende à legitimidade.

Na esteira da escola positivista, que não diferencia o direito da lei e desconhece a complexidade das variantes envolvidas na legitimidade do Estado de Direito, é paradoxal promover justificativas da desobediência civil. Somente nos termos de um conceito de direito que reconheça sua inafastável constituição ético-política, sedento de legitimidade, poder-se-á discutir as justificativas da desobediência à lei. Enfim, o problema das justificativas da desobediência civil deve ser analisado no contexto da crise de legitimidade das instituições jurídico-políticas. Desse modo, justificar<sup>124</sup> um ato violador da lei é demonstrar o acerto do comportamento do cidadão e a impossibilidade de adotar conduta diversa sem comprometer a legitimidade que se quer resgatar pela desobediência. As justificativas amparam-se em elementos morais, políticos e jurídicos, todos, porém, imbricados ao problema da legitimidade, que se propala justamente no limiar dessas três categorias.

O Estado Democrático de Direito deve necessariamente reconhecer-se no contexto da moralidade social, sua principal fonte de matéria-prima. Princípios éticos, morais e políticos são componentes essenciais de sua estruturação, já não podendo ser esquecidos

---

<sup>124</sup> Lembra Jorge Malem Seña que existem diferenças entre escusar, justificar e explicar uma ação. Explicar significa expor as causas motivadoras de uma determinada ação, sem análise de mérito, sem qualquer valoração. Justificar é manifestar aprovação ao ato do desobediente sem, no entanto, negar-lhe a responsabilidade. Por fim, escusar é reconhecer a ilegalidade da ação rechaçando, porém a responsabilidade. Toma-se, nesse trabalho, a categoria justificativa como conceito amplo a incorporar todos os citados significados, eis que os autores estudados não estampam uma linha distintiva, tomando-os, quase sempre, com o mesmo valor semântico. SEÑA, Jorge Malem. Op. cit., p. 100 -101.

como referencial para a legitimidade e mesmo a legalidade do sistema. As Constituições incorporaram essas pautas axiológicas e estenderam seus conceitos de legalidade para abarcar esses valores. Assim, antes de serem jurídicos, muitos princípios correspondem à normalidade moral que se admite como fonte de normatividade, de modo que a validade de um ato governamental ou de uma lei não pode quedar isenta desse controle. A legitimidade, portanto, não se reduz à mera legalidade e, por isso, seus elementos interferem na construção da validade normativa que, dinâmica, passa a ser condicionada ao reconhecimento da moralidade social. A desobediência se entende, neste sentido, como necessária para o debate de aproximação entre legalidade e legitimidade.<sup>125</sup>

O problema da desobediência civil, para Habermas, surge quando admitimos que o Estado Democrático de Direito necessita de uma justificação moral e que esta, ao mesmo tempo, pode ser atingida. As justificativas do Estado ultrapassam a fronteira de seu ordenamento e reconhecem os princípios morais como imprescindíveis a sua legitimidade. O Estado de Direito transcende seus ordenamentos, e, assim, "la constitución há de justificarse en virtud de unos principios cuya validez no puede depender de que el derecho positivo coincida con ella o no".<sup>126</sup> Desse modo, prossegue Habermas, a obediência à lei deve decorrer do reconhecimento reflexivo de que determinada norma condiz com a justiça latente no ordenamento e não apenas fundamentar-se, como habitualmente ocorre, na aceitação de que as regras são discutidas e aprovadas de acordo com determinado procedimento.<sup>127</sup> É, destarte, no contexto da crise de legitimidade enfrentada pelo Estado que se insere a discussão sobre a desobediência à lei.

Para o autor alemão, a falibilidade da lei e das instituições impede uma proteção automática dos postulados morais do ordenamento, o que impele o Estado a proteger a desconfiança dos cidadãos com respeito a injustiças que podem tomar formas de legalidade. Refere que este paradoxo

encuentra su solución en una cultura política que reconoce u otorga a las ciudadanas e ciudadanos la sensibilidad, la capacidad de raciocinio y la disposición a aceptar riesgos necesarios que son imprescindibles en situación

<sup>125</sup> Para um estudo sobre poder e legitimidade, ver: FARIA, José Eduardo. *Poder e legitimidade*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

<sup>126</sup> HABERMAS, Jürgen. *Ensayos Políticos*. Op. cit., p. 58.

<sup>127</sup> HABERMAS, Jürgen. Op. cit., p. 57-59.

de transición y de excepción para reconocer las violaciones legales de la legitimidad y, llegado el caso, para actuar ilegalmente por convicción moral.<sup>128</sup>

A desobediência civil tem o condão de afirmar que as normas legais podem ser ilegítimas se não contemplarem os princípios morais aceitos espontaneamente por todos aqueles que compõem o Estado constitucional. A construção histórica do Estado Democrático de Direito caracteriza-se por avanços e retrocessos, acertos e grosseiros erros, de modo que a inacabada busca de legitimidade encontra na desobediência civil uma capacidade de adaptação, inovação e revisão permanentes. Essa maneira não convencional de participação política coletiva deve compor a cultura democrática para manter viva a capacidade de inovação e a crença de seus cidadãos na legitimidade.

A desobediência civil, continua Habermas, reclama que a formação legal da vontade política não pode distanciar-se dos "processos de comunicação da esfera pública", pois a democracia implica a liberdade de atuação dos agentes sociais na construção racional da definição de seus próprios rumos. O sistema político não pode desvincular-se da sociedade civil, pois é na opinião pública que o Estado encontra subsídios para "atualizar os conteúdos normativos do Estado democrático de Direito, e para contrapor-los à inércia sistêmica da política institucional."<sup>129</sup>

Segundo José Carlos Garcia, para Habermas o reconhecimento da legitimidade da desobediência civil não se limita à esfera moral do desobediente, que é resultado da construção coletiva na esfera pública. Caracteriza-se como "um componente decisivo para regular o aprimoramento dos sistemas democráticos em sociedades avançadas, mecanismo de inclusão de temas relevantes nas agendas políticas quando os canais internos (modelos de acesso interno e de mobilização) não o façam".<sup>130</sup>

Como defensora da legitimidade, a desobediência à lei deve ser reconhecida como parte integrante de uma cultura política madura em uma sociedade democrática. Centra-se

<sup>128</sup> Idem, p. 59. Tradução livre: "encontra a sua solução em uma cultura política que reconhece e outorga às cidadãs e cidadãos a sensibilidade, a capacidade de raciocínio e a disposição em aceitar riscos necessários que são imprescindíveis na situação de transição e de exceção para reconhecer as violações legais da legitimidade e, sendo o caso, para atuar ilegalmente por convicção moral".

<sup>129</sup> HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia. entre faticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, v. II. p. 117.

<sup>130</sup> GARCIA, José Carlos. O MST entre a desobediência e a democracia. In: *A questão agrária e a justiça*. Juvelino José Strozake (org.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. p. 160 -161.



nos mesmos princípios fundamentais que legitimam a Constituição, de modo que seu apelo à moralidade social é incompatível com a obediência incondicional à lei. É oportuno que a obediência à lei se qualifique e se limite às normas legítimas, percebendo as limitações da legalidade e as exigências morais necessárias para justificar o Estado, "porque no puede excluirse que también dentro de un ordenamiento jurídico completamente legítimo subsista una injusticia legal sin que se corrija".<sup>131</sup>

Assim, quando fracassarem os postulados da Constituição representativa perante as aspirações de legitimidade, "el pueblo pode resucitar los derechos originarios del soberano bajo la forma de los ciudadanos, incluso de los ciudadanos singulares. En última instancia, el Estado democrático de derecho depende de este defensor de la legitimidade."<sup>132</sup>

Portanto, a desobediência civil para Habermas

debe quedar sopesada entre legitimidad y legalidad; sólo entonces señala el hecho de que el Estado democrático de derecho rechaza todas las formas de encarnación jurídica, e nel sentido positivo com sus principio constitucionales legitimadores. Pero este Estado renuncia en última instancia, a exigir de sus ciudadanos la obediencia por otros motivos a los tendientes a una legitimidad de la ordenación jurídica en acuerdo com todos, la desobediencia civil corresponde a la ineludible existencia de uma política madura.<sup>133</sup>

John Rawls, assim como Habermas, apresenta uma base moral para justificar a desobediência civil. Partindo de uma declarada postura contratualista, supõe uma situação original em que pessoas livres, racionais e em igual liberdade pactuam em torno dos princípios de justiça a serem seguidos pela sociedade. Nesse estágio original de escolha, as partes, sob efeito de um "véu da ignorância", desconhecem seus interesses e suas situações do passado, do presente e do futuro, bem como o lugar que ocupam na distribuição de talentos naturais. Nestas condições, relata o autor, nenhuma das partes sabe "como as várias

<sup>131</sup> HABERMAS, Jürgem. *Ensaio políticos*. Op. cit., 83. "não se pode excluir-se que também dentro de um ordenamento jurídico completamente legítimo subsista uma injustiça legal sem que se corrija."

<sup>132</sup> Idem. p. 61. "O povo pode ressuscitar os direitos originários do soberano bajo la forma dos cidadãos, inclusive dos cidadãos singulares. Em última instância, o Estado democrático de direito depende deste defensor da legitimidade."

<sup>133</sup> HABERMAS, apud SEÑA, Malem. Op. cit., p.152. Tradução livre: "deve ficar sopesada entre legitimidade e legalidade; só então assinala o feito de que o Estado democrático de direito rechaça todas as formas de encarnação jurídica, no sentido positivo com seus princípios constitucionais legitimadores. Porém este Estado renuncia em última instância, a exigir de seus cidadão a obediência por outros motivos aos tendentes a uma legitimidade da ordenação jurídica em acordo com todos, a desobediência civil corresponde a iniludível existência de uma política madura".

alternativas irão afetar o seu caso particular, e são obrigadas a avaliar os princípios unicamente com base nas considerações gerais".<sup>134</sup> Assim, elas devem escolher princípios que estão preparadas para aceitar, independentemente de seu conteúdo. Supõe Rawls que os princípios de justiça escolhidos consensualmente na peculiar posição original seriam os seguintes:

Primeiro: cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema de liberdades básicas iguais que seja compatível com um sistema semelhante de liberdades para as outras.

Segundo: as desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas de tal modo que sejam ao mesmo tempo (a) consideradas como vantajosas para todos dentro dos limites do razoável, e (b) vinculadas a posições e cargos acessíveis a todos.<sup>135</sup>

Esses princípios de justiça deveriam orientar o conteúdo da Constituição e, também, os legisladores na elaboração de leis justas. Mas, segundo Rawls, o estabelecimento de princípios como critérios orientadores não é suficiente para que realmente se produzam normas justas, pois "no existe ningún procedimiento político factible que garantice que la legislación promulgada será justa".<sup>136</sup> Destaca que nas Constituições democráticas o princípio da maioria decorre dos princípios de justiça nelas pactuados. Portanto, ao admitirmos que a Constituição é justa, aceitando os benefícios dela decorrentes, devemos acatar as normas produzidas pela maioria, mesmo que sejam injustas, desde que não ultrapassem certos limites.

Ocorre que o princípio da regra da maioria tem, segundo Rawls, importância secundária no procedimento. Para ele, a existência de uma Constituição justa não impede a produção de leis injustas, de modo que os princípios convencionados é que deverão nortear toda ação política em sociedade. São esses princípios que devem ser opostos contra uma legislação injusta, pois o atendimento ao procedimento legislativo não obriga aos cidadãos considerarem justo o estabelecido pela maioria. Nas palavras de Rawls:

<sup>134</sup> RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 147.

<sup>135</sup> Idem p. 64.

<sup>136</sup> RAWLS, John. *Justicia como equidad*. Madrid: Tecnos, 1999. p. 161. Tradução livre: "não existe nenhum procedimiento político que possa garantir que a legislación promulgada será justa".

La justicia de la Constitución no asegura la justicia de las leis estatuidas bajo ellas; y aunque a menudo tenemos tanto una obligación com um dever de observar lo legislado por la mayoría (en la medida en que ello no sobrepase ciertos límites), no hay, por supuesto, una obligación o un deber correspondiente de considerar justo aquello que la mayoría estatuye. El derecho a hacer leis no garantiza que la decisión se tomará rectamente; y aunque el ciudadano se someta en su conduta al juicio de la autoridad democrática, no somete su juicio a ella. Y si a su juicio lo establecido por la mayoría sobrepasa ciertos limites de injusticia, el ciudadano puede pensar en la desobediencia civil.<sup>137</sup>

A desobediência civil representa, numa sociedade democrática, a apelação aos princípios de justiça, aos fundamentos de cooperação entre homens livres que, para Rawls, devem se expressar na Constituição e orientar sua interpretação. É ato político no sentido de estar justificada em princípios morais definidores da sociedade civil e do bem público, e não em princípios morais próprios ou doutrinas religiosas. É ato público que o desobediente acredita justificado na concepção pública de justiça, considerando, com base nela, estar se dirigindo ao conceito de justiça da maioria com o fim de ver modificadas as normas injustas e alertar para o não-cumprimento dos fundamentos de cooperação social. Por essa prática, "uma minoria força a maioria a considerar se ela deseja que seus atos sejam interpretados dessa maneira, ou se, em vista do senso comum de justiça, ela deseja reconhecer as legítimas reivindicações da minoria".<sup>138</sup> Sua definição de desobediência civil é proposta para uma sociedade de quase-justiça, organizada por um regime democrático. Conceitua a desobediência civil como

um público, não violento, consciente e não obstante ato político contrário à lei, geralmente praticado como objetivo de provocar uma mudança na lei e nas políticas de governo. Agindo dessa forma, alguém se dirige ao senso de justiça da maioria da comunidade e declara que, em sua opinião ponderada, os princípios de cooperação social entre homens livres e iguais não estão sendo respeitados.<sup>139</sup>

<sup>137</sup> Idem. p. 162. Tradução livre: "A justiça da Constituição não assegura a justiça das leis estaduais abaixo dela; e ainda que tenhamos tanto uma obrigação como um dever de observar o legislado pela maioria (na medida em que ele não ultrapasse certos limites), não há, assim, uma obrigação ou um dever de considerar justo aquilo que a maioria estatui. O direito de fazer leis não garante que a decisão se tomará corretamente; e enquanto o cidadão se submete a sua conduta ao juízo da autoridade democrática, não submete o seu juízo a ela. E se a seu juízo o estabelecido pela maioria ultrapassa certos limites de injustiça, o cidadão pode pensar na desobediência civil".

<sup>138</sup> RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. Op. cit., p. 405.

<sup>139</sup> Idem. p. 404.

Quando, anteriormente, foram destacados os elementos específicos da desobediência civil, foram vistos alguns traços do conceito aduzido por Rawls, sem, no entanto, adentrar-se nas circunstâncias que considera necessárias para justificar os atos desobedientes. O primeiro pressuposto enumerado para justificar a desobediência civil refere-se às injustiças a serem combatidas. Argumenta o autor que, sendo a desobediência civil um ato político dirigido ao senso de justiça da maioria, deverá reservar-se aos casos de violações claras e substanciais da justiça, "de preferência àqueles que impedem a remoção de outras injustiças".<sup>140</sup> Supõe, neste sentido, que a desobediência civil restringe-se às violações do primeiro princípio, o da liberdade igual, e da segunda parte do segundo princípio, referente à igualdade de oportunidades.

Quanto às infrações ao princípio da diferença, primeira parte do segundo princípio, pela complexidade dos problemas envolvidos, entende que qualquer apelo à concepção pública de justiça não teria a clareza necessária, de modo que é melhor deixar o processo político decidir sobre estas questões. Conclui que "a violação do princípio da liberdade igual é, portanto, o objeto mais apropriado da desobediência civil. (...) Presume-se que, quando ele é plenamente respeitado, outras injustiças, embora talvez persistentes e significativas, não fugirão ao controle público".<sup>141</sup>

Como segunda condição para que se dê uma desobediência justificada, Rawls leciona que a desobediência civil deve ser utilizada como último recurso, após esgotadas as possibilidades de ação legal. Assim, diante do fracasso dos recursos legais em promover as reformas necessárias, e da ineficácia dos partidos políticos, outra saída não é vislumbrada senão a desobediência civil. Contudo, lembra o autor, caso fique comprovado, por ações anteriores, que a maioria se mantém apática e as medidas resultaram improficuas, em casos de grave violação justifica-se dispensar o uso primeiro dos meios legais.

A última condição refere que a desobediência civil não pode alcançar dimensões que coloquem em perigo o funcionamento do sistema constitucional. Seu emprego, mesmo presentes as demais condições, deve respeitar um limite de atuação que não cause "colapso" à Constituição, sob pena de provocar uma série de consequências negativas para todos. Assim, por exemplo, se inúmeros grupos resolvessem ao mesmo tempo valerem-se da

---

<sup>140</sup> Idem. p. 412.

<sup>141</sup> Idem p. 413.

estratégia da desobediência civil, é certo que tamanha desordem prejudicaria a eficácia da Constituição. Nessas hipóteses, argumenta Rawls que o mais adequado é o entendimento político entre as minorias injustiçadas no sentido de que se garanta o exercício do direito por parte de todos, mas dentro de certos limites.

Sustenta, no entanto, que tais condições podem não ser exaustivas. Há que se observar a possibilidade de causar prejuízos a terceiros e inocentes, bem como verificar se é sensato e prudente recorrer à desobediência civil. A desobediência deve ser desenvolvida com estratégia, estruturada para atingir os resultados desejados e para angariar a simpatia e a compreensão por parte do público. O lugar da desobediência civil nas sociedades democráticas, como se disse, é em Rawls um apelo da minoria no sentido de demonstrar que os princípios de justiça pública não estão sendo respeitados, corrompendo a cooperação entre as pessoas. Utilizada de forma ponderada e com critérios justos, ao lado dos mecanismos tradicionais, possui a tarefa de manter a estabilidade das constituições justas. Assim, para Rawls,

resistindo à injustiça dentro dos limites da fidelidade da lei, ela serve para prevenir desvios da rota da justiça e para corrigi-los quando acontecem. Uma disposição geral de praticar a desobediência civil justificada traz estabilidade para a sociedade que é bem-ordenada e quase justa.<sup>142</sup>

A teoria da desobediência civil transcende o constitucionalismo legalista, propondo uma variante sob a legitimidade que incide na capacidade de discordar do poder democrático, utilizando-se de táticas ilegais que respeitam a estrutura jurídica e os princípios fundamentais desse mesmo regime. A construção, bem como a apreensão e a interpretação dos princípios de justiça se dão no universo coletivo, sendo que a sociedade democrática reconhece a todos os cidadãos o direito de agir de acordo com seu entendimento a respeito desses princípios. Apesar do Judiciário ter a última palavra a respeito da solução de controvérsias, ele não está isento às influências políticas que podem forçar uma revisão interpretativa. Deste modo, entende Rawls que

---

<sup>142</sup> RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. p. 424.

o tribunal de última instância não é o judiciário, nem o executivo, nem o legislativo, mas sim o eleitorado como um todo. Quem pratica a desobediência civil recorre por uma via especial a esse corpo. Não há perigo de anarquia desde que haja uma harmonia adequada nas concepções de justiça dos cidadãos e se respeitem as condições do recurso à desobediência civil. Está implícito que no sistema de um governo democrático os homens podem conseguir esse entendimento e honrar esses limites quando as liberdades políticas básicas são mantidas.<sup>143</sup>

A importância da desobediência civil para o fortalecimento do processo democrático é também destacada por Peter Singer<sup>144</sup>, que enfatiza a sua capacidade de informar e convencer a maioria política - representativa - de que boa parte da população - eleitores - tem posição definida sobre determinado problema. Considera a desobediência civil como uma extensão das formas legais para se chegar a uma decisão verdadeiramente democrática.

Consistente fundamentação sobre a desobediência civil é fornecida por Hannah Arendt.<sup>145</sup> Considera-a um fenômeno universal que demonstra a precariedade e a crise de legitimidade que se abate sobre a autoridade governamental. Face à insuficiência da democracia representativa, deposita na desobediência civil uma reafirmação da obrigação político-jurídica capaz de resgatar a faculdade de agir, de participar do processo da tomada de decisões políticas e, dessa maneira, de impedir a degeneração da lei e a corrosão do poder político.

Neste sentido a desobediência civil aparece como reafirmação e não como rejeição da obrigação política, como recurso a desmascarar as ações e leis ilegítimas. Assim, mantém viva a capacidade de começar algo novo, algo que corresponda ao produto do verdadeiro agir associativo, gênese de todo poder.

Arendt realça que o hiato entre Direito e Política compromete a estabilidade da comunidade política, despontando a desobediência civil como reivindicadora dessas mudanças, pois se a lei figura como fonte de estabilidade que consagra juridicamente uma

<sup>143</sup> Idem. p. 433. Para Jorge Malem Seña, apoiado em Nozick, a teoria moral de Rawls é incompleta. Critica o voluntarismo e a imparcialidade do pacto original, destacando que a complexidade da sociedade impede que as pessoas tenham oportunidade de fazer escolhas tais como as sugeridas por Rawls. É pouco clara, para ele, a idéia de cooperação voluntária.

<sup>144</sup> SINGER, Peter. *Ética prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 303-330. Ver também: VIANA, Túlio Márcio. *Direito de resistência*. São Paulo: LTr, 1996. p. 53-63.

<sup>145</sup> ARENDT, Hannah. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

alteração social, a mudança em si é resultado de ação extralegal. Celso Lafer comenta que em Arendt

a igualdade não é um dado - um dever natural - mas uma construção que requer (...) o acesso ao espaço público e o vínculo da cidadania. A verdade da lei é uma contingência que repousa no consenso geral da comunidade, ensejadora da gramática da ação e da sintaxe do poder.<sup>146</sup>

Para Michael Walzer, a desobediência civil deve ser entendida como uma “obrigação de desobedecer”. Segundo ele, adotando claramente um pluralismo orgânico - dentro de uma sociedade convivem diversos grupos, - o fato de alguém intencionalmente ser membro de um determinado grupo gera para ele uma obrigação de zelar pelos interesses e valores do mesmo. No entanto, os indivíduos sempre fazem parte de mais de um grupo ao mesmo tempo, o que gera o compromisso de obedecer tanto ao maior (estado-dever de obedecer às leis) quanto ao menor (partidos políticos, congregações religiosas, movimentos ...). No momento em que as obrigações assumidas diante do grupo pequeno entram em conflito com o maior, que é geralmente o Estado, surge o dever de desobedecê-lo. É uma desobediência que não desafia a existência, mas sim a autoridade da sociedade maior.<sup>147</sup>

Em outras palavras, a situação obriga moralmente o homem a desobedecer porque é membro de uma sociedade menor, portanto com compromisso ético, político e religioso - dependendo da organização -, e obedecer em razão de ser componente da sociedade maior. Destaca Walzer que existe uma obrigação fundamental das pessoas defenderem os grupos com os quais se comprometeram, protegendo seus ideais mesmo contra o Estado, “desde que sua desobediência não ameace a própria existência do Estado ou as vidas de seus cidadãos”.<sup>148</sup> Sendo assim, a desobediência civil realiza o papel de mediação entre as moralidades conflitantes, ou seja, entre o dever de obedecer à lei (sociedade maior) e o compromisso assumido perante a associação política, religiosa etc. (sociedade menor). Enquanto obedece ao grupamento menor, automaticamente admite o rompimento com as normas da sociedade maior.

<sup>146</sup> LAFER, Celso. Op. cit., p. 235.

<sup>147</sup> WALZER, Michael. *Das obrigações políticas. Ensaio sobre a desobediência, guerra e cidadania*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 20.

<sup>148</sup> Idem. p. 20.

## 2.2 A Justificação jurídica da desobediência civil

Uma outra perspectiva de justificação da desobediência civil sugere sua inclusão como instrumento integrante do ordenamento jurídico. Os trabalhos de Dworkin, Estévez Araujo e, entre nós, de Maria Garcia, apontam nesta direção.

A teoria operacional da desobediência civil apresentada por Dworkin pressupõe a valorização das convicções pessoais como importantes na decisão de obedecer ou não a determinada lei. Importa para o objeto da desobediência saber qual a medida a ser adotada quando, dadas as convicções pessoais, uma lei é considerada injusta e qual o comportamento a ser adotado pelo Estado nessas circunstâncias. Para o jusfilósofo norte-americano, em razão da lealdade que o cidadão deve para com o Direito, quando se deparar com uma lei de constitucionalidade duvidosa seu comportamento não será injusto se seguir seu próprio entendimento sobre esta lei, desde que razoável.

As práticas democráticas permitem que seus cidadãos façam sua interpretação do texto constitucional e desobedeçam à lei de constitucionalidade duvidosa mesmo após a decisão dos tribunais superiores, pois, mesmo que "os tribunais tenham a última palavra, em qualquer caso específico, sobre o que é Direito, a última palavra não é, por essa razão apenas, a palavra certa".<sup>149</sup>

Refere que a moralidade social presente nas Constituições democráticas interfere na validade das normas jurídicas, de modo que "qualquer lei que pareça colocar em perigo dita moralidade suscita problemas constitucionais, e se ela for grave, as dúvidas constitucionais também serão".<sup>150</sup> A interpretação constitucional é um processo que ultrapassa os limites do Judiciário e reconhece a importância da participação pública na construção dos significados. Neste contexto, a desobediência civil deflagra o debate sobre a constitucionalidade das leis, apresentando-se como um especial instrumento de testar e

<sup>149</sup> DWORKIN, Ronald. *Uma questão de princípio*. p. 171. Já fora referido que Dworkin separa três tipos de desobediência civil. A desobediência civil baseada na integridade, em que a consciência, a integridade pessoal impede de obedecer. A desobediência baseada na justiça, direcionada contra uma política injusta que se quer alterar, uma política de opressão da maioria contra a minoria. E por fim, a desobediência baseada em política, por considerarem as políticas governamentais insensatas, estúpidas e perigosas.

<sup>150</sup> DWORKIN, Ronald. *Los derechos en serio*. Op. cit., p. 307. "cualquier ley que parezca poner en peligro dicha moralidad plantea cuestiones constitucionales, y si la amenaza que significa es grave, las dudas constitucionales también lo son". A citação no texto corresponde a uma tradução livre.



preservar os níveis de constitucionalidade das leis.

Para Jose Estévez Araujo<sup>151</sup>, apoiado em Dreier e Dworkin, é possível a justificação jurídica da desobediência civil, seja como exercício de um direito ou como teste de constitucionalidade. A desobediência civil como controle de constitucionalidade das leis sustenta-se na prerrogativa que possui a sociedade de processar a interpretação constitucional, não sendo esta tarefa exclusividade do judiciário. A construção dos significados, a própria vida da Constituição se dá de maneira totalmente aberta, reconhecendo na participação democrática e na opinião pública critérios relevantes de interpretação e de compreensão em torno dos direitos, valores e princípios presentes no texto constitucional.

Assim vista, a Constituição aparece como um processo, como “una apertura de la defensa de la constitución a la opinión pública”<sup>152</sup>, de modo que se concede ao cidadão a faculdade de, levando em conta a sua construção de critérios, duvidar da constitucionalidade de uma lei, participando da defesa da Constituição. Dito de outra maneira, a “desobediência civil como teste de constitucionalidade é um protesto contra a ponderação levada a cabo pelo legislador”.<sup>153</sup> É justamente diante da insuficiência dos mecanismos institucionais de defesa da Constituição que aparece a desobediência civil como proposta de reforçar o debate público em torno da interpretação constitucional e da garantia dos direitos fundamentais.

Ademais, a desobediência civil, utilizada para denunciar um ceticismo a respeito da constitucionalidade, intervém de forma ativa na formação e construção dos temas que são objeto da discussão perante a opinião pública, um meio legítimo de incidência junto a ela. Enfim, segundo Estévez Araujo, Dworkin sustenta a possibilidade de desobediência diante da lei inconstitucional como um mecanismo de teste, para incentivar o controle e a defesa da Constituição. A fidelidade ao ordenamento jurídico permanece no tocante às leis válidas

<sup>151</sup> ARAUJO, Estévez. Op. cit., p. 35-39 e 139-150.

<sup>152</sup> Idem. p. 142. “Uma abertura da defesa da Constituição à opinião pública.” Neste sentido, ver também HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica constitucional. A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e procedimental da Constituição*. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1997.

<sup>153</sup> Idem. p. 144. “La desobediencia civil como test de constitucionalidad es una protest contra la ponderación llevada a cabo por el legislador”.

que guardam uma relação substancial com o texto da Constituição. Assim, ao lado da injustiça, motivo clássico, aparece a inconstitucionalidade para justificar a desobediência civil.

Juarez Freitas sustenta a substancial inconstitucionalidade da lei injusta e por consequência a desnecessidade de sua aplicação pelo juiz. O intérprete da Constituição deve tomá-la como processo e não como letra, admitindo sua construção dialética e estrutura reveladora de conteúdo moral. A finalidade das normas jurídicas vincula-se incisivamente à busca da justiça, razão pela qual as normas transcendem o problema da validade e vigência enquanto categorias formais para, deste modo, incorporarem a ética e a justiça como integrantes de sua definição. Embora a justiça seja admitida como a norma fundamental de uma Constituição, as normas, de um modo geral, podem ser dialéticas e contraditórias, podendo reproduzir comandos que levem à justiça ou à injustiça.

Por essa razão, Juarez Freitas entende que "sempre exige a hermenêutica adequada e descobridora do melhor conteúdo moral da norma, sendo que esta somente quando conduzir à justiça é que deve ser aplicada e considerada como efetivamente constitucional."<sup>154</sup> Adverte, no entanto, que a não-aplicação da lei injusta por parte do juiz não pode ser identificada com a desobediência civil e sim com sua correta observância. Ou seja, "não aplicar a lei injusta é corretamente aplicá-la, no sentido de 'aplicação' gadameriana, tanto quanto em termos de positividade jurídica, dado o nosso conceito de Direito".<sup>155</sup>

Outra possibilidade assumida pela desobediência civil no âmbito constitucional, refere-se a sua identificação com o exercício de um direito fundamental. Caracteriza-se como defensora das liberdades necessárias à existência de uma opinião pública crítica. Canotilho comenta, neste sentido, que

sob o ponto de vista jurídico-constitucional, a desobediência civil poder-se-ia caracterizar como o direito de qualquer cidadão, individual ou coletivamente, de forma pública e não violenta, com fundamento em imperativos éticos-políticos poder realizar os pressupostos de uma norma de proibição, com a finalidade de protestar, de forma adequada e proporcional, contra uma grave injustiça.<sup>156</sup>

<sup>154</sup> FREITAS, Juarez. *A substancial inconstitucionalidade da lei injusta*. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes, 1989. p. 71.

<sup>155</sup> Idem. p.67.

<sup>156</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional*. Coimbra: Almedina, 1997. p. 310.

Veja-se que os argumentos aduzidos nesta passagem não fundamentam a desobediência civil no ordenamento jurídico, mas sim em elementos éticos e políticos que facultariam a produção de uma norma de proibição que gozaria, aí sim, do *status* de um direito amparado constitucionalmente. É, para Canotilho, a consagração constitucional do direito à “*indignação*’ procurando-se convencer a opinião pública de que uma lei, uma política, ou medidas de uma política são ilegítimas tornando-se a contestação pública destas plenamente justificada”.<sup>157</sup>

A desobediência civil, em ambos os casos, seja como controle de constitucionalidade ou como exercício de um direito, se apresenta como participação pública na defesa da Constituição, ao mesmo tempo que surge como um protesto contra as medidas ilegítimas levadas a cabo pelos poderes do Estado. O reconhecimento da comunidade política como sujeito-intérprete da Constituição, e portanto da constitucionalidade, faz desta um processo inacabado, aberto, que aposta na opinião pública como defensora de sua legitimidade.

### **2.3 A positivação constitucional da desobediência civil e do direito de resistência**

O direito de resistência e a desobediência civil, apesar das diferenças, apresentam uma certa identidade no que tange aos objetivos e à racionalidade violadora da normalidade normativa, o que talvez explique a posição da doutrina em expor praticamente os mesmos argumentos para tratar do problema da positivação constitucional de ambas, de modo que parece prudente revisar este tema englobando as duas categorias.

Nos primórdios do ideário constitucional já ocorre a consagração, expressa em vários documentos públicos, do direito de insurreição. Um bom exemplo a respeito é a carta assinada por João Sem Terra, em 1215, que literalmente assegura ao povo o direito de revolta contra o príncipe que não cumpria com as obrigações a que se tinha vinculado. É, contudo, por ocasião das primeiras constituições escritas dos estados norte-americanos que

---

<sup>157</sup> Idem. p. 310.

o direito de resistência passa a receber uma atenção especial. A Declaração da Independência dos Estados Unidos expressamente invoca o direito de resistência:

Quando uma longa série de abusos e de usurpações, tendendo invariavelmente para o mesmo fim, marca o desígnio de se submeter os homens ao despotismo absoluto, é de seu direito, é de seu dever rejeitar um tal governo, e prover, com novas garantias, sua segurança futura.<sup>158</sup>

Os textos franceses, por sua vez, foram ainda mais claros que os americanos. A Declaração de 1789, em seu art. 2º, coloca o direito de resistência à opressão dentre o rol dos naturais e imprescritíveis do homem. Da mesma forma a declaração adotada em 1793, em seu art. 29, assinalava que “em todo governo livre, os homens devem ter um meio legal de resistir à opressão, e quando este meio é impotente a insurreição é o mais santo dos deveres”.<sup>159</sup> Passado o clima revolucionário, as Constituições francesas deixaram de elencar tal direito, sem no entanto deixar de prevê-lo de forma implícita, como variante dos princípios de direito consuetudinário.

Dessa forma, com a constitucionalização da separação dos poderes e da subordinação de todo poder estatal ao direito, mais especificadamente aos direitos individuais do cidadão, criam-se garantias contra o abuso do poder. Essa mesma legalidade que passa a vincular as ações do poder do Estado também o faz em relação ao indivíduo, de maneira que este também se obriga a obedecer fielmente à lei. Esse processo de racionalização do controle do poder retira da pauta de positivação constitucional o direito de resistência à opressão, por entender suficientes os mecanismos institucionais para garantir um bom uso do poder. Em outras palavras, a resistência passa a se chocar com a legalidade estatal, em razão de a legitimidade encontrar, nesse momento, sua justificação nesta mesma estrita legalidade.

Assim, até o momento em que os direitos eram considerados como naturais e inalienáveis, restava como defesa dos mesmos contra os abusos do Estado um direito também natural de resistência. No momento em que esses direitos passaram a ganhar proteção jurídica, presentes em normas, a resistência muda seu foco para aquelas

<sup>158</sup> Apud PAUPÉRIO, Machado. Op. cit., p. 220.

<sup>159</sup> Idem. p. 221.

circunstâncias em que os Estados deixam de reconhecê-los. Para Bobbio, com o incremento de novos direitos

o direito natural de resistência transformou-se no direito positivo de promover uma ação judicial contra os próprios órgãos do Estado. Mas o que podem fazer os cidadãos de um Estado que não tenham reconhecidos os direitos do homem como direitos dignos de proteção? Mais uma vez só lhes resta aberto o caminho do chamado direito de resistência.<sup>160</sup>

A segunda grande guerra, com suas infernais experiências totalitárias, de certa forma reviveu a problemática do direito de resistência. Neste sentido, para Bobbio, as manifestações de resistência dos séculos XVI e XVII guardam uma proximidade com aquelas realizadas durante a década de 40 do século passado, de forma que a resistência, apesar de ter mais relevo no campo político que jurídico, possibilitou, depois de 1945, a constitucionalização do direito de resistência na Lei Fundamental Alemã, de 1949, na Constituição da Guatemala de 1965 e na de El Salvador de 1950<sup>161</sup>. Em 1917 a Constituição do México previa este direito. A primeira Constituição portuguesa a consagrar o direito de resistência foi a de 1838, que em seu artigo 25º estabelece que "é livre a todo cidadão resistir a qualquer ordem que manifestamente violar as garantias individuais, se não estiverem legalmente suspensas."<sup>162</sup>

O problema da constitucionalização do direito de resistência, segundo alguns teóricos, é que com a juridicização este direito perderia sua principal qualidade, que está em sua "justa ilegalidade em conflito com a legalidade injusta". Neste sentido, Machado Paupério destaca que "mesmo que a lei reconheça, jamais é o chamado direito de resistência garantido pela força coativa do governo. Assim, a faculdade de resistir à opressão não pode apoiar-se na força do governo".<sup>163</sup> Ainda para este autor, o direito de resistência é mais característico do idealismo doutrinário, não possuindo, dentro do rigorismo positivo, nenhuma das características de um direito subjetivo, pois não pode haver direito desta espécie sem uma norma garantidora correspondente. Assim, a teoria da resistência seria

<sup>160</sup> BOBBIO. *Era dos direitos*. p. 31.

<sup>161</sup> O artigo 5º desta Constituição assim dispõe: "A alternância no exercício da presidência é indispensável para a manutenção da forma de Governo estabelecida. A violação desta norma obriga a insurreição". Ver também o seu art. 175.

<sup>162</sup> Cf. ESTEVES, Maria da Assunção Andrade. Op. cit., p. 208.

<sup>163</sup> PAUPÉRIO, Machado. Op. cit., p. 207.

mais uma teoria política que jurídica. Paupério, porém, não nega a faculdade de resistir ao governo quando opressivo, o que considera um autêntico direito natural da sociedade e, portanto, implica uma análise-limite, em valores jurídicos embrionários. Posicionamento idêntico é apresentado por Nelson Costa, ao afirmar que a desobediência civil não resulta de uma ordem legal positiva, mas sim “representa um atributo da cidadania, uma faculdade da sociedade civil que o Estado não pode tutelar”<sup>164</sup>. Refere que

a consagração do direito de resistência à opressão em um texto legislativo perde consistência porque jamais um governo admite que seja opressivo, não apoiando de modo algum a resistência (...). A teoria da resistência é uma categoria jurídica que faz parte dos direitos da cidadania, que perde conteúdo quando positivado.<sup>165</sup>

Afirmar, no entanto, que a positivação da desobediência civil acabaria com sua grande virtude, que é a de fazer frente a uma injustiça através de uma ilegalidade justificada, visto que o governo jamais irá reconhecer seu caráter opressivo, é compreender parcialmente o problema. Ora, quem deve julgar o caráter opressivo ou não é o oprimido e não o opressor. A desobediência vai ocorrer mesmo que a autoridade não reconheça sua injustiça, de modo que isso, a nosso ver, não impede que seja positivado o direito de desobedecer.

A justificação jurídica da desobediência civil não pode ficar atrelada ao paradigma positivista, que tornou pobre a concepção que o Estado tem a respeito do Direito, da legitimidade e de sua relação com os cidadãos. A sociedade como sujeito-intérprete da Constituição conduz a uma nova produção da racionalidade jurídica, porque sua moralidade passa a interessar na elaboração e na compreensão dos institutos jurídicos. Essa publicização deve ser reconhecida como prerrogativa dos cidadãos, sendo obrigação do Estado preservá-la.

Norberto Bobbio qualifica o direito de resistência como um direito secundário que intervém no momento em que os direitos primários, de liberdade, propriedade e segurança são violados. Ou seja, é um direito que possui como objeto a defesa de outros direitos. Assim, para ele “nenhum governo pode garantir o direito de resistência, que se manifesta

<sup>164</sup> COSTA, Nelson. *Op. cit.*, p. 60

<sup>165</sup> COSTA, Nelson. *Op. cit.*, p. 27.

precisamente quando o cidadão já não reconhece a autoridade do governo, e o governo, por seu turno não tem mais nenhuma obrigação para com ele”.<sup>166</sup>

Para Rawls a desobediência civil enriquece a concepção legalista de democracia constitucional, pois determina os motivos de possível divergência da autoridade legítima. Assim, é possível a constitucionalização de “certas espécies de protesto ilegal que não violem os objetivos de uma Constituição democrática, por causa dos princípios pelos quais se norteia a dissidência”.<sup>167</sup>

O trabalho de Maria Garcia, *Desobediência civil: direito fundamental*,<sup>168</sup> é referência das mais importantes a respeito do tema. Considera a desobediência civil um direito fundamental não estranho ao Estado Constitucional. Um direito de proteção da liberdade e da cidadania consagrado por inúmeros princípios constitucionais. A soberania popular, a participação na tomada de decisões na esfera pública, o direito de exigir alterações nas políticas e leis conflitantes com o ordenamento constitucional necessitam das potencialidades da desobediência civil, reconhecida como parte integrante e defensora do sistema constitucional. Afirma que a lei promove a aproximação, a conciliação entre poder e liberdade, mas tem sua obrigatoriedade condicionada à legitimidade.

A Constituição, segundo Maria Garcia, não enumerou de forma taxativa os direitos e garantias, admitindo outros decorrentes dos princípios e regime adotados pela Constituição. O universo constitucional consagra implicitamente um rol de direitos que, apesar de não expressos, decorrem da organização política e dos fins desejados pelo Estado. Isto se conclui pela interpretação do art. 5º, § 2º, da Constituição Federal, ao prescrever que “os direitos e garantias expressos nesta constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”. Enfatiza, a autora, que a amplitude semântica desse artigo torna necessário o afazer hermenêutico para identificar e localizar os direitos e garantias compatíveis com o regime político e com os princípios adotados pela Constituição. Entende Maria Garcia que a desobediência civil está juridicamente reconhecida como direito não expresso, nos termos do art. 5º, § 2º, da Constituição Federal, isto é,

<sup>166</sup> BOBBIO, Norberto. *Era dos Direitos*. Op. cit., p. 95-96.

<sup>167</sup> RAWLS, John. Op. cit., p. 288. Esta mesma citação é utilizada por Nelson N. Costa, na obra já referida.

<sup>168</sup> GARCIA, Maria. *Desobediência civil: direito fundamental*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

o regime dos direitos fundamentais consagrado na Constituição Brasileira abrange, no seu sistema, a possibilidade de Direitos fundamentais implícitos, decorrentes do regime e princípios adotados pela Constituição - dentre eles, conforme demonstrado, o direito de desobediência civil.<sup>169</sup>

Destaca que o regime republicano de governo, o princípio da cidadania e da soberania popular, elencados como princípios fundamentais do Estado Brasileiro, asseguram às pessoas uma série de prerrogativas em participar das decisões públicas, bem como o reconhecimento de sua titularidade em relação à coisa pública.<sup>170</sup> A desobediência civil, prossegue, admite a titularidade do cidadão ou de um grupo de cidadãos para protestarem contra ato de autoridade e lei que sejam contrários aos direitos fundamentais ou à ordem constitucional. Não é mecanismo estranho ao ordenamento constitucional e sim parte integrante desta mesma ordem, eis que se revela como prerrogativa da cidadania em proteger a Constituição. Desse modo, para Maria Garcia, desobediência civil é

uma forma particular de resistência ativa ou passiva do cidadão, à lei ou ato de autoridade, objetivando a proteção das prerrogativas inerentes a cidadania. (...) Corresponde ao *status activus civitatis*: é o direito do cidadão, consagrado na ressalva do art. 5.º, § 2.º da Constituição. Decorre do regime republicano e do princípio fundamental da cidadania - de cujo exercício constitui proteção e garantia.<sup>171</sup>

No mesmo sentido, a doutrina de José Afonso da Silva, ao classificar os direitos individuais, reconhece o direito de resistência como decorrente do regime adotado pelo Estado Brasileiro. Assim classifica os direitos individuais: a) direitos individuais expressos nos enunciados do art. 5º, § 2º, da Constituição Federal; b) direitos implícitos, “que estão subentendidos nas regras de garantia, como direito à identidade pessoal...” c- “direitos individuais decorrentes do regime e de tratados internacionais subscritos pelo Brasil, aqueles que não são nem explícita nem implicitamente enumerados, mas provêm ou podem provir do regime adotado, como o direito de resistência, entre outros de difícil caracterização a priori”.<sup>172</sup>

<sup>169</sup> GARCIA, Maria. Op. cit., p. 260. Ver também: GUIMARÃES, Fábio Luis. O direito humano de desobediência civil e sua inserção no ordenamento jurídico brasileiro. In: *Revista da Faculdade de Direito UFMG*, Belo Horizonte, v. 36, n. 36, p. 368, 1999.

<sup>170</sup> GARCIA, Maria. Op. cit., p. 260-261.

<sup>171</sup> Idem. p. 278.

<sup>172</sup> SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 1994. p. 178.



Da interpretação do art. 5º, § 2º, infere-se que a intenção do legislador não foi tornar *numerus clausus* o rol de direitos e garantias fundamentais. Outra não pode ser a compreensão senão aquela que admita a enumeração das garantias de forma explicativa. Assim, uma análise de nosso regime político se faz necessária para entender quais são e quais não são os direitos que implicitamente nossa carta adota; uma interpretação constitucional a respeito destes outros direitos, que permita atentar para as possíveis garantias constitucionais que o texto não expressou, mas que permitiu que fossem criadas. Em outras palavras, o texto constitucional permaneceu aberto para a incorporação de novas demandas não contrárias ao regime democrático, que facultam ao povo a abstração de normas que proibam a degeneração do regime adotado.

A Constituição brasileira adota textualmente no art. 1º, parágrafo único, que o poder emana do povo e será exercido de forma direta e por meio de representantes. Portanto, se depositamos na soberania popular a fonte geradora de poder em uma sociedade democrática, nos parece inconcebível que as manifestações do poder sejam capazes de oprimir incondicionalmente a sua própria fonte geradora. A legitimidade do poder, das leis, apresenta-se como ligação entre autoridade e cidadão, como elemento nuclear do reconhecimento do dever de obediência. Negar sob todas as formas o direito de desobedecer é o mesmo que recusar a cidadania como fundamento essencial à formação do poder legítimo.

Assim, toda a Constituição que encontrar no povo a razão de sua força, mesmo que não contemple o direito de resistência ou desobediência civil expressamente, já o faz implicitamente quando reconhece que a fonte deste poder está separada de seu exercício. Nessa perspectiva, as leis e políticas governamentais devem atentar para a moralidade social, para as interpretações publicamente construídas do Direito, de modo que a sociedade reconheça a autoridade do poder exercido e tenha no direito de desobedecer uma prerrogativa de os cidadãos reivindicarem coerência no exercício do poder deles emanado.<sup>173</sup>

---

<sup>173</sup> Ver: LUCAS, Douglas Cesar. Direito de resistência e desobediência civil: história e justificativas do direito de resistência e da desobediência civil. In: *Direito em Debate*, Ijuí-RS: Unijuí, n. 13, p. 23-53, jan./jul. 1999. Como lembra Friedrich Müller a categoria povo deve ser entendida não como um ícone, uma imagem ideológica e legitimadora de exclusão, mas sim, como povo real que legitima, no sentido mais profundo, a totalidade de um Estado verdadeiramente democrático. MÜLLER, Friedrich. *Quem é o povo? A questão fundamental da democracia*. Trad. Peter Naumann. São Paulo: Max Limonad, 1998.

A desobediência civil deve ser encarada como mecanismo alternativo para o exercício da cidadania, necessária para a participação e o diálogo nas sociedades democráticas. Desse modo, para Wolkmer, "na medida em que se dissemina cada vez mais, no exercício da cidadania ativa, não há mais razão para que não se aceite uma justificação jurídica da desobediência de um preceito injusto e arbitrário".<sup>174</sup> A desobediência civil, portanto, se firma em um campo de avaliação e atualização das instituições democráticas, o que a torna, estando ou não positivada, sempre justificada quando a comunidade sentir-se desobrigada em relação àqueles que exercem o poder de forma injusta ou sustentando-se em norma inconstitucional.

## 2.4 O problema da sanção dos desobedientes civis

A discussão da sanção dos desobedientes civis elaborada a partir da teoria jurídica positivista não permite qualquer apontamento favorável à redefinição da racionalidade punitiva do Estado, eis que apresenta a sanção e o ilícito como categorias indissociáveis, condicionadas tão somente aos termos da legalidade estrita. Kelsen, expoente máximo desse paradigma, destaca que a coação refere-se ao conteúdo, ao problema de essência das normas jurídicas, ou seja, as normas são jurídicas justamente por estabelecerem uma sanção.

Segundo Kelsen o direito deve ser compreendido como uma ordem normativa de coação que prescreve castigos às condutas opostas às pretendidas pela ordem social. Para ele,

uma determinada conduta apenas pode ser considerada, no sentido dessa ordem social, como prescrita - ou seja, na hipótese de uma ordem jurídica, como juridicamente prescrita -, na medida em que a conduta oposta é pressuposto de uma sanção. Quando uma ordem social, tal como a jurídica, prescreve conduta pelo fato de estatuir como devida (devendo ser) uma sanção para a hipótese da conduta oposta, podemos descrever esta situação dizendo que, no caso de se verificar uma determinada conduta, se deve seguir determinada sanção. Com isto se afirma que a conduta condicionante da sanção é proibida e a conduta oposta é prescrita.<sup>175</sup>

<sup>174</sup> WOLKMER, Antônio Carlos. A construção democrática do direito: Estado, desobediência civil e ética. In: ARGÜELLO, Katie. *Direito e democracia*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 187-195.

<sup>175</sup> KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. Trad. João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p.26-27.

Sustenta Kelsen que devida é a sanção e não a conduta prescrita, pois a conduta contrária às pretensões sociais gera o dever de sancionar, de modo que tais condutas aparecem como pressuposto da sanção ao mesmo tempo em que se definem como condutas juridicamente proibidas. Dessa forma, as categorias sanção e ilícito são correlatas, eis que a sanção é consequência do ilícito e este pressuposto daquela, podendo as condutas ser reguladas positiva ou negativamente, dependendo da existência ou não de sanção a elas vinculada.

Kelsen rejeita ferozmente a definição de Direito que não o determine como ordem de coação, pois entende que é pela essência desse elemento no conceito de Direito que o mesmo pode ser "separado de toda e qualquer outra ordem social, e porque, com o elemento coação, se toma por critério um fator sumamente significativo para o conhecimento das relações sociais e altamente característico das ordens sociais a que chamamos Direito".<sup>176</sup>

A sanção, na ótica tradicional, está diretamente submetida à existência pura e simples do ilícito, que por sua vez apresenta-se como categoria abstrata condutora de um paradoxo sofismável. Isto é, a assepsia ideológica da categoria ilícito resulta numa purificação capaz de negar a complexidade das relações de força e de poder que estão presentes na constituição do conceito de ilícito, de modo que os tipos penais podem ser lidos como redutores de complexidades sem, no entanto, debruçarem-se sobre elas. Promove-se por essa leitura uma redução ao "legalismo autoritário", para citar Habermas, que solapa os referenciais axiológicos, mascarando o conturbado relacionamento entre poder e legitimidade, minorado pelo viés positivista a um simples problema de tipificação e enquadramento da desobediência civil.

É claro que a norma jurídica não pode olvidar a imperatividade e o autorizamento para sancionar.<sup>177</sup> Contudo, quando as normas ligam um castigo a determinada conduta indesejada socialmente, estão valorando comportamentos de acordo com os objetivos e finalidades do Direito. A sanção, nesse sentido, representa uma reação contra os

---

<sup>176</sup> Idem. p.60.

<sup>177</sup> Para Maria Helena Diniz, sustentada parcialmente em Godofredo Telles, somente a imperatividade e o autorizamento são elementos essenciais das normas jurídicas. Discorda de Kelsen ao negar a sanção como essência das normas jurídicas, pois segundo ela é da essência não a sanção mas a autorização para sancionar. Nesse sentido: DINIZ, Maria Helena. *Conceito de norma jurídica como problema de essência*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

comportamentos danosos às convenções sociais, de modo que sua atuação, ao transportar escolhas valorativas, transcende a dimensão pura e simples da força do direito para antever a importância de sua finalidade e de seus fundamentos.

O fato do Estado moderno não condicionar sua sanção à finalidade do próprio Direito, desvinculando-a da leitura sobre a legitimidade ou não do sistema, não o autoriza, por outro lado, a colocar a excepcionalidade da desobediência civil no patamar das demais ilegalidades que são rastreadas pelo comando geral e abstrato das normas jurídicas. O ilícito, nesses casos, não pode ser qualificado do mesmo modo para o delinqüente comum e para o desobediente civil, pois este último, ao contrário daquele, preocupa-se com a adequação entre moralidade pública e aplicação do Direito, isto é, preocupa-se e incita o debate sobre a legitimidade do Direito. É possível reconhecer na desobediência civil um mecanismo de resgate entre legalidade e legitimidade, e por isso sua qualidade de defensora do direito legítimo. Logo, o tratamento especial despendido para a desobediência civil não significa o fim da sanção no ordenamento jurídico, mas tão somente o reconhecimento de uma excepcionalidade justificada, provocadora, e, além disso, inofensiva a esse ordenamento.

Dois aspectos podem ser identificados na problematização da sanção dos desobedientes civis, e que no fundo referem-se aos diferentes destinatários das normas jurídicas: a aceitação da punição pelo desobediente, por um lado, e, por outro, a atitude a ser tomada pelo Estado-juiz. Isto é, uma coisa é a aceitação ou não da punição por parte do cidadão quando presumido juridicamente que todos os atos de desobediência civil merecem sanção. Este é um problema dirigido ao desobediente, a sua compreensão em torno dos benefícios de sua conduta.

Outra coisa diz respeito ao comportamento que deve ser adotado pelo Estado-juiz quando um cidadão age ilegalmente mas de maneira aprovada pela comunidade e como qualquer cidadão agiria se estivesse em seu lugar. O problema é outro, e diz respeito à postura político-jurídica do Estado frente à desobediência civil. Apesar dos dois enfoques possíveis, tem merecido tratamento privilegiado pela doutrina a primeira questão, ou seja, a que se refere à sujeição ou não dos desobedientes civis à aplicação das penas, restando esquecidas as preocupações de como deve se comportar o Estado-juiz diante dos mesmos acontecimentos.

Quanto à sujeição dos desobedientes às prescrições punitivas, a maioria dos autores defende que, pelo fato de reconhecerem a legitimidade do sistema e dirigirem a desobediência apenas a determinadas leis, os desobedientes civis aceitam a punição pelos seus atos, os quais têm o escopo de sensibilizar a comunidade e iniciar o debate público para modificação das leis injustas. Neste sentido, para Nelson Costa, "os desobedientes submetem-se às sanções previstas para seus atos: a resistência nega ao Estado o direito de impor obrigações que violem os interesses do grupo, ou a consciência individual, mas reconhece o direito de punir toda violação das leis".<sup>178</sup>

Desse modo, se a punição for tomada como elemento estratégico, como prática que visa a voltar os olhos da opinião pública para o debate, ela se torna elemento integrante da desobediência civil e justifica sua aceitação numa perspectiva conceitual desenvolvida pelo sujeito desobediente, que aceita a punição em razão da comoção e da discussão que uma medida repressiva poderá promover na sociedade. O fato de aceitar ou não uma punição, deste modo, está diretamente associado à capacidade de fazer repercutir, de criar um ambiente de diálogo. Neste sentido, para Estéves Araujo, renunciar aos mecanismos de defesa jurídica equivale a demonstrar o respeito pelo sistema legal e a firmeza das convicções ajustadas ao código moralmente aceito. A punição é aceita como elemento persuasivo, de modo que "se trata, pues, no de una cuestión de princípio, sino de estrategia".<sup>179</sup>

Sob o olhar positivista essa discussão se apresenta sem qualquer propósito, eis que o Estado não condiciona a persecução penal à noção de legitimidade, vinculando-se estritamente aos limites da lei. Contudo, para a teoria da desobediência civil o problema da punição dos desobedientes não se apresenta pacífico, assumindo peculiar importância a atitude que o Estado-juiz deverá tomar diante dos atos desobedientes. Pois se aceitar ou não uma pena é elemento estratégico que se refere à seara subjetiva do cidadão desobediente, bem diferente é o conjunto de motivos que direcionam a conduta do Estado no tratamento dos atos desobedientes.

Como se disse, o problema tradicionalmente tem-se resumido à discussão sobre a atitude adotada pelo desobediente, esquecendo-se a postura a ser observada pelo Estado em

---

<sup>178</sup> COSTA, Nelson. *Op. cit.*, p.58.

<sup>179</sup> ARAUJO, José Antonio Estévez. *Op. cit.*, p. 28.

relação aos atos daquele. Preocupado com este esquecimento, Ronald Dworkin esclarece, a respeito da conduta a ser assumida pelo Estado diante da desobediência civil, que duas compreensões estanques devem ser afastadas: a de que o Estado deve punir sempre ou, ao contrário, de que deverá sempre se abster de punir atos de desobediência civil. Nas palavras do autor:

Devemos evitar dois erros grosseiros. Não devemos dizer que se alguém teve motivos, dadas as suas convicções, para violar a lei, o governo não deve puni-lo. Não existe nenhuma contradição e, muitas vezes, há muito sentido em decidir que alguém deve ser punido apesar de ter feito exatamente o que nós, se tivéssemos as suas convicções, fariamos e teríamos a obrigação de fazer. Mas o erro oposto é igualmente ruim. Não devemos dizer que se alguém violou a lei, por qualquer razão que seja e por mais honrosos que sejam seus motivos, sempre deve ser punido porque a lei é a lei.<sup>180</sup>

Quando, porém, o Estado deverá punir? Para o autor americano, o utilitarismo oferece uma base para se proceder de forma justa na punição. Assim, apesar de considerar precário o critério utilitarista, ninguém deveria ser punido, a não ser que, considerando todas as circunstâncias envolvidas, a punição provocasse, a longo prazo, um bem geral para a sociedade. Dworkin sustenta que a maioria das Constituições democráticas acolheu postulados morais como parâmetros da moralidade da própria sociedade os quais não podem ser olvidados pela legislação ou mesmo na interpretação jurídica.

A moralidade política, assim, interfere no problema da validade das leis, pois qualquer ato legislativo que ameace gravemente a moralidade constitucional suscitará dúvidas quanto a sua constitucionalidade. A dúvida que autorize no mínimo duas interpretações plausíveis sobre a constitucionalidade das leis, permite, segundo Dworkin, que o cidadão aja de acordo com seu próprio juízo sem incorrer em comportamento injusto.

Ademais, a natureza de eterna adaptação e revisão que envolve a política e o direito pode reconhecer na desobediência de hoje o prenúncio das modificações legais do amanhã. Nesses casos, destaca que o governo deve dispensar um tratamento especial para o desobediente, se com isso não causar prejuízos a outros compromissos. Solver o problema

---

<sup>180</sup> DWORKIN, Ronald. *Uma questão de princípio*. Op. cit., p. 168.

pela posição radical em favor da punição sempre ou, noutro sentido, da impunidade incondicionada, não parece ser a melhor solução para a desobediência civil. Para Dworkin

la consecuencia que sí cabe sacar es que quando las razones prácticas para enjuiciar son relativamente débiles en un caso determinado, o se las puede cumplir de otras maneras, la senda de la equidad pasa por la tolerancia. La opinión popular de que 'la ley es la ley' siempre se há de imponer su obediencia se niega a distinguir entre el hombre que actúa según su propio juicio de una ley dudosa, con lo qual se conduce como lo estipulam nuestras prácticas, y el delincuente común. A no ser por causa de ceguera moral, no sé de otras razones para no establecer entre los casos una distinción de principio.<sup>181</sup>

Caso se reconheça, segundo Dworkin, que alguém está certo ao violar a lei, "dada sua convicção de que a lei é injusta, parece incoerente não reconhecer isso também como uma razão que os promotores podem e devem levar em conta ao decidir acusar ou não (...), como (também) uma razão para punir mais brandamente alguém que foi processado e condenado".<sup>182</sup> Este autor não considera incompleta a desobediência civil que se der sem a punição dos desobedientes, mas entende que muitas vezes ela pode se caracterizar como elemento estratégico, incitando o desejo de muitos pela punição.

Contudo, prossegue Dworkin, a alusão instrumental da punição não se estende a todas as situações a ponto de aceitá-la com qualquer exigência moral, de modo que "se um ato de desobediência civil pode alcançar seu objetivo sem punição, isso geralmente é melhor para todos os envolvidos".<sup>183</sup>

Para Habermas, a desobediência civil enquanto mecanismo indispensável à legitimidade do Estado Democrático não pode ser tipificada e tratada como qualquer ato ilegal. Os juízes devem respeitar a virtude e a dignidade da aspiração dos desobedientes, evitando persegui-los e puni-los como se fossem criminosos comuns, para, desse modo, não incorrerem num legalismo autoritário. Refere o autor de Frankfurt que

<sup>181</sup> DWORKIN, Ronald. *Los derechos en serio*. Barcelona-Espanha: Ariel Derecho, 1999. p. 314-315. Tradução livre: "a consequência que se deve tirar é que quando as razões práticas para justificar são relativamente débeis em um caso determinado, ou se as pode cumprir de outra maneira, a senda da equidade passa pela tolerância. A opinião popular de que 'a lei é a lei' sempre há de impor a sua obediência se nega a distinguir entre o homem que atua segundo seu próprio juízo de uma lei duvidosa, com o qual se conduz como o estipulam nossas regras, e é delinquente comum. A não ser por causa da cegueira moral, não há outras razões para não estabelecer entre os casos uma distinção de princípio".

<sup>182</sup> DWORKIN, Ronald. *Uma questão de princípio*. p. 169.

<sup>183</sup> DWORKIN, Ronald. *Uma questão de princípio*. p. 170.

el Estado democrático de derecho no sería congruente consigo mismo si no diera a entender que admite el que quebranta hoy una norma pued ser un proctetor potencial de su legitimidad, incluso cuando en una perspectiva histórica se advierte que quienes hoy atúan ilegalmente mañana pueden seguir sufriendo la injusticia.<sup>184</sup>

Considera, assim como Dworkin e Rawls, adequada uma penalização modificada, porque as autoridades dispõem de uma discricionariedade suficiente para separar o delito comum dos atos de desobediência e para averiguar a possibilidade de processamento e atenuações das penas. Os tribunais não podem reduzir o Estado Democrático de Direito aos limites do seu ordenamento jurídico, devendo preocupar-se com os elementos constituidores da legitimidade do sistema. Para Habermas,

la desobediência civil deriva sua dignidad de esa elevada aspiración de legitimidade del Estado de Derecho. Cuando los fiscales y los jueces no respetan esta dignidad, persiguen al que quebranta la norma como si fuera un criminal y le penan de la forma habitual, incurrem en un legalismo autoritario.<sup>185</sup>

Frise-se, portanto, que a aceitação da punição por parte dos desobedientes, tão referida como normal por inúmeros autores, se constitui como comportamento estratégico que não pode ser generalizado e incorporado pelo Estado como fundamento de punir indiscriminadamente. A atividade punitiva estatal deve atentar para um conceito de legitimidade inacabada e em transformação, reconhecendo que a legalidade se encontra em produção conjunta com a legitimidade, e, portanto, também dinâmica.

Apresentados os elementos e justificativas da desobediência civil, impõem-se tratar, no terceiro capítulo, dos novos movimentos sociais enquanto sujeitos coletivos que potencializam uma prática democrática participativa cultivada em espaços não institucionais. Tal direcionamento objetiva definir a ação coletiva dos novos movimentos

<sup>184</sup> HABERMAS, Jürgem. Op. cit., p .86. Tradução livre: "O Estado democrático de direito não seria coerente com si mesmo se não desse a entender que admite que o violador da norma hoje pode ser um protetor potencial de sua legitimidade, inclusive quando em uma perspectiva história se adverte que quem hoje atua ilegalmente amanhã pode seguir sofrendo a injustiça".

<sup>185</sup> Idem p. 64. Traduzimos da seguinte forma: "A desobediência civil deriva sua dignidade dessa elevada aspiração de legitimidade do Estado democrático de direito. Quando os fiscais e juizes não respeitam esta dignidade, perseguem ao desobediente da norma como se fosse um criminoso e punem de forma habitual, incorrem em um *legalismo autoritário*".



sociais para, num momento posterior, verificar sua identificação com os atos de desobediência civil.

### **CAPÍTULO 3**

#### **OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

A desobediência civil tem sido identificada mais correntemente como uma ação coletiva capaz de promover a discussão pública a respeito das leis e das práticas governamentais injustas com o objetivo de alterá-las. Apoia-se na construção pública do poder e no reconhecimento da moralidade social como elementos indispensáveis à legitimidade do direito. Assim, a desobediência civil é uma categoria própria do espaço público, que almeja contrapor às injustiças e às arbitrariedades institucionais um conceito de justiça coletivamente produzido.

Embora Thoreau<sup>186</sup> e Jorge Malem Seña admitam a desobediência individual, a ação coletiva tem se caracterizado como elemento essencial da categoria desobediência civil. Nesse sentido, a ênfase na participação coletiva como cerne dos atos de desobediência civil tem provocado uma identificação inevitável desse instituto com as práticas utilizadas especificamente pelos movimentos sociais, eis que esses movimentos são marcados pelo processo coletivo de oposição. As carências comuns dos cidadãos fazem com que cada cidadão se reconheça no outro, ao mesmo tempo em que todos se reconheçam como grupo, como sujeito coletivo capaz de unir forças e estratégias para se opor, para rebater uma situação indesejada. Nesse perspectiva, a desobediência civil pode constituir-se para a coletividade identificada como um instrumento gerador de debates a respeito das injustiças combatidas, ao mesmo tempo que marca a posição adotada pelo grupo em relação a determinado assunto. A desobediência civil proporciona concretude, fisicalidade ao conteúdo dos movimentos sociais, produzindo uma dimensão simbólica que invade o

---

<sup>186</sup> Ver item 1.4.1 do presente trabalho, relativo ao número de participantes da desobediência civil.

espaço público e torna inevitável sua presença na pauta política, o que não significa afirmar que se dê sem conflitos. Importa para a noção desse sujeito coletivo, segundo José Geraldo de Souza Júnior, "a conjugação entre o processo das identidades coletivas, como forma do exercício de suas autonomias e a consciência de um projeto coletivo de mudança social a partir das próprias experiências".<sup>187</sup> Desse modo, enquanto fenômenos históricos concretos, os movimentos sociais são identificados como sujeitos coletivos que não excluem a prática da desobediência civil enquanto ação coletiva voltada à construção de esferas públicas de debate.

Para Ilse Scherer-Warren, "quando os grupos se organizam na busca de libertação, ou seja, para superar alguma forma de opressão e para atuar na produção de uma sociedade modificada, podemos falar de movimentos sociais".<sup>188</sup> Pode-se destacar, nesse sentido, que a desobediência civil apresenta-se como instrumento para ajudar na superação da opressão pela construção de novos espaços de afazer político, como instrumento importante para a ação coletiva levar a cabo sua agenda de superações em busca da legitimidade do Estado Democrático de Direito.

Segundo Touraine, no entanto, não é qualquer forma de ação coletiva que pode ser caracterizadora dos movimentos sociais. Destaca que os movimentos sociais não podem ser identificados apenas como grupos de interesses ou como instrumentalizadores de pressão política, pois, na essência, consubstanciam-se como questionadores dos modos de utilização social dos recursos e dos modelos culturais, diferenciando-se das outras ações coletivas justamente pelo questionamento das posições gerais da sociedade.

Assim, prossegue Touraine,

a noção de movimento social só é útil se permitir pôr em evidência a existência dum tipo muito particular de ação coletiva, aquele tipo pelo qual uma categoria social, sempre particular, questiona uma forma de dominação social, simultaneamente particular e geral, invocando contra ela valores e orientações gerais da sociedade, que ela partilha com seu adversário, para privar este de

<sup>187</sup> SOUZA JÚNIOR, José Geraldo. *Movimentos sociais - emergência de novos sujeitos: o sujeito coletivo de direito*. In: *Lições de direito alternativo*. ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de (org.). São Paulo: Acadêmica, 1992. p.134.

<sup>188</sup> SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: UFSC, 1989. p. 9.

legitimidade.<sup>189</sup>

É necessário precisar o conteúdo ideológico e as perspectivas políticas dos movimentos sociais para, assim, esclarecer o alcance e a identidade de sua ação coletiva enquanto atos de desobediência civil. Percebe-se, pela análise interpretativa-histórica dos movimentos sociais, que ocorreu um deslocamento e uma revisão do modelo clássico de movimentos sociais e a constituição de um paradigma contemporâneo, de modo que o estudo dessas variações teóricas interessa para conhecer a evolução e as características dos movimentos sociais constituídos a partir do novo paradigma, assim como para verificar as afinidades com a categoria da desobediência civil. Apesar do presente capítulo privilegiar o estudo dos novos movimentos sociais, os apontamentos, mesmo que incipientes, a respeito dos movimentos sociais tradicionais são relevantes para situar o referencial teórico e entender a formação do novo paradigma.

### **3.1 Apontamentos sobre o referencial marxista clássico de movimentos sociais**

Os movimentos sociais tradicionais estão identificados como manifestações contestatórias à estrutura da sociedade industrial dividida em classes sociais. O monopólio dos bens de produção nas mãos da burguesia e a intensa espoliação da força-de-trabalho do proletariado fazia dos movimentos sociais uma expressão dessa contradição, bem como um desejo de reformulação da estrutura social, isto é, "os movimentos traziam em seu bojo o projeto de uma sociedade sem classes".<sup>190</sup>

<sup>189</sup> TOURAINE, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1999. p. 113. É interessante destacar a preocupação do autor em evitar a confusão entre os tipos de ação coletiva, que leva-o a falar de movimentos sociais "para indicar claramente (os movimentos) que questionam orientações gerais da sociedade." Destaca Gianfranco Pasquino no clássico *Dicionário de Política* organizado por Norberto Bobbio, que apesar dos elementos comuns na análise dos movimentos sociais e dos comportamentos coletivos, estes distinguem-se "pelo grau e pelo tipo de mudança que pretendem provocar no sistema, e pelos valores e nível de integração que lhe são intrínsecos." In: BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco e MATTEUCI, Nicola. *Dicionário de política*. Op. cit., p. 187.

<sup>190</sup> SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: *Uma revolução no cotidiano?* SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (org.) São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 36.

Segundo Jeffrey Alexander, este modelo seguiu "um quadro de referências estabelecido pela interpretação histórica das revoluções".<sup>191</sup> As lideranças revolucionárias reconheciam os movimentos sociais como instrumentos capazes de tomar o poder. A utilização da violência e da repressão era considerada inevitável na execução do projeto que reformulasse radicalmente a sociedade e garantisse uma nova perspectiva em relação ao processo de distribuição dos bens de produção. Destaca o autor que os movimentos sociais clássicos

foram identificados segundo o modelo dos movimentos revolucionários, entendidos como mobilizações de massa que visam apossar-se do poder de um Estado antagônico. De acordo com essa concepção, o objetivo dos revolucionários é substituir uma forma opressora de poder estatal por outro voltada para um fim distinto, mas que se utiliza de meios semelhantes.(...) Os intelectuais responsáveis pela organização e pelo conteúdo ideológico dos movimentos revolucionários geralmente os concebiam de maneira instrumental, isto é, como o meio mais eficiente para alcançar a distribuição radical dos bens.<sup>192</sup>

A perspectiva instrumental e as estratégias revolucionárias desses movimentos refletem a concepção social materialista que dominou a sociedade ocidental no século XIX. O modelo cultural da sociedade industrial centralizou a atenção na economia, o que levou à compreensão de que "qualquer mudança social significativa teria que coincidir com o campo das relações econômicas".<sup>193</sup> Nesse sentido, o discurso dos movimentos sociais clássicos enfatizava que somente após o estabelecimento de uma nova estrutura produtiva, capaz de promover uma equitativa redistribuição dos bens e serviços, seria possível a aceitação de ponderações de caráter ético, moral e cultural. O quadro teórico do movimento revolucionário foi muito influenciado pela narrativa de Marx, considerado, segundo Ilse Scherer-Warren,

um dos mais importantes criadores de um projeto de transformação radical da estrutura social, projeto este de superação das condições de opressão de classe. Para realização deste projeto, além do amadurecimento de condições estruturais propícias, exige-se também uma práxis revolucionária das classes exploradas.<sup>194</sup>

<sup>191</sup> ALEXANDER, Jeffrey C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 13, n. 37, p. 5, jun./1998. De acordo com o autor, "deve-se a Alain Touraine a elaboração dessa reconstrução histórica dos movimentos sociais clássicos e de seu quadro teórico". p. 6.

<sup>192</sup> Idem. p.5.

<sup>193</sup> Idem. p. 6.

<sup>194</sup> SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Op. cit., p. 35.

Em torno da categoria práxis Marx desenvolve as principais contribuições para a compreensão dos movimentos sociais<sup>195</sup>. Termo que entre os gregos significava a atividade dirigida a um determinado fim, a práxis adquire com Marx o sentido de "engajamento consciente do homem na tarefa de reconstruir-se a si próprio como ser livre individual e social".<sup>196</sup> Enquanto atividade consciente e transformadora, a práxis pode ser entendida em Marx como teoria crítica, como atividade produtiva e como atividade política.

No primeiro aspecto a práxis corresponde à conexão entre teoria e prática, destacando a necessidade da eficácia do referencial teórico enquanto verdadeira manifestação prática. Isto é, "o verdadeiro conhecimento só se justifica quando sua eficácia se comprova na prática, e esta prática que se traduz em práxis é a transformação da sociedade pela emancipação da massa dos dominados".<sup>197</sup> A teoria crítica é importante no processo de formação de uma consciência proletária que reconheça sua situação na estrutura social e sua potencialidade em efetivar a libertação.

A práxis enquanto atividade produtiva é a valorização do trabalho como categoria responsável pela libertação e transformação do homem, da natureza e da sociedade. Na sociedade burguesa o trabalho é, por um lado, uma práxis capaz de transformar a natureza e criar mercadorias e, por outro lado, em criar "um mundo de objetos nos quais o homem não se reconhece e que inclusive se voltam contra ele. Neste sentido (...) a alienação não se verifica apenas como relação entre sujeito e objeto, mas também como relação entre o operário e os outros homens,"<sup>198</sup> de modo que a produção de objetos importa na produção social.

Segundo Ilse Scherer Warren, para Marx

a expropriação do produto do trabalho do operário cria o trabalho alienante, e somente através da superação desta forma de expropriação e, em última análise, da eliminação da propriedade privada, o trabalho poderá ser humanizado

<sup>195</sup> Idem. p.24. No mesmo sentido, GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997. p. 176.

<sup>196</sup> COELHO, Luiz Fernando. *Teoria crítica do direito*. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1991. p. 135.

<sup>197</sup> Idem. p.138. A esta dimensão da práxis está associada a tão conhecida tese sobre Feuerbach: "Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo".

<sup>198</sup> VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. *Filosofia da práxis*. 4. ed. Trad. Luiz Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 136.

novamente. A eliminação das contradições materiais torna possível a emancipação do homem.<sup>199</sup>

eis que poderá desenvolver sua consciência individual e reconhecê-la como consciência de classe, substituindo as falsas representações e imaginários por concepções advindas da autonomia de sua consciência. Nesse sentido, Marx refere

que somente é possível efetuar a libertação real no mundo real e através de meios reais; não se pode superar a escravidão sem a máquina a vapor e a *Mule-Jenny*, nem a servidão sem melhorar a agricultura; (...) não é possível libertar os homens enquanto não estiverem em condições de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta. A libertação é um ato histórico e não um ato de pensamento...<sup>200</sup>

Assim, a produção está relacionada com as necessidades, sendo que o homem trabalha para satisfazê-las. Ocorre, no entanto, que somente serão saciadas as necessidades quando o homem compreendê-las como algo humano, algo criado, inventado. Como destaca Vázquez, "na medida em que homem cria suas próprias necessidades, se cria ou se produz a si mesmo".<sup>201</sup> A práxis como atividade produtiva é a desalienação, a autonomia e a liberdade que permitem a compreensão a respeito da consciência de classe e da falsa realidade construída pelo processo de produção capitalista, bem como o entendimento da potencialidade da ação humana para transformar a sociedade.

A práxis como atividade política é a mediação capaz de concretizar o projeto de transformação social, capaz de fazer a passagem da teoria à prática. Para tanto, é imperiosa a organização das classes conscientes para se desencadear a luta revolucionária e, deste modo, reestruturar o processo produtivo, única maneira de superar as contradições da sociedade capitalista e de construir uma sociedade sem dominação de classe. Assim, os movimentos sociais deveriam se organizar enquanto classe consciente para colocarem em prática o projeto revolucionário.

Refere Luiz Fernando Coelho, que a "transformação social pressupõe a auto-instituição do proletariado como organização autônoma, independente das organizações

<sup>199</sup> SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. p. 27.

<sup>200</sup> MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 11. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 65.

<sup>201</sup> VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. *Filosofia da práxis*. p. 142.

típicas de uma situação social de dominação"<sup>202</sup>. Deste modo, prossegue o autor, "a práxis se complementa como essência dos movimentos sociais, cujo sentido é a libertação e cujo meio é a conscientização."<sup>203</sup>

Destaca Ilse Scherer-Warren, a respeito de Marx, que para realização do projeto de transformação radical,

além do amadurecimento de condições estruturais propícias, exige-se também uma práxis revolucionária das classes exploradas. A efetivação desta práxis, porém, requer a formação da consciência de classe e de uma ideologia autônoma de forma organizada, para a qual sugere o partido de classe.<sup>204</sup>

Marx sustenta que

a emancipação econômica das classes trabalhadoras é, conseqüentemente, a grande finalidade a que deve estar subordinado todo movimento. Todos os esforços tendentes a obter essa finalidade fracassaram até o presente por falta de solidariedade entre os múltiplos setores de trabalho em cada país e pela ausência de um vínculo fraternal entre as classes trabalhadoras dos diferentes países.<sup>205</sup>

Para Maria Gohn, "a análise dos movimentos sociais sob o prisma marxista refere-se a processos de lutas voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sócio política".<sup>206</sup> Alerta, no entanto, que não se trata do estudo das revoluções propriamente ditas, mas sim do processo de luta de classes sociais subordinadas no qual a revolução se constitui um ponto desse processo.

A práxis revolucionária de Marx recebeu importantes contribuições teóricas de seus seguidores,<sup>207</sup> dos quais se destacam, no entender de Ilse Scherer-Warren, Lenin, Gramsci e Lukács. De acordo com a autora, Lenin deposita no partido do proletariado a tarefa de mediação entre a teoria revolucionária e a prática política das massas. A

<sup>202</sup> COELHO, Luiz Fernando. *Teoria crítica do direito*. p. 143-144.

<sup>203</sup> Idem. p. 144.

<sup>204</sup> SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. p. 35.

<sup>205</sup> MARX, Karl apud GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. p. 178.

<sup>206</sup> GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997. p.171.

<sup>207</sup> Como não é objeto do presente trabalho o modelo clássico de movimentos sociais, as contribuições dos autores marxistas será desenvolvida a partir das obras direcionadas especificamente para a análise dos movimentos sociais como um todo, restando prejudicada a leitura original dos autores marxistas.



organização é o elemento-chave para garantir a unidade ideológica do proletariado e a perspectiva revolucionária, pois

a consciência socialista não surge espontaneamente do seio do movimento operário sindical. Ela depende de um conhecimento da totalidade social, conhecimento este que não aparece espontaneamente na massa, pois esta em seu cotidiano apreende o fato imediato, aparente. O conhecimento revolucionário gerado de fora é trazido para a massa proletária pela vanguarda do partido, responsável pelo desencadeador da consciência política socialista do proletariado.<sup>208</sup>

Os profissionais revolucionários devem consubstanciar-se em articuladores que apreendem a totalidade das relações de classe e compreendam a complexidade política dessas relações, porquanto capazes de manterem vivo o espírito revolucionário e a vontade de vencer. No entanto, para que se obtenha uma práxis revolucionária é necessário que o engajamento do proletariado se alie ao trabalho de vanguarda do partido. Isto é, a direção do movimento deve ser completada pela participação efetiva do homem comum, que assume o processo revolucionário como a única saída para uma sociedade sem opressão. Importa destacar que a igualdade pretendida por Lenin passa necessariamente pela abolição das classes.

Para Gramsci a cultura e a preparação ideológica organizada são indispensáveis para a formação de uma práxis revolucionária. Destaca que da mesma forma que a sociedade burguesa apresenta sua conformação cultural, somente a criação de uma nova cultura, a do socialismo, que permita conhecimento e posição política poderá impulsionar um projeto futuro. Deste modo,

para que as classes subalternas emirjam de uma situação de meras reprodutoras do social, e aspirem a atuar em movimentos que visem não somente a superação de uma situação econômica de explorados, mas, acima de tudo, a hegemonia política e cultural, é que toda a revolução é também um processo de construção de uma cultura nova, de uma reforma intelectual e moral, e exige para esse ato de autoconsciência crítica uma organização e dirigentes - os seus intelectuais orgânicos.<sup>209</sup>

<sup>208</sup> SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. p. 43. Ver também: GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997. p. 179-180.

<sup>209</sup> SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. p. 64.

Nesse sentido, a massa do proletariado deve ser estimulada, educada intelectual e moralmente para que se criem condições subjetivas à revolução. É tarefa dos intelectuais a transformação da cultura comunista em cultura hegemônica contrária à cultura burguesa, de modo que não apenas uma pequena quantia de pensadores tenha a vontade de se tornar livre, mas sim todos os envolvidos no processo de fomento dessa nova sociedade: se produzirem culturalmente produzem também o ambiente para a transformação social.

Os argumentos apresentados, por óbvio, não esgotam o referencial teórico marxista. Importam apenas para demonstrar que as concepções marxistas revolucionárias assumem uma perspectiva instrumental dos movimentos sociais, tomados como mecanismos de luta contra a estrutura burguesa, objetivando alcançar a igualdade pela tomada do poder do Estado e, conseqüentemente, pela abolição das classes sociais. As ponderações a respeito do referencial teórico clássico permite uma comparação com o quadro teórico contemporâneo relativo aos movimentos sociais, que é, em última instância, a abordagem proposta no presente capítulo.

### **3.2. Os Novos Movimentos Sociais e a construção de uma democracia participativa**

Inobstante o grande número de autores dedicados a tratar dos movimentos sociais a partir de uma nova perspectiva, não se pode afirmar que a teoria dos novos movimentos sociais exibe-se acabada e hermética. O que se apresenta é um conjunto de diagnósticos a respeito das ações coletivas contemporâneas que posicionam sua interpretação distintamente das propostas marxistas clássicas, ao mesmo tempo que, na tarefa de construir um referencial teórico, acenam para elementos comuns. De antemão, alerta-se que a grande diversidade de novos movimentos sociais, decorrente das mais variadas situações estruturais dos países em que brotam esses movimentos, impede que sejam explicados por uma teoria unitária.

Parece correto afirmar, no entanto, que a precariedade do paradigma marxista clássico em explicar a nova conjuntura das ações coletivas a partir da década de 70 e 80 do século passado obrigou a sociologia a interpretar os movimentos sociais para além do viés

economicista, reconhecendo a complexidade desses movimentos. Assim, os aspectos culturais, os ideológicos, e a solidariedade entre os elementos do grupo passaram a interessar ao quadro teórico. Para Antônio Carlos Wolkmer, o aparecimento dos movimentos sociais ao longo desse período reflete a crise do paradigma político, econômico e cultural que assolou a sociedade ocidental a partir da metade do século XX. Nesse sentido, prossegue Wolkmer, os movimentos sociais mostram-se como resultado inevitável das transformações históricas, como produtos de "ciclos culturais/ideológicos e flutuações políticas, econômicas e sociais."<sup>210</sup>

Na mesma direção, Jeffrey Alexander enfatiza que o paradigma dos novos movimentos sociais decorre da necessidade de se introduzir uma correção histórica e teórica no modelo clássico "para incluir os significados culturais, as identidades psicológicas e uma teorização dos fatores institucionais." Para ele, este paradigma destaca a subjetividade como elemento central dos movimentos sociais ao mesmo tempo que vincula o aumento dessa subjetividade "às mudanças empíricas ocorridas no plano da macroestrutura, à passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade pós-industrial."<sup>211</sup>

Kärner,<sup>212</sup> por sua vez, identifica duas causas para o surgimento dos novos movimentos sociais. A primeira relaciona-se com o aumento do processo de alienação e com a perda de confiança nas instituições políticas tradicionais. A segunda refere-se à valorização das idéias da construção imediata de uma sociedade livre através da luta do dia-a-dia. Somente a consciência da alienação e a possibilidade de comunicação e expressão coletiva poderá gerar os movimentos sociais.

Melucci, de acordo com Jeffrey Alexander, entende que os novos movimentos sociais refletem a mudança no modo de produção e o surgimento de novas demandas sociais. As peculiares formas de dominação oriundas da reformulação do processo produtivo exigiram alterações na forma de organização da ação coletiva. A simples exploração da força-de-trabalho foi, na sociedade pós-industrial, substituída pela

<sup>210</sup> WOLKMER, Antônio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. 2. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1997. p.110.

<sup>211</sup> ALEXANDER, Jeffrey C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 37, p. 12, jun./1998.

<sup>212</sup> KÄRNER, Hartmut. Movimentos sociais: revolução no cotidiano. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 20.

manipulação de complexos sistemas organizacionais, pelo controle da informação e dos processos produtores dos símbolos, que têm ingerência direta na elaboração do cotidiano, invadindo a liberdade do cidadão, tomando seu tempo e seu espaço.

Os novos movimentos, nesse sentido, mais do que simplesmente reivindicar, precisam interpretar o conflito simbólico que se estabelece, o que, por sua vez, leva à luta para um novo ambiente. Assim, para Melucci,

a identidade social e pessoal dos indivíduos é cada vez mais percebida como um produto da ação social. (...) A defesa da identidade, continuidade e previsibilidade da existência pessoal começa a constituir a substância dos novos conflitos. (...) A identidade pessoal (...) é agora a propriedade que se deseja reivindicar e defender.<sup>213</sup>

Para Rafael de la Cruz,<sup>214</sup> a crise do Estado caracterizada pela falta de equilíbrio entre o processo político e o processo social, e que se traduz em desconfiança nos entes institucionais (partidos, sindicatos, Estado), provoca, no interior do Estado, o fomento de novas modalidades de organização na vida política. Para ele, três fraturas ocorridas entre 1945 e 1960 criaram o ambiente propício para que novas formas de organização aparecessem. A primeira ruptura a que se refere é de cunho cultural e advém do "progresso do capital", que culminou no processo de industrialização e de urbanização, e, conseqüentemente, na desintegração das antigas certezas agora tombadas pela inafastável perspectiva individualista. Como exemplo dessa ruptura, Rafael de la Cruz aponta para a definição de uma cultura própria por parte dos movimentos feministas e juvenis, que mandaram para o lixo a "moral burguesa, herdada do século XIX."<sup>215</sup>

A crise do modelo estatal é apresentado por Rafael de la Cruz como sendo o segundo ponto de esgotamento da sociedade do pós-guerra. Refere que a crise do modelo de Estado intervencionista ou populista-desenvolvimentista é resultante da "ineficiência administrativa", da "incapacidade de prestar serviços" e, por conseqüência, da "deterioração da legitimidade" do Estado, dos partidos políticos e dos sindicatos. Por fim, prossegue o

<sup>213</sup> MELUCCI apud ALEXANDER, Jeffrey C. Op. cit., p. 13.

<sup>214</sup> CRUZ, Rafael de la. Os movimentos sociais: encontros e desencontros com a democracia. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (orgs). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. Op. cit., p. 87-101.

<sup>215</sup> Idem. p.93

autor, o insucesso do modelo de desenvolvimento previsto desde o século XVIII, que gerou um quadro de recessão, desemprego e outras crises sociais, também contribuiu para a ruptura do modelo social, promovendo a organização de novas formas de ação coletiva. Esse conjunto de rupturas, adverte Rafael de la Cruz, que propiciam o nascimento dos novos movimentos sociais, aponta para duas possibilidades:

primeiro, que a sociedade do futuro será ainda mais complexa do que aquela que está atualmente se extinguindo; em segundo lugar, os padrões que utilizamos normalmente para entender o funcionamento tradicional dos fatos políticos não são adequados para entender as novas formas de organização.<sup>216</sup>

Segundo André Gorz, a crise do socialismo e o nascimento de uma sociedade pós-industrial é responsável pela morte do proletariado industrial ao mesmo tempo que faz nascer uma não-classe. A redefinição do processo produtivo retira do trabalho seu potencial de aglutinar identidades, de ser a atividade própria do proletariado. Entende que

com o desaparecimento do operário profissional polivalente, sujeito possível de seu trabalho produtivo e, portanto, sujeito possível da transformação revolucionária das relações sociais, desapareceu a classe capaz de tomar sob sua responsabilidade o projeto socialista e de realizá-lo nas coisas.<sup>217</sup>

No lugar do proletariado defende o aparecimento de uma não-classe, que "diferentemente da classe operária, não é produzida pelo capitalismo e marcada pelo selo das relações capitalistas de produção; ela é produzida pela crise do capitalismo e pela dissolução, sob efeito de técnicas produtivas novas, das relações sociais de produção capitalista."<sup>218</sup>

Rafael de la Cruz, no entanto, discorda das ponderações de Gorz no sentido de que a decadência da sociedade pós-industrial ou programada provoca inevitavelmente a supressão da identidade em torno das classes sociais (classe operária) enquanto forma de organização social característica do período industrial. Para o autor, o aparecimento dos

<sup>216</sup> Idem. p.95.

<sup>217</sup> GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Trad. Angela Ramalho Vianna e Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. p. 85.

<sup>218</sup> GORZ, André. Op. cit., p. 85-87. Ver nesse sentido: WOLKMER, Antônio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. p.111.

novos movimentos sociais não importa na retirada das classes sociais do cenário político, pelo contrário, pois o aumento da complexidade no contexto pós-industrial tornará mais intensos e inovadores os conflitos de classes,

de modo que é razoável pensar em um funcionamento complexo da sociedade, em que coexistam as classes sociais, com suas leis de funcionamento e os movimentos sociais, com suas próprias leis autônomas, com razões distintas para sua existência, e como limites e possibilidades também diferentes.<sup>219</sup>

Para Boaventura de Sousa Santos a difusão social da produção a partir da década de 60, entendida como a descentralização da produção pela transnacionalização da mesma, apresentou-se como resposta do capital à crise do regime fordista e das instituições em que se traduziu, o que gerou, por consequência, o isolamento político das classes trabalhadoras de produção. Esta difusão social da produção, segundo o autor, "contribui para desocultar novas formas de opressão e que o isolamento político do movimento operário facilitou a emergência de novos sujeitos sociais e de novas práticas de mobilização social."<sup>220</sup> O processo de dominação com base no trabalho produtivo perdeu, com a difusão social da produção, o espaço central enquanto forma de dominação e hierarquização social específica das relações de produção.

A confusão entre o tempo do trabalho e o tempo das demais relações sociais retira os exclusivos olhares sobre a dominação promovida pelas relações de produção, de modo que este espaço vazio passa a ser preenchido pela demais relações sociais, ocasionando uma difusão da lógica da dominação específica para os demais setores da vida social. Assim, "quanto mais forte foi no passado a vivência social da dominação nas relações de produção, mais intensa será agora a sua difusão social".<sup>221</sup> Por outro lado, as modificações estruturais do Estado e do modelo de produção acaba com a dinâmica das relações sociais de produção entre Estado capitalista e classe operária, o que torna a "tarefa de desocultação das opressões e da luta contra elas" uma tarefa infinita, ao mesmo tempo que sem um

---

<sup>219</sup> Idem. p.98.

<sup>220</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 256.

<sup>221</sup> Idem. p.259.

titular definido. Os valores, a cultura, enfim, os objetivos pelos quais se luta tornam-se maximizados, sem beneficiados definidos.

Para Boaventura de Sousa Santos a novidade dos novos movimentos sociais está situada tanto no campo ideológico como nas formas organizativas. Destaca que a originalidade desses movimentos está na sua "impureza" ideológica, na diversidade de objetivos, de ideologias e da base social, o que, segundo ele, importa na total impossibilidade de uma teoria unitária. A política é encarada pelos novos movimentos sociais como atividade vital que transcende o Estado, valorizando a participação efetiva de todos os cidadãos no espaço da sociedade civil na fundação de uma nova cultura política. Por essa razão, as estruturas organizacionais dos novos movimentos sociais negam as formas hierarquizadas e centralizadas de processo político, preferindo a participação coletiva não-institucional. O autor português refere que

a novidade maior dos NMSs<sup>222</sup> reside em que constituem tanto uma crítica de regulação social capitalista, como uma crítica da emancipação socialista tal como ela foi definida pelo marxismo. Ao identificar novas formas de opressão que extravasam das relações de produção e nem sequer são específicas delas, como sejam a guerra, a poluição, o machismo ou o produtivismo, e ao advogar um novo paradigma social menos assente na riqueza e no bem-estar material do que na cultura e na qualidade de vida, os NMSs denunciam, com radicalidade sem precedentes os excessos de regulação da modernidade. Tais excessos atingem, não só o modo como se trabalha e produz, mas também o modo como se descansa e vive; a pobreza e as assimetrias das relações sociais são a outra face da alienação e do desequilíbrio interior dos indivíduos; e, finalmente, essas formas de opressão não atingem especificamente uma classe social e sim grupos sociais transclassistas ou mesmo a sociedade no seu todo.<sup>223</sup>

A importância dos movimentos sociais para Alain Touraine é tão expressiva que o autor chega a destacá-los como objeto principal dos estudos da sociologia. Da mesma forma que Gorz, Touraine entende que o surgimento de novos movimentos sociais está associado à crise da sociedade industrial, da ideologia socialista e do aparecimento da sociedade programada. Define esta sociedade como "aquela em que a produção e a difusão maciça dos bens culturais ocupam o lugar central que fora o dos bens materiais na sociedade industrial."<sup>224</sup> O enfraquecimento das instituições e das forças políticas do

<sup>222</sup> O autor está se referindo aos novos movimentos sociais.

<sup>223</sup> Idem. p.258.

<sup>224</sup> TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. Trad. Elia Ferreira Edel. 6. ed. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 258.

período industrial sugere a formação de novos espaços de oposição capazes de reconhecer a formação de uma cultura e de novas relações sociais, "ligadas à substituição das indústrias materiais pelas indústrias culturais."<sup>225</sup>

Para ele, os investimentos na sociedade programada não se dirigem exclusivamente à organização do trabalho, que é o espaço da ação operária, mas privilegia a capacidade criativa e um modelo que promova a passagem do conhecimento científico ao tratamento da informação. Na sociedade industrial, continua Touraine, a classe operária é o principal agente popular, mas sua ingerência, por mais forte que seja, restringe-se ao ambiente da dominação de classes, que é exclusivamente a organização do trabalho. Ocorre que é

somente na sociedade programada que se constitui no presente que a ação da classe popular - que será necessário definir mais precisamente - ultrapassa o domínio da organização e dos meios de trabalho, para se elevar ao nível dos objetivos da produção e de se opor, por consequência, ao conjunto do sistema econômico e social.<sup>226</sup>

O sonho do movimento operário em transformar o futuro através da tomada dos meios de produção foi esvaziado e em seu lugar os novos movimentos sociais postularam uma cultura de políticas independentes e autônomas. Esses novos movimentos surgem não mais para a defesa dos trabalhadores frente aos patrões da indústria, mas para desencadear discussões no novo espaço de conflitos, que se ampliou da organização do trabalho para os demais setores da vida social. Diferentemente dos antigos movimentos sociais, esses novos movimentos

<sup>225</sup> Idem. 264.

<sup>226</sup> TOURAINE, Alain. *O pós-socialismo*. Trad. Sonia Goldfeder e Ramon Americo Vasques. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 32. Nesse sentido, do mesmo autor: TOURAINE, Alain. *Poderemos viver Juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 112-152. e Os movimentos sociais. In: *Sociologia e sociedade*. (Leituras de introdução à Sociologia). FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Sousa (orgs.). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. p. 335-365. Destaca Gianfranco Pasquino que "os fundamentos da teoria de Touraine são constituídos pelos três princípios da identidade, da oposição e da totalidade. Pelo princípio de identidade, o agente dá uma definição de si mesmo, caracteriza-se em confronto com outros agentes em meio de um conflito que os contrapõe no campo da ação social.' O conflito faz surgir o adversário, forma a consciência dos agentes que se defrontam': este é o princípio de oposição. Finalmente 'o princípio da totalidade não é senão o sistema de ação histórica por cujo domínio lutam os adversários, entrincheirados na dupla dialética das classes.'" In: BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco e MATTEUCI, Nicola. *Dicionário de política*. Op. cit., p. 789.



deixam transparecer uma nova geração de problemas e de conflitos ao mesmo tempo sociais e culturais. Não se trata mais de lutar pela direção de meios de produção, e sim sobre as finalidades dessas produções culturais que são a educação, os cuidados médicos e a informação de massa. (...) As contestações mais acirradas têm hoje um fundamento moral, não porquê a ação coletiva é impotente, mas porque a dominação se exerce sobre os corpos e as almas ainda mais que sobre o trabalho e a condição jurídica, porque as propagandas e a repressão totalitárias são as doenças mais graves do mundo que se diz moderno.<sup>227</sup>

Os novos movimentos, segue o autor francês, não invocam mais a intervenção do Estado, pois desejam a formulação de uma cultura de bases políticas auto-suficientes. Não estão atrelados a partidos de vanguarda e nem constituem sua identidade pela identificação a uma ordem do mundo, a um grupo social ou a uma tradição cultural. Para Maria Gohn, o sociólogo Francês aponta para o desaparecimento dos partidos políticos enquanto representantes das necessidades históricas, "acima dos atores sociais e muitas vezes contra eles. Os novos movimentos sociais falam mais de uma autogestão que de um sentido de história, e mais de democracia interna que de tomada de poder".<sup>228</sup>

Para Wolkmer, a emergência de novos movimentos sociais não está vinculada ao desaparecimento das classes sociais,

pois, quer nas sociedades capitalistas avançadas, quer nas sociedades periféricas como a brasileira, a busca pela satisfação das necessidades fundamentais está sempre associada a reivindicações, conflitos e lutas que partem dos mais diferentes setores da sociedade, que podem refletir tanto interesses classistas quanto pluri-classistas.<sup>229</sup>

Há que se ressaltar ainda que o esgotamento do potencial político da classe operária não pode ser confundido com o fim da categoria classes sociais, que se constitui dinamicamente através do devir histórico, acompanhando as lutas, privações e reivindicações em todos os tempos e modelos econômicos. O que parece correto, no entanto, é que a reestruturação no modelo macroeconômico surgiu como alimento para formação de faccionalismos culturais, acentuando as diferenças e hierarquias culturais, dificultando o reconhecimento da identidade dos grupos.

<sup>227</sup> TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. p. 262-263.

<sup>228</sup> GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997. p.152.

<sup>229</sup> WOLKMER, Antônio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. p.124.

De fato as alterações estruturais na sociedade industrial contribuíram de forma significativa para o nascimento de novas formas de ação coletiva. A desagregação dessa sociedade e a formação de uma "sociedade programada" redefiniu as relações sociais e, mais do que uma reviravolta econômica, produziu um novo ambiente cultural no qual o movimento operário não conseguiu desempenhar com destaque aquilo que bem fazia na sociedade industrial. Neste contexto, o aparecimento de novos movimentos sociais resulta da redefinição dos conflitos, que suplanta a tradicional luta contra o Estado e amplia a agenda das demandas, agora sem "inimigos" tão definidos.

Eduardo Viola e Scott Mainwaring diferenciam os movimentos sociais antigos dos novos movimentos sociais pelos valores que eles adotam. Segundo eles, os novos movimentos sociais são pautados por elementos de afetividade, "relações de expressividade, orientações comunitárias e organização horizontal,"<sup>230</sup> enquanto os antigos movimentos, por sua vez, enfatizam as demandas materiais, as orientações instrumentais e estabelecem uma relação vertical para com o Estado. A prática democrática e participativa é a característica mais marcante. Os novos movimentos sociais valorizam a participação nas decisões internas, empenhando-se na busca de soluções consensuais. Os autores referem que esses movimentos "rejeitam as relações elitistas e hierarquizadas, valorizam a solidariedade e preferem a expressividade pessoal, em lugar das relações instrumentais, favorecendo a cooperação em lugar da competição."<sup>231</sup>

Não obstante as diferenças estruturais entre os países desenvolvidos e os da periferia, no que se refere à formação dos movimentos sociais, adverte Maria Célia Paoli<sup>232</sup> que a perda de sentido em torno da cultura pública é uma crise que assola toda a sociedade contemporânea. Nesse sentido, irrompendo como o outro lado da crise, aparecem os novos movimentos sociais

inaugurando novas dinâmicas políticas, novas instituições de significado social, novos discursos, novas formas de conflito e de sociabilidade. Que em seu conjunto, querem dizer um novo tipo radical de imaginação política, capaz de

<sup>230</sup> VIOLA, Eduardo e MAINWARING Scott. Novos movimentos sociais - cultura política e democracia: Brasil e Argentina. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). *Uma revolução no cotidiano?* São Paulo: Brasiliense, 1987. p.109-110.

<sup>231</sup> Idem. p.159.

<sup>232</sup> PAOLI, Maria Célia. *Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político*. In: HELLMANN, Michaela. (Org.). *Movimentos Sociais e democracia no Brasil: "Sem a gente não tem jeito"*. São Paulo: Marca Zero, 1995. p.24-25.

se contrapor à crise, ainda que sua significação histórica seja controversa: para alguns esses movimentos anunciam um epílogo das instituições da modernidade, já condenadas pela crise contemporânea; para outros, um novo prólogo que refaz a flexibilidade dessas instituições, ao reconectá-las com os fundamentos sociais de sua legitimidade.<sup>233</sup>

Deixando de lado os elementos estruturais condicionadores do aparecimento dos novos movimentos sociais, cumpre assinalar os aspectos que definem a identidade de seu conteúdo. Nesse sentido, para Maria Gohn, algumas características podem ser referidas como comuns aos novos movimentos sociais. A primeira refere-se à valorização da cultura como elemento fundamental na elaboração do modelo teórico de interpretação desses novos movimentos. Diferentemente da perspectiva marxista, que entendia as manifestações culturais como falsas apreensões da realidade, com os novos movimentos sociais a cultura passa a ser encarada em seu aspecto positivo, como produtora da realidade social. Nesse sentido, afirma que

como a categoria da consciência de classe não tem relevância no paradigma dos NMS, mas apenas a das ideologias, atuando no campo da cultura, concluímos que a categoria da cultura foi apropriada e transformada no decorrer de sua utilização pelo paradigma dos NMS.<sup>234</sup>

Como segunda característica Maria Gohn destaca "a negação do marxismo como campo teórico capaz de dar conta da explicação da ação dos indivíduos e, por conseguinte, da ação coletiva da sociedade contemporânea tal como efetivamente ocorre".<sup>235</sup> A análise marxista centrada na luta de classes e em uma visão macroeconômica torna precária sua explicação em relação às ações coletivas advindas do campo cultural e político, bem como daquelas produzidas a partir da ação individual. O paradigma dos novos movimentos sociais entende não ser possível reduzir a complexidade das ações coletivas às categorias marxistas clássicas, de modo que essa explicação perpassa os campos político, cultural e econômico, sem no entanto subjugar-se a este último.

O surgimento de um "sujeito difuso, não-hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus

<sup>233</sup> Idem. p.25.

<sup>234</sup> GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997. p.122.

<sup>235</sup> Idem. p. 122.

efeitos nocivos"<sup>236</sup>, é apresentado pela autora como a terceira característica dos novos movimentos sociais. Esse sujeito coletivo contraria aquele moldado pelas contradições do processo de produção capitalista e educado de acordo com as orientações do partido de vanguarda.

Outra característica apontada por Maria Gohn refere-se à importância central da política, que passa a ser entendida como uma dimensão da vida social, presente em todas as práticas sociais. Nesse sentido, a política escapa da abrangência do Estado ao constituir-se como elemento central das relações de poder ocorridas no seio da sociedade civil. A quinta característica destacada é a análise teórica dos atores sociais desenvolvida a partir de suas ações coletivas e pela identidade coletiva produzida. A identidade coletiva criada pelo grupo se forma no processo de autodefinição pela inter-relação com os demais componentes do grupo, diferentemente daquela identidade social produzida pelas estruturas sociais e que revela uma pré-definição das características dos indivíduos.

A identidade nos novos movimentos sociais, relata Maria Gohn, "é parte constitutiva da formação dos movimentos, eles crescem em função da defesa dessa identidade. Ela se refere à definição dos membros, fronteiras e ações do grupo".<sup>237</sup> Essas características, como se disse, não esgotam a problemática em relação ao que seja o "novo" nesse paradigma de análise dos movimentos sociais, pois os conceitos que sustentam esse modelo não foram suficientemente trabalhados, permitindo apenas que se apresentem alguns elementos descritivos. Maria Gohn refere que

a mudança do eixo das demandas da economia para um patamar mais cultural refletiu-se na organização dos Novos Movimentos Sociais fazendo com que se apresentem mais descentralizados, sem hierarquias internas, com estruturas colegiadas, mais participativos, abertos, espontâneos e fluidos. As lideranças continuam a ter importante papel no esquema de análise dos NMS. Mas elas são apreendidas atuando em grupos, formando correntes de opiniões. Não há lugar nessa estrutura para os velhos líderes oligárquicos, que se destacam por sua oratória, por seu carisma e poder sobre seus liderados. Disso resulta que os movimentos passaram a atuar mais como redes de trocas de informações e cooperação em eventos e campanhas. Mas há também conflitos entre eles, internos e externos, e este aspecto, na teoria dos Novos Movimentos Sociais, é visto como parte do processo de construção da identidade.<sup>238</sup>

<sup>236</sup> Idem. p.122.

<sup>237</sup> Idem. p.124.

<sup>238</sup> Idem. p.126.

Ilse Scherer-Warren aduz que a identidade dos novos movimentos sociais se constitui a partir da ocorrência de dois fatos: um fato estrutural e um fato cultural. O primeiro diz respeito à compreensão que o povo adquiriu das condições materiais do capitalismo contemporâneo e de sua racionalidade opressora, que se apresenta mais abrangente que as próprias contradições do processo produtivo. O fato cultural, por sua vez, alude à "internacionalização de uma cultura crítica que vem penetrando nos movimentos populares."<sup>239</sup> O fato estrutural potencializa os objetivos do movimento, refere-se às suas reivindicações. Entende a autora que as condições materiais distintas entre os países impede uma identidade plena. O fato cultural, que se refere à organização e à práxis desses movimentos, é que pode ser aludido como o verdadeiro elemento produtor da identidade dos movimentos sociais, ao mesmo tempo que corresponde ao aspecto "novo" dos novos movimentos sociais.

A novidade desses movimentos, no dizer de Wolkmer,

está no fato de se tratar de manifestações com capacidade de surgir de 'fora' da cena política institucional, fundadas em razões que não só transcendem os estreitos interesses de produção e consumo, mas, sobretudo, compõem uma nova identidade coletiva, capaz de romper com a lógica do paradigma social dominante e se libertar das formas opressoras de manipulação e cooptação, criando implementadoras de práticas democráticas participativas.(...) Assim sendo, 'os novos movimentos sociais' devem ser entendidos como sujeitos coletivos transformadores, advindos de diversos estratos sociais e integrantes de uma prática cotidiana com reduzido grau de 'institucionalização', imbuídos de princípios valorativos comuns e objetivando a realização de necessidades humanas fundamentais.<sup>240</sup>

Os novos movimentos sociais inauguram uma perspectiva no processo político, cultuando a participação política das bases populares fora dos locais institucionalizados e hierarquizados. A ação coletiva insere novos sujeitos na relação política, cria novos espaços de discussão e novos mecanismos de interlocução com o Estado. A sociedade civil implementa com os novos movimentos sociais uma esfera pública que transcende a burocracia do Estado liberal, capaz de aceitar a politização do cotidiano através da

<sup>239</sup> SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: *Uma revolução no cotidiano?* SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (orgs.) São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 40.

<sup>240</sup> WOLKMER, Antônio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. p.124-125.

democracia participativa e de tornar possível uma nova relação entre Estado e poder popular.

Além de sustentar a formação de novos espaços políticos e a inclusão de novos atores nesse espaço, o novo dos movimentos sociais deve-se, também, à importância destacada às questões culturais, aos direitos culturais dos novos atores. A reivindicação de direitos culturais não era objeto dos movimentos clássicos que, embebidos pelo desejo de uma reforma social total, definiam sua ação quase que exclusivamente na defesa das condições de trabalho e de salário. Segundo Touraine, essa evolução

não significa que os problemas de desemprego e de salário perderam importância, mas sim que a formação de atores, e em consequência o renascer da vida pública, passa quase sempre pela reivindicação de direitos culturais, e que é este gênero de lutas, mais do que os movimentos diretamente opostos à lógica liberal, que merece o nome de "movimento social".<sup>241</sup>

Para o autor francês os novos movimentos sociais não estão com os olhos voltados para a sociedade perfeita, mas "combatem pela defesa do direito de todos a uma existência livre e 'humana'. A forma assumida hoje pelo princípio geral sobre o qual repousam todos os movimentos sociais é esta: o direito à igualdade cultural."<sup>242</sup>

É importante frisar, no entanto, que as pretensões culturais que marcam a agenda dos movimentos sociais nos últimos anos não tornaram menos importantes as reivindicações de cunho econômico junto ao Estado, sobretudo nos Estados periféricos, marcados por desigualdades econômicas históricas que alimentam as lutas por melhores condições materiais de vida. Não se pode, nesses países, reduzir as expectativas dos movimentos sociais ao viés cultural, pois a inclusão dos atores coletivos no cenário político passa necessariamente pelo reconhecimento de suas precariedades econômicas, que definem, simbólica e materialmente, sua importância no processo político.

As grandes transformações no cenário global a partir da década de 90 produziram alterações econômicas e culturais que afetaram as relações sociais, a construção do sujeito, da sociedade civil e, por consequência, a construção das identidades coletivas. A

<sup>241</sup> TOURAINE, Alain. *Como sair do liberalismo?* Trad. Maria Leonor Loureiro. Bauru - São Paulo: EDUSC, 1999. p. 69.

<sup>242</sup> Idem. p. 73.

relativização do Estado-nação, tido como principal referência política dos movimentos sociais, e a intensa valorização do mercado como local gerenciador de conflitos, impõem novos desafios para pensar a relação do sujeito com as esferas institucionais, "para pensar a relação da pessoa com seu contexto social, ou do indivíduo com o coletivo, ou ainda, do sujeito com o movimento."<sup>243</sup>

Scherer-Warren refere que no contexto da globalização tendem a predominar duas formas de ação coletiva. A primeira, entendida como "manifestações simbólicas massivas", aparece como resposta à exclusão social, como resistência simbólica ao modelo neoliberal, que é compreendido como reprodutor da descartabilidade humana. A outra forma de ação coletiva diz respeito às "redes de comunidades virtuais identitárias", utilizadas pelos atores dos novos movimentos sociais para "marcar sua presença e dar continuidade ao movimento no cenário global. Estas comunidades são mais virtuais, baseadas em intercâmbios solidarísticos, do que formas de organização coletivas centralizadas."<sup>244</sup>

Numa direção diversa das ações coletivas das sociedades industriais, os movimentos contemporâneos privilegiam a formação de redes de movimentos sociais, caracterizadas pela articulação entre os atores e movimentos sociais e culturais, "pela transnacionalidade; pluralismo organizacional e ideológico; atuação nos campos cultural e ideológico".<sup>245</sup> Scherer Warren relata que, diferentemente dos movimentos dos anos 60 a 80 que se caracterizaram pelo empenho na afirmação de suas identidades específicas, nos movimentos que nascem na década de 90

há uma crescente interação destes movimentos entre si, ou uma penetração de seus ideais em movimentos mais clássicos, como o sindical e o de moradores. As chamadas lutas específicas, contra a discriminação de gênero, racial, cultural, contra a degradação ambiental, a exclusão social, econômica e política (...) passam a ser consideradas relevantes no interior dos mais diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Portanto, as lutas identitárias e pela luta de autonomia grupal cedem lugar a movimentos sociais solidarísticos e de cooperação.

No plano da cultura, para além da defesa das identidades, passa-se a um discurso de valorização da alteridade e da reciprocidade nas trocas. Duas possibilidades se colocam neste processo interativo: a da hibridação cultural, através de sincretismos, ecumenismos, etc.; e de formação de um movimento cidadão sob a forma de redes interculturais, onde a complementariedade se

<sup>243</sup> SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos em cena.. E as teorias por onde andam? In: Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo. Lisboa- Portugal: Co-edição da Socius e Editora da UFSC, 2000. p. 24.

<sup>244</sup> Idem. p. 26-27.

<sup>245</sup> SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. p.119.

constrói a partir do respeito às diferenças, não se impondo uma uniformização no trabalho cooperativo.<sup>246</sup>

Nesse contexto de redefinição da sociedade civil, as ONGS (organizações não-governamentais) aparecem de forma destacada como mediadores entre os atores coletivos e o poder institucional, da mesma forma como entre grupos privados e instituições governamentais.<sup>247</sup> As responsabilidades do Estado são transferidas para parcerias, intermediadas pelas ONGS, entre o poder público e as comunidades organizadas. Capazes de captar recursos, essas organizações "introduziram novidades institucionais à medida que se apresentaram como executoras de atividades de interesse público fora da máquina governamental, com custos menores e maior eficiência"<sup>248</sup>. As ONGS refletem a nova postura da ação coletiva frente ao Estado, uma postura de parceria que institucionaliza espaços da sociedade civil e que difere da proposta política de contra-poder popular independente do Estado dos anos 70 e 80.

Boaventura de Souza Santos chama a atenção para o perigo de a segmentação dos movimentos sociais contemporâneos produzir a perda de identidade de classe, a perda da luta comum no contexto da sociedade global. Refere o autor português que

o mundo ocidental criou muitas teorias de separação e poucas de união. Foi uma forma de nos dividirmos nos diferentes movimentos. Os partidos se encarregavam de organizar as questões transversais. Mas, como deixaram de ser adequados para os movimentos sociais, estes tiveram que buscar outras formas de obter dinamismo, força e foco de ação. Isto teve um efeito negativo. Gerou facções dentro e fora dos movimentos.<sup>249</sup>

Para o sociólogo português, a ação coletiva nas sociedades contemporâneas deve articular-se em três escalas: local, nacional e global. É preciso reconhecer a identidade que se processa nessas três esferas, eis que são espaços diferentes mas que se reproduzem mutuamente e num mesmo sentido, isto é, "o que é local é global, o que é nacional é local e o que é nacional é global também".<sup>250</sup> Segundo ele, além desse princípio da unidade, é

<sup>246</sup> Idem. p. 41.

<sup>247</sup> GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais*. p. 301.

<sup>248</sup> GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. p. 59.

<sup>249</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. "No futuro seremos trans-escalares". *Revista Sul*, publicação da bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembléia do Estado do Rio Grande do Sul, n. 03, p. 8, abr./ago. 2001.

<sup>250</sup> Idem. p.7.



preciso cultivar também a diversidade, o direito à diferença como elemento fundamental das sociedades democráticas. Deste modo, prossegue Boaventura de Souza Santos,

ao contrário do passado, queremos salientar as diferenças. Queremos dois princípios e não um só. O princípio da igualdade exige redistribuição. O princípio da diferença exige reconhecimento das diferenças. E surge o grande direito- o direito a ter direito nesta sociedade civil global. Temos o direito de ser iguais quando as diferenças nos inferiorizam. Temos o direito a ser diferentes, quando a igualdade nos descaracteriza. É este o grande princípio por que temos que lutar. E é por isso que ela tem que ser multicultural.<sup>251</sup>

Os novos desafios que se apresentam desde a década de 90 do século passado, decorrentes de crises econômicas, culturais e políticas, apesar de suscitarem uma discussão a respeito das potencialidades da ação coletiva na era global, não retiram a capacidade dos movimentos sociais de construir espaços alternativos de debate e afazer político. Poder-se-ia afirmar ainda que, diante do império do mercado e da relativização dos Estados-nações, os movimentos sociais, independentemente das modificações que possam afetá-las, aumentam sua importância por representarem um importante espaço para formação das identidades individuais e coletivas.

A democracia participativa deve ser radicalizada enquanto paradigma de resgate das relações políticas, valorizando a fala das identidades individuais e coletivas na composição do poder. Os conceitos construídos publicamente no interior das trocas intersubjetivas entre os atores sociais, nos movimentos e entre movimentos sociais, são essenciais para orientar a construção da legitimidade.

### **3.3 Novos movimentos sociais no Brasil**

A categoria "novo" dos movimentos sociais não pode ser tomada como realidade processada de forma abstrata e genérica, sem considerar as diferentes realidades políticas dos países que, devido a suas peculiaridades, apresentaram variações na definição do caráter inovador de tais movimentos. Apesar da influência teórica dos países desenvolvidos, a natureza política autoritária e clientelista dos países latino-americanos moldou uma

---

<sup>251</sup> Idem. p.7.

trajetória específica dos novos movimentos sociais nesses países, razão pela qual será dispensada uma atenção especial a respeito da gênese e das características desses movimentos no Brasil.

A cultura intervencionista e paternalista sempre identificou a atuação do Estado brasileiro. Em todos os períodos de seu desenvolvimento a política de base foi alijada pela burocracia estatal clientelista, propensa a não reconhecer e não impulsionar a investida e a mobilização coletiva que ultrapassasse os limites admitidos pelo poder central. A cultura da dependência política, da não-participação e da cidadania regulada institucionalmente constituem a tônica histórica no contexto das relações políticas da sociedade brasileira. Presente esta matriz formativa do Estado brasileiro, os novos movimentos sociais aparecem no Brasil no final da década de 70 como organizações capazes de inventar espaços de debate e contrapor-se ao autoritarismo do regime militar na busca de melhores condições de vida. Elaboram um espaço de decisões coletivas fora das instituições estatais, resultado da crise de governabilidade e de sociabilidade presente nas relações do Estado com a sociedade brasileira.

Segundo Maria Célia Paoli,<sup>252</sup> os operários fabris podem ser identificados como os primeiros atores civis e políticos desses movimentos no Brasil. A atuação do movimento operário voltava-se para construção de espaços democráticos independentes da malha institucional, superando as limitações do sindicalismo oficial e criando uma identidade capaz de modificar as interlocuções com o Estado e o mundo patronal. Nesse sentido, para Maria Célia Paoli, a estratégia e cultura política do movimento encontrava sua articulação fora dos espaços tradicionais, voltando-se para valorização do espaço da fábrica, das experiências de trabalho, enfim, produzindo um contexto político de reflexão e tomada de decisões que escapasse de uma institucionalidade estatal, autoritária e burocrática. As greves do final da década de 70, segundo ela, ilustraram essas orientações.

Os trabalhadores foram consagrados como sujeitos políticos decidindo em cima de uma nova realidade, o seu cotidiano. Importavam "suas próprias experiências de trabalho, de reprodução social, de conhecimento sindical e da própria política, e que, pela inventividade das formas de mobilização não seriam facilmente capturados pelas malhas

---

<sup>252</sup> PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela (org.). *Movimentos Sociais e democracia no Brasil: "Sem a gente não tem jeito"*. São Paulo: Marca Zero.

institucionais de controle."<sup>253</sup> Refere Maria Célia Paoli que na década de 80 a nova dinâmica da classe operária conduziu-a em direção à autonomia. Os modos tradicionais de enfrentamento da burocracia estatal, limitadores da verdadeira luta operária, foram transcendidos por uma política de base,

exercida de fato através de lutas diferentemente organizadas no chão da fábrica, freqüentemente independentes de sindicatos e também dos constrangimentos da lei, que proibia o reconhecimento legal das comissões internas nos locais de trabalho como espaços de negociação e representação.<sup>254</sup>

A criação de novos ambientes de negociação e democratização operária obrigou o patronato a reconhecer sua legitimidade para não inviabilizar a própria organização do processo produtivo. Os novos atores coletivos, a nova pauta de demandas e novos locais de embate culminou na redefinição das concepções sobre os direitos do trabalhador e, de um modo geral, sobre o modelo de gestão produtiva. O renovado movimento operário, prossegue Maria Célia Paoli,

já propunha, exemplarmente, a grande questão trazida pelos movimentos sociais em um contexto de 'refundação democrática' de uma sociedade autoritária: até onde pode a política ser alargada - não apenas para além dos aparatos institucionais mas também para além do estilo tradicional de seu exercício - e tornar-se campo de práticas legítimas de invenção, conflito e negociação?<sup>255</sup>

Ainda nos anos 70, no interior do regime militar, as mobilizações de moradores urbanos reivindicando melhores condições de habitação foram significativas para a formulação de um novo modelo de participação política e de resistência ao regime militar, porquanto evidenciavam a emergência de diferentes espaços de decisão política, centrados na democracia de base e na admissão de novos sujeitos políticos. Impunham a auto-organização de seu espaço, a autonomia de sua estrutura, isto é, pautavam sua atuação enfatizando a radicalização da democracia real, decorrência da insatisfação com as práticas oficiais.

<sup>253</sup> PAOLI, Maria Célia. Op. cit., p.31.

<sup>254</sup> Idem. p. 31.

<sup>255</sup> Idem. p. 32.

Na visão de Ana Amélia da Silva, a novidade política dos movimentos de moradia da década de 70 consubstancia-se em moldar sua ação coletiva através de expressivas mobilizações populares. De acordo com a autora,

esses movimentos orientaram sua ação pela defesa da autonomia, pela auto-organização, pela importância da organização de base e pela prática da democracia direta. A partir destas práticas puderam, entre outros, transformar carências em reivindicações urbanas que demandavam direitos fundamentais de sobrevivência; lutaram contra a violência, o arbítrio e as práticas de despolitização; e defrontaram-se 'com o Estado e seus aparatos de políticas públicas inserindo suas pauta de agenda pública de respostas e encaminhamentos políticos. Colocar uma aposta fundamental no potencial desses movimentos para a radicalização do processo de transformação democrática do país foi, então, uma característica significativa de muitas análises políticas e sociais.<sup>256</sup>

Para Tullo Vigevani tais movimentos urbanos eram marcados pela racionalidade reivindicatória frente ao Estado, o que contribuía para a construção das identidades na medida em que firmavam as precariedades comuns e delimitavam seu campo de atuação. Destaca, por outro lado, que a vinculação precária dos movimentos sociais à satisfação de suas reivindicações por parte do Estado conferia-lhes uma certa dependência, que, no entanto, não deve se confundir com submissão. Dependência, no sentido de que os movimentos estariam reduzidos a simples satisfação espontaneísta das reivindicações, sem transcender a prática contestatória, restando, dessa forma, arranhada sua autonomia pela inexistência de uma concepção geral de mundo.<sup>257</sup>

Frise-se, contudo, que o debate em torno da autonomia da ação política dos movimentos sociais urbanos frente ao Estado ensejou percepções diferentes sobre o papel que tais movimentos poderiam desempenhar no processo de democratização que se afluía. Nesse sentido, Maria Paoli relata que, por um lado, alguns autores, apesar de reconhecerem seu papel flexibilizador do regime democrático-formal, insistiam na incapacidade de os movimentos sociais substituírem as instâncias institucionais da democracia representativa, "podendo, no máximo, vir a ter um 'papel mediador' entre

<sup>256</sup> SILVA, Ana Amélia. Movimentos de moradia e políticas sociais :novas dimensões da interlocução pública. In: HELLMANN, Michaela (org.). *Movimentos sociais e democracia no Brasil: "Sem a gente não tem jeito"*. São Paulo: Marca Zero, 1995. p.57

<sup>257</sup> VIGEVANI, Tullo. Movimentos sociais na transição brasileira: as dificuldades de abrangência propositiva e alternativa. In: VIOLA, E.J.; SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (orgs). *Crise política, movimentos sociais e cidadania*. Florianópolis-SC: UFSC, 1989. p. 133-135.

sociedade e Estado." Ou seja, "a maioria desses críticos negava que o referencial 'ideológico' (sic) dos movimentos populares, por mais autônomo e espontâneo que fosse, 'não garantia a possibilidade de intervenção na correlação de forças do sistema político dominante'." <sup>258</sup>

Por outro lado, outros teóricos enfatizavam a possibilidade de os movimentos sociais inaugurarem uma democracia baseada numa soberania popular, que transcendesse a perspectiva democrática formal e maximizasse a participação popular organizada como forma de "garantir tanto o regime democrático como a democratização da própria sociedade". <sup>259</sup> Tullo Vigevani, por sua vez, entende que os movimentos sociais portadores de uma idéia de sociedade nova se caracterizam no Brasil "pela reação às formas autoritárias e de repressão política, avançando propostas de democracia direta e de base ou representativa, pelo questionamento da distribuição do poder, pela reação à centralização do poder..." <sup>260</sup> O novo aparece em contraposição as formas tradicionais de desenvolvimento da luta e organização social.

Para Vigevani, a maior contribuição dos movimentos dos anos setenta foi levar a temática da igualdade para discussão no campo político. Ressalta, porém, que os movimentos sociais carregados da ideologia do novo não conseguiram implementar com total êxito uma cultura de participação política extrema e, conseqüentemente, uma nova capacidade de expressão da vontade popular que fosse capaz de substituir em definitivo o modelo representativo burguês, eis que a democracia direta no interior dos movimentos não ultrapassava os limites de pequenos grupos, legitimando por vezes, devido a essa e outras limitações, uma cultura basista.

De um modo geral, os novos movimentos sociais brasileiros assentaram sua originalidade na invenção radical da democracia, distinta da proposta democrática do regime político formal. Num país construído pelos ditames de uma cultura política autoritária, o aparecimento de movimentos sociais

<sup>258</sup> PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela (org.). *Movimentos sociais e democracia no Brasil: "Sem a gente não tem jeito"*. São Paulo: Marca Zero, 1995. p. 36.

<sup>259</sup> Idem. 37.

<sup>260</sup> VIGEVANI, Tullo. *Movimentos sociais na transição brasileira: as dificuldades de abrangência propositiva e alternativa*. p.130.

traziam conflitos e atores que não só reinventavam formas e espaços de luta que abriam os horizontes de um regime democrático formal para além dele próprio como, além disso, eram feitos por atores historicamente depreciados, os situados lá no fim das hierarquias sociais.<sup>261</sup>

Os novos movimentos sociais urbanos, afirma Scherer-Warren, caracterizam-se por enfrentarem a dinâmica do poder populista enraizado na cultura política brasileira, objetivando a

criação de formas comunitárias de participação direta das bases ao nível de reflexão, da decisão e da execução, diminuindo ao mínimo a distância entre direção e base do movimento. Defendem sua autonomia frente ao Estado e partidos, considerando a cidadania um direito do povo, numa situação de um capitalismo particularmente excludente.<sup>262</sup>

Reconhece como valor fundamental desses movimentos a formação de uma nova cultura política de base que seja capaz de reagir às formas autoritárias e de repressão política, reagir às formas centralizadoras do poder e valorizar as autonomias locais, e reagir ao caráter excludente do modelo econômico. Para Pedro Jacobi, os movimentos sociais brasileiros

se desenvolvem principalmente como reflexo da precariedade ou falta de condições dos canais de representação, ou de arranjos institucionais existentes no período autoritário. Na medida em que esta situação começa a se reverter e os partidos adquirem presença e competitividade na sociedade, os movimentos perdem seu dinamismo e visibilidade.<sup>263</sup>

João Baptista Moreira Pinto indica que o paradigma dos novos movimentos sociais caracteriza-se pela: "a) revalorização cultural e pessoal; b) constituição de uma 'nova cultura política de base'; uma ação política libertária; e d) um projeto de sociedade socialista e democrática."<sup>264</sup> Sustenta que a vitalidade desses movimentos sociais é alimentada pela busca de soluções para a alienação crescente produzida pela coisificação das relações culturais e do próprio homem. A valorização da cultura e do indivíduo apresenta-se nesse

<sup>261</sup> PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela (org.). *Movimentos sociais e democracia no Brasil: "Sem a gente não tem jeito"*. São Paulo: Marca Zero, 1995. p. 27.

<sup>262</sup> Idem. p.42.

<sup>263</sup> JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1989. p. 140.

<sup>264</sup> PINTO, João Batista Moreira. *Direito e novos movimentos sociais*. São Paulo: Acadêmica, 1992. p. 33.

cenário como fomento à construção de um referencial teórico crítico capaz de promover a conscientização necessária para romper com um estado de alienação. Nova política de base, como sugere João Pinto, baseado em Ilse Scherer-Warren, é o aprimoramento das relações políticas não-institucionais, permeadas por uma práxis política libertária capaz de estabelecer um projeto de sociedade socialista e democrática que faça frente as bases autoritárias, que consiga promover o debate em instâncias locais e que seja mecanismo de combate ao modelo econômico excludente.

As principais referências teóricas utilizadas no Brasil a partir dos anos 70 evidenciam, segundo Maria Gohn, a ênfase na categoria autonomia, tratando-se na realidade de "uma estratégia política embutida no olhar sobre os movimentos populares, pois reivindicava-se um duplo distanciamento. De um lado em relação ao Estado autoritário. De outro em relação às práticas populistas e clientelistas presentes nas associações de moradores, nos sindicatos e nas relações políticas em geral."<sup>265</sup> A ação coletiva construía o novo pela superação das velhas formas do fazer político autoritário e cooptador, inventando, à revelia das instituições oficiais, espaços para mobilização coletiva organizada, importantes para o processo de enfrentamento do Estado no sentido de viabilizar as reivindicações sociais.

No entanto, segundo Maria Gohn, a partir das alterações na conjuntura político-econômica no início dos anos 80, o "novo" dos movimentos sociais típicos da década anterior começava a ser contestado em virtude do aparecimento de movimentos sociais que não se identificavam, na sua plenitude, nem com os movimentos clássicos, nem com os "novos movimentos sociais" da década de 70, ou seja, a dimensão do "novo" transcendia a perspectiva reivindicatória contra o Estado, caracterizada apenas pela demanda por bens e serviços imprescindíveis à sobrevivência, redirecionando suas energias para expectativas de ordem cultural, para a capacidade de transformação política desses movimentos.<sup>266</sup> Assim, por exemplo, conforme Maria Gohn, "o novo nos movimentos ecológicos, das mulheres etc. referia-se a uma outra ordem de demanda, relativa aos direitos

<sup>265</sup> GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997. p.282.

<sup>266</sup> Idem. p. 280-284.

sociais modernos, que apelavam para a igualdade e a liberdade, em termos das relações de raça, gênero e sexo."<sup>267</sup>

A categoria autonomia, prossegue Maria Gohn, que foi nos anos 70 o elemento essencial dos movimentos sociais,

passou a ser um tanto problemática, pois a partir de 1982, com as mudanças no cenário político, os movimentos foram convidados a participar de mesas, câmaras e conselhos de negociações. Num primeiro momento, autonomia redefiniu-se em termos de autodeterminação. O aprofundamento do processo de transição democrática, com a ascensão de líderes de oposição, de vários matizes, a cargos no parlamento e na administração de postos governamentais, levou progressivamente ao desaparecimento a questão da autonomia dos discursos dos movimentos e das análises dos pesquisadores. O estado, nessa conjuntura, não era simplesmente o adversário dos movimentos mas seu principal interlocutor.<sup>268</sup>

Maria Paoli entende que o movimento das mulheres representa importante referência na superação dos dilemas entre autonomia e institucionalização política, pois, sem perder a capacidade crítica, tais movimentos ocupavam e incorporavam os espaços oficiais de participação à racionalidade de afazer político do movimento, o que para a autora se fez indispensável para evitar o isolamento da ação coletiva, bem como para evitar "a cristalização institucional de sua atuação".<sup>269</sup>

As alterações no cenário político, iniciadas nos primeiros anos da década de 80 e consagradas pela Constituição de 1988, redefiniram a orientação sobre a atuação dos movimentos sociais em relação à democracia. A nova constituição legalizou reivindicações que sempre estiveram na pauta de luta dos movimentos, oficializando o reconhecimento da participação coletiva e rompendo com a cultura política autoritária dos períodos anteriores. Com o novo contexto político, os movimentos sociais mostraram uma limitada capacidade de articulação política. A sociedade organizada, adverte Maria Gohn,

perdeu seu potencial exclusivamente contestador para ganhar um caráter legalista, ordenador e participante das novas regras estabelecidas para o convívio social. O liberalismo volta à cena através da reivindicação dos direitos de cidadania, não mais a cidadania individual, mas a cidadania coletiva, dos grupos organizados. Entramos numa nova era de fazer a política. Uma política

<sup>267</sup> Idem. p. 283.

<sup>268</sup> Idem. p. 289.

<sup>269</sup> PAOLI, Maria Célia. *Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político*. p. 39.



para as massas que passa pela manifestação e expressão destas através das organizações e movimentos. O Poder Legislativo se reabilita enquanto espaço de construção dos novos direitos. O judiciário passa a ser uma instância regularizadora das relações sociais, esperança entre aqueles que buscam e lutam pela diminuição das desigualdades e injustiças sociais.<sup>270</sup>

Observa-se, portanto, uma alteração em relação aos atores que interagem com os movimentos sociais. Se na década de 70 era a sociedade civil quem dava sustentáculo para tais movimentos, sobretudo a igreja católica, aproximado o final da década de 80 os movimentos começam a encontrar apoio na estrutura da sociedade política, fator importante para descaracterizar o Estado como "'inimigo aparente' dos movimentos populares".<sup>271</sup> Enquanto a década de 70 e início da 80 do século passado foram marcadas pela capacidade inovadora dos movimentos sociais descobrirem espaços de participação à revelia do Estado, o final dos anos 80 e sobretudo os anos 90 redefiniram novamente o cenário das lutas sociais no Brasil, culminando na rediscussão dos propósitos, das limitações e feições das ações coletivas desenvolvidas nesse contexto de transformações.

Segundo Scherer-Warren, a partir da metade dos anos 80 as organizações da sociedade civil começaram a atuar em forma de "redes mais amplas de pressão e resistência".<sup>272</sup> Em vez do isolamento das organizações coletivas em torno de seus próprios interesses, a ação coletiva redefiniu-se pela interação entre os diversos atores e movimentos sociais e culturais, com expectativas transnacionais e de acentuado pluralismo organizacional e ideológico. As redes de movimentos sociais se formam pela relação solidária entre os diversos movimentos, situando o discurso na valorização da alteridade e na reciprocidade das trocas. O paradigma das redes sustenta-se na construção de um projeto a partir da diversidade cultural, de uma alternativa comum a partir da diferença dos movimentos. No Brasil, prossegue Scherer-Warren, o movimento sindical, os partidos políticos, especialmente o PT, e as ONGS, são os agentes políticos que têm contribuído para aproximar as organizações em torno de um projeto amplo.

O fortalecimento de redes e estruturas nacionais de movimentos sociais coordenadas pelas ONGS e o aparecimento de movimentos internacionais são apontados por Maria Gohn como duas novidades no cenário das ações coletivas dos anos 90. É de

<sup>270</sup> GOHN, Maria. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991. p.15.

<sup>271</sup> Idem. p.15.

<sup>272</sup> SCHERER-WAREN. *Redes de Movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1993. p. 116.

ressaltar que as questões ligadas às necessidades pessoais básicas do indivíduo aumentaram seu destaque. Por outro lado, as políticas de parceria implementadas pelo poder público estabeleceram canais de negociação oficiais, ambientes propícios para estruturar movimentos sociais identificados com o programa estatal.<sup>273</sup>

Com a transição democrática, a legitimidade do Estado parece se bastar nos mecanismos tradicionais de participação e controle político, de modo que os movimentos sociais precisaram redefinir sua atuação para poderem participar das políticas públicas, o que os impulsiona para a criação de uma forma democrática pública não-estatal. A previsão constitucional de participação da população em conselhos e colegiados para atender a um conjunto de políticas específicas, também alterou o cenário das ações sociais dos anos 90, especialmente por se tratar de uma demanda presente na maioria dos movimentos da década de 80. A relação do Estado com a sociedade civil adquire uma nova racionalidade a partir dos anos 90. Os espaços de negociação foram institucionalizados e o poder público aparece como parceiro e financiador de demandas sociais. Para Gohn,

os movimentos sociais criaram, anos 80, um paradigma de ação social, conferindo legitimidade a si próprios enquanto portadores de direitos legítimos e deslegitimando as políticas que os ignoram, mas não conseguiram manter estas posições nos anos 90 diante da voracidade das políticas neoliberais. Outros atores surgiram na arena pública, como as ONGs. Com as mudanças, as bases dos movimentos refluíram e se vive uma grande contradição: a de ter uma sociedade política construída a duras penas pelos movimentos e lutas sociais, com ganhos expressivos para a redemocratização do país, e a inércia desmobilizadora, alimentada por dois elementos : de uma lado, o formato das novas ações coletivas, que, assim como o sistema produtivo moderno, priorizam poucos e bem capacitados militantes, (...) ; por outro lado, a conjuntura política do país, de incertezas, medo da violência exacerbada e descrença na força de alguns valores, como o da participação.<sup>274</sup>

Ressalte-se, porém, que a crise de mobilização dos anos 90 não pode ser compreendida como uma crise geral dos novos movimentos sociais brasileiros. O que se

<sup>273</sup> GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. Op. cit., p. 310-311. Como exemplos desses movimentos a autora refere-se a Força Sindical, que apoia as reformas constitucionais, e a rede de movimentos em torno do programa Comunidade Solidária.

<sup>274</sup> GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. p. 318.

alterou foi o paradigma da cultura política, que inclui novos ingredientes, novas formas de mobilização, desafiando a capacidade de articulação política da ação coletiva. Alguns movimentos sociais, como o MST (Movimento dos trabalhadores rurais sem terra) por exemplo, transformaram-se e alcançaram maior importância nesse período. A institucionalização de espaços de participação pública desafiou a permanência de um paradigma de ação coletiva, alterando as relações da sociedade civil com o poder público.

O Estado absorveu burocraticamente o processo democrático e demonstrou-se ineficiente para gerir a representatividade do povo. As crises, sobretudo decorrentes da globalização, têm afetado a capacidade administrativa, a soberania, a identidade coletiva e a legitimidade democrática do Estado nacional. Dessa forma, a "autodeterminação democrática" permanece distante enquanto não estabelecida uma cultura política de participação popular que reconheça as ações populares como a expressão das necessidades públicas, que incorpore os conceitos e valores construídos na heterogeneidade das lutas populares. Os movimentos sociais contemporâneos representam, nessa expectativa, uma experiência bastante profícua, pois sustentam sua prática na formação coletiva das orientações políticas, respondendo às lacunas estatais definidoras das necessidades públicas.

Apresentados a desobediência civil e os novos movimentos sociais, cumpre-se, no capítulo final, demonstrar que ambas as categorias são referências importantes para efetivação de um paradigma democrático de participação política e de construção do direito.

## CAPÍTULO 4

### DESOBEDIÊNCIA CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS

#### 4.1 Movimentos sociais, direito e Estado

O Estado liberal-burguês orientou a constituição das relações sociais a partir da vontade livre dos indivíduos, situando o direito como instrumento capaz de ordenar os espaços nos quais os indivíduos devem conquistar livremente sua sobrevivência. A racionalidade jurídico-política moderna constitui o espaço político a partir da abstração da igualdade substancial dos seres humanos "pelo reconhecimento apenas da igualdade jurídica ou formal de seus membros", ou seja,

a lógica da sociedade moderna na sua totalidade sistemática realiza-se à medida que ocorre, na esfera do Direito liberal a exclusão do elemento material, da mesma forma que a substância humana é obrigatoriamente excluída do cálculo econômico e por fim, a "presença" dos representados é excluída do sistema político. A unidade política, portanto, só consegue manter-se enquanto tal, afastando os membros da comunidade da participação direta nas questões cruciais de interesse geral.<sup>275</sup>

No Estado liberal-burguês a relação dos indivíduos com o poder político se restringe ao respeito das instituições jurídicas, bastando ao Estado, por sua vez, garantir o exercício dos interesses individuais sem imiscuir-se na questão material sobre a qual se opera a vontade livre dos cidadãos. Nesse contexto a ação política enquanto instância autônoma de decisão da comunidade é esvaziada, pois, ao mesmo tempo que reconhece

---

<sup>275</sup> VIEIRA, Luiz Vicente. Os movimentos sociais no contexto do Estado liberal moderno. In: *Revista Sociedade em Debate*, Pelotas: Educat/UCPEL, v. 6, n. 1, p. 47, abr./2000.

social, política e ideologicamente os indivíduos, demonstra-se incapaz de intervir no núcleo material da sociedade civil representado pelas relações econômicas. A legitimidade do Estado moderno liga-se tão-somente à coerência lógico-formal do processo legislativo e das instituições de direito. A monopolização por parte do Estado dos espaços de reivindicação e dos interesses da comunidade provoca um distanciamento da ação política formal das tensões reais da sociedade civil, desmascarando as promessas jurídico-políticas da modernidade.

A compreensão da legitimidade em torno do caráter exclusivamente formal proposto pelo paradigma moderno impede o reconhecimento da dimensão social e valorativa da comunidade política e a da importância da formação de instrumentos alternativos de participação popular que radicalizem a perspectiva de uma democracia substancial para resgatar o sentido do político. As instituições político-jurídicas da modernidade demonstram-se incapazes de "canalizar" e "processar" as inúmeras demandas da sociedade de massa. A representação política constituiu-se numa instância precária para responder satisfatoriamente diante da complexidade de conflitos e reivindicações presentes na sociedade civil, o que inviabiliza sua capacidade de legitimar o exercício do poder político. Como assinala Wolkmer,

as ações mediatizadas por 'vontades coletivas', ao transcenderem os mecanismos de representação política, alargam o espaço de interação pública, definem novas fontes de legitimidade, politizam progressivamente a vida social e imprimem novas formas de relações e de organização social que independem dos padrões ritualizados da "institucionalização" convencional. Na medida em que a representação expressa gradativamente um artificialismo *mis-enscène* desvirtuado e deslegitimado, embasado na manipulação perversa e na alienação das maiorias silenciosas, obviamente que as estratégias que permitem a construção das vontades coletivas participativas não incidem nos procedimentos tradicionais de 'institucionalização'.<sup>276</sup>

Diferentemente da perspectiva liberal-burguesa, os movimentos sociais inauguram uma dinâmica política capaz de atualizar as demandas sociais junto ao Estado, traduzindo as diferentes expectativas, lutas e discursos da sociedade civil. Os movimentos sociais podem ajudar no resgate do agir associativo, valorizando a dimensão coletiva das decisões, descentralizando e aumentando a participação democrática centrada no indivíduo concreto,

<sup>276</sup> WOLKMER, Antônio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. Op. cit., p. 128.

histórico. Wolkmer refere que os novos movimentos sociais representam um "paradigma alternativo de cultura política na medida em que rompem com antigas formas de organização e representação da sociedade (classes sociais, partidos e sindicatos)".<sup>277</sup> Para esse autor, os novos movimentos sociais apresentam-se como novos sujeitos coletivos de juridicidade, eis que são portadores de uma nova cidadania, "apta a lutar e fazer valer direitos já conquistados". Constituem-se, ainda, como sujeitos de uma "nova fonte de legitimação jurídica,"<sup>278</sup> pois redirecionam a prática tradicional do debate para uma esfera mais ampla e mais próxima das bases sociais.

Os movimentos sociais refletem mais do que reações às privações materiais, pois vislumbram o potencial político que pode ser construído a partir da criação pela sociedade civil de espaços públicos de discussão que aumentam a capacidade de controle do poder institucionalizado. Sua importância é cada vez maior nas sociedades democráticas que sofrem com a crise da representatividade sem, no entanto, promoverem a criação de novas esferas públicas de participação. Essa crise é ainda mais grave nos países periféricos, marcados por uma cultura política autoritária-patrimonialista responsável por intervenções agressivas à formação de uma cidadania pela participação popular, pois as demandas populares que deveriam pautar a representação encontra-se desajustada com a atividade estatal intervencionista.<sup>279</sup>

Fabiana Soares refere que é a crise do Estado e a busca de identidade por parte da sociedade civil que faz nascer os movimentos sociais, os quais surgem da tensão entre o público e o privado. Os movimentos sociais constituem-se "meio de expressão das necessidades públicas", pois através da participação "permitem uma maior aproximação do Estado com sua própria finalidade, ou seja, garante um mínimo de bem-estar social; contrabalança o tecnocratismo das estratégias políticas, através da definição das necessidades públicas, pela comunidade".<sup>280</sup>

<sup>277</sup> Idem. p.119.

<sup>278</sup> WOLKMER, Antônio Carlos. Movimentos sociais: nova fonte de juridicidade. In: *Revista de direito em Debate*, Ijuí-RS: Unijui, n. 7, p. 49, jan./jun.1996.

<sup>279</sup> WOLKMER, Antônio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. Op. cit., p. 127.

<sup>280</sup> SOARES, Fabiana de Menezes. *Direito administrativo de participação*. Belo Horizonte: Del Rey, 1997. p.135.

A atuação dos movimentos sociais "mais diretamente no seio da sociedade civil, representa a possibilidade de fortalecimento desta em relação ao aparelho do Estado e perante a forma tradicional do agir político por meio dos partidos."<sup>281</sup> A alternativa dos movimentos sociais para a crise de legitimidade das instituições jurídico-políticas modernas proporciona um deslocamento do discurso político do individual formal para o individual e coletivo concretos. Se a perspectiva liberal reduz o espaço da palavra, da construção e de percepção da moralidade pública ao patamar apenas legal-formal do indivíduo, o que influencia sua relação com o Estado, os movimentos sociais, por sua vez, resgatam o local do discurso compartilhado, permitindo a formação de conceitos coletivos a partir de uma relação horizontal que possibilita a constituição de uma identidade e de objetivos comuns dentro da diversidade da sociedade civil.

Com os movimentos sociais o sujeito de direito abstrato e individual do paradigma moderno cede lugar a um sujeito-social e coletivo responsável pelo exercício da cidadania ativa, que é expressada na formulação de novos espaços públicos a partir dos quais se enunciam novos direitos e se afirma um sujeito coletivo de direito.<sup>282</sup> Segundo Wolkmer, os movimentos sociais contribuem para a superação do paradigma hegemônico de legalidade estatal ao apontarem para uma forma "pluralista de se fazer e de se pensar o jurídico", pois

a partir de interesses cotidianos concretos e necessidades sociais históricas, internalizadas por sujeitos humanos que têm consciência, percepção, sentimento, desejo e frustrações, emerge uma nova concepção de juridicidade que não se identifica com os direitos estatais consagrados nos códigos e na legislação dogmática. Impõem-se, assim, não mais um direito desatualizado, estático, ritualizado e equidistante das aspirações da coletividade, mas 'direitos' vivos referentes à subsistência, à saúde, à moradia, à educação, ao trabalho, à segurança, à dignidade da pessoa humana etc. (...) É inegável a presença e a interferência dos movimentos sociais para dar eficácia a uma nova legalidade, uma legalidade autêntica e autônoma capaz não só de redefinir democraticamente as regras institucionais da convivência, mas também de influenciar, reordenar e alterar os critérios que fundamentam o Direito Estatal moderno.<sup>283</sup>

<sup>281</sup> SCHERER-WAREN. *Redes de movimentos sociais*. Op. cit., p. 53.

<sup>282</sup> SOUZA JUNIOR, José Geraldo. Movimentos sociais - emergência de novos sujeitos: o sujeito coletivo de direito. In: ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de (org.). *Lições de direito alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1992. p. 140.

<sup>283</sup> WOLKMER, Antônio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. Op. cit., p. 143.

Os movimentos sociais, prossegue Wolkmer, inserem valores libertários que reordenam os conceitos clássicos de direito e justiça. O direito é tomado pelas ações coletivas como um processo dialético de lutas e de conquistas populares, bem diferente da concepção estatal moderna de direito "abstrato e aleatório, pré-determinado por órgão burocratizado e equidistante da realidade imediata e vivida."<sup>284</sup> Os movimentos sociais estimulam a participação política e reconhecem a potencialidade histórica de cada sujeito na construção de sua emancipação. São marcados, também, pela capacidade de lutar pela satisfação das "necessidades humanas fundamentais", implementando, desta forma, novos padrões de juridicidade, os quais passam a abarcar as prioridades de sobrevivência. O jurídico transcende a sua clássica construção formal e exclusivamente estatal e passa a valorizar as experiências do cotidiano dos movimentos sociais como critérios para produção do direito, incorporando, por conseguinte, novos parâmetros de legitimidade.<sup>285</sup>

Os movimentos sociais constroem espaços normativos capazes de promover o "deslocamento geométrico da soberania"<sup>286</sup>, pois retiram do Estado sua exclusividade para revelar o direito. A participação coletiva permite construir referenciais de legalidade e de legitimidade além dos limites formais, evidenciando para os sujeitos da ação coletiva um direito historicamente construído que, por sua vez, apresenta-se mais próximo das demandas sociais. A participação estimula o comprometimento com o conjunto de decisões adotadas pelo grupo, bem como situa o local de atuação concreta na tomada de decisões. Nesse sentido, os movimentos sociais alargam o espaço público ao concederem reais espaços de "fala", os quais são imprescindíveis para o exercício efetivo da democracia, mas que, no entanto, transcendem o paradigma de passividade política moderna.

Liszt Vieira destaca que os atores da sociedade civil organizados em movimentos sociais desempenham uma função pública ao absorverem a "ação comunicativa" presente no "mundo da vida" e a introduzirem na esfera pública. Tais movimentos clamam pela autonomia política e pela democratização da sociedade, o que não significa que possam desprezar a importância dos espaços políticos institucionais. Nesse sentido Liszt Vieira apregoa a "necessidade de uma política dual: os movimentos sociais devem atuar no plano institucional e extra-institucional, apoiados ao mesmo tempo nas organizações da sociedade

<sup>284</sup> Idem. p. 302.

<sup>285</sup> Idem. p. 303.

<sup>286</sup> COELHO, Luiz Fernando. *Teoria crítica do direito*. Op. cit., p. 291.



civil e em outros atores, como os partidos e sindicatos."<sup>287</sup> Numa orientação claramente habermasiana, Liszt defende a existência de um espaço público não-estatal, situado entre o Estado e o mercado, como condição necessária para o desenvolvimento da democracia contemporânea. Nesse espaço público não-estatal os movimentos sociais, privados na origem mas públicos na finalidade, promovem a articulação entre "a esfera pública e âmbito privado como forma de representação, buscando alternativas de desenvolvimento democrático para a sociedade."<sup>288</sup>

A sociedade civil apresenta-se como espaço de luta, ambiente a ser construído, um "meio e fim da democracia", uma alternativa para a insuficiência das instituições estatais e do mercado em articular e ampliar a esfera pública. Em síntese, os movimentos da sociedade civil,

de caráter não-governamental, não-mercantil, não-corporativo e não-partidário, podem assumir um papel estratégico quando se transformam em sujeitos políticos autônomos e levantam a bandeira da ética, da cidadania, da democracia e da busca de um novo padrão de desenvolvimento que não produza a exclusão social e a degradação ambiental.<sup>289</sup>

A sociedade civil cada vez mais complexa produz novos padrões de conflitividade que se encontram esquecidos pelos mecanismos oficiais.

Os discursos produzidos na sociedade civil conseguem penetrar no contexto das instituições modernas e atualizar as suas pautas políticas. A sociedade civil constrói o debate político em vários espaços da sociedade civil e em torno de questões também variadas, isto é, muitos discursos estão sendo produzidos no contexto social sem que os canais oficiais de agregação social e intermediação de conflitividade consigam acompanhá-los. Nesse contexto, os movimentos sociais aparecem como uma alternativa para a crise da representação política porque fomentam a criação de espaços reais de participação coletiva e a atualização das demandas sociais junto às esferas políticas institucionais. Da mesma forma, contribuem para o desencadeamento na sociedade civil de discussões em torno de problemas de relevância pública. Não significa, com isso, que estão sendo negadas as conquistas do paradigma de representação política, mas tão-somente de que são necessárias

<sup>287</sup> VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998. p. 61.

<sup>288</sup> Idem. p. 65.

<sup>289</sup> Idem. p. 66.

novas formas de participação política que consigam representar de maneira efetiva as demandas sociais e deste modo legitimar as decisões políticas. Nesse sentido, Wolkmer refere que

de todos os novos canais que rompem com o monopólio dos partidos políticos e que desafiam as formas institucionais de acesso ao Estado, são os novos movimentos sociais, os agentes mais eficazes para a afirmação da cidadania coletiva e para a sedimentação de um pluralismo comunitário de base participativa. Esta dinâmica interativa que passa a fluir de vias inovadoras, instaura condições para edificar uma nova legitimidade, sedimentada mais autenticamente na eficácia material de "vontades comunitárias".<sup>290</sup>

O paradigma de afazer político dos movimentos sociais revela-se inovador em relação à cultura política institucional porque enaltece a participação do indivíduo enquanto sujeito responsável pela construção de sua própria história. Os movimentos sociais negam a redução da política ao processo institucional, bem como negam o reducionismo do cidadão à sua dimensão formal. Pelo contrário, reconhecem o universo político além dos limites oficiais como espaço real de atuação, de lutas e de conquistas, e, da mesma forma, depositam na capacidade política do cidadão enquanto sujeito histórico a construção de um modelo de democracia participativa.

#### **4.2 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a desobediência civil**

Com o objetivo de pontuar uma base teórica mínima capaz de identificar as potencialidades de ambas as categorias na construção de um paradigma verdadeiramente democrático de direito e de Estado, a desobediência civil e os movimentos sociais foram tratados, até o momento, de forma separada. Nessa investida, verificou-se que a desobediência civil representa uma forma legítima de reação às injustiças promovidas pelo regime democrático e que os movimentos sociais, por sua vez, desempenham a tarefa de

---

<sup>290</sup> WOLKMER, Antônio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. Op. cit., p.134.

construir espaços públicos não-oficiais que valorizam a participação coletiva, redefinindo, desse modo, os padrões modernos de direito e legitimidade.

Interessa agora unir as duas categorias e demonstrar a capacidade instrumental da desobediência civil e a potencialidade histórica do sujeito movimento social. Importa demonstrar a instrumentalidade da desobediência civil, sua utilização por sujeitos coletivos históricos que objetivam chamar a atenção da comunidade e das autoridades em relação à injustiça da lei e das práticas governamentais, criando, desse modo, espaços alternativos de debate em torno dos problemas objeto da contestação. Para evidenciar a historicidade da profícua complementaridade entre desobediência civil e movimentos sociais, opta-se pela análise da atuação do principal movimento social brasileiro da atualidade, o movimento dos trabalhadores rurais sem terra, mais conhecido como MST.

#### 4.2.1 Apontamentos sobre as raízes históricas e as características do MST

O problema da estrutura agrária no Brasil confunde-se com a própria história política do país, de modo que a luta no campo é uma realidade histórica que não foi inventada pelo MST, mas da qual ele é, sem dúvida, a continuidade.<sup>291</sup> As Ligas Camponesas<sup>292</sup>, criadas no Nordeste, e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTERS)<sup>293</sup> no Rio Grande do Sul, são experiências que representam essa luta histórica

<sup>291</sup> Canudos (BA), de Zumbi (AL), do Contestado (SC/PR) e das Ligas Camponesas são exemplos da trajetória de luta pela terra em nosso país.

<sup>292</sup> "Movimento camponês que teve seu início nos idos de 1954, fundado no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco. Teve entre seus fundadores José dos Prazeres e, durante, sua trajetória, projetou líderes como Francisco Julião, Clodomir de Moraes, João Teixeira e Elizabeth Teixeira. As Ligas Camponesas existiram até 1964, quando foram colocadas na ilegalidade e perseguidas. Funcionaram basicamente nos estados do Nordeste, com maior força em Pernambuco, Paraíba e Alagoas". Nota de rodapé n. 3 da obra de STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 16.

<sup>293</sup> "Movimento fundado no Rio Grande do Sul, em 1958, sob influência de líderes políticos do PTB, como Leonel Brizola, Paulo Schilling, Jair Calixto e João Sem-Terra. O movimento pressionava o governo estadual a realizar assentamentos. Funcionou de 1958 a 1964, quando foi colocado na ilegalidade e perseguido". Nota de rodapé n. 4 da obra de STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 17.

pela terra.<sup>294</sup>

Na visão de Stedile, líder nacional do movimento, vários fatores foram determinantes para a formação do MST. O primeiro e principal deles refere-se ao intenso processo de mecanização da lavoura brasileira na década de 70, responsável pelo êxodo rural de grandes contingentes populacionais, circunstância esta que foi agravada pelas promessas de benefícios do processo de industrialização. As práticas do governo, por sua vez, fiéis ao modelo político da segurança nacional, estimulava o deslocamento das massas populacionais para as fronteiras internacionais do Brasil. Dessa forma, relata Stedile,

os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas duas portas de saída - o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso obrigou-os a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST. Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para os seus problemas.<sup>295</sup>

Além do elemento socioeconômico, o caráter ideológico do trabalho realizado pela Pastoral da Igreja Católica pode ser apontado como outro fator importante para a reorganização das lutas camponesas e o nascimento do MST.<sup>296</sup> A Comissão Pastoral da Terra (CPT) desenvolveu, sob a orientação teórica da Teologia da Libertação, um trabalho de conscientização dos camponeses a respeito da importância da organização e da luta pela terra, bem como foi responsável por aglutinar, ao seu redor, o setor luterano, impedindo, por consequência, a pulverização da luta em vários movimentos sociais. O papel desenvolvido pela Pastoral da Terra foi fundamental para que o MST se constituísse em um movimento autônomo, que resultasse da própria organização dos trabalhadores, um movimento sem qualquer relação de dependência com a igreja ou com o sindicato.

<sup>294</sup> João Pedro Stedile relata que as ligas camponesas, ao contrário do MASTER, conseguiram se manterem mais independentes, "com base na bandeira da luta 'Reforma agrária, na lei ou na marra', e mais do que sindicatos, se constituíram como referência da luta pela reforma agrária", razão pela qual o MST pode ser considerado herdeiro e seguidor dessas ligas. Por outro lado, não há um fio condutor entre MST e MASTER, pois estava vinculado ao antigo PTB. Ver nesse sentido, STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.; WAGNER, Carlos. *A saga do João sem terra*. Petrópolis: Vozes, 1989.

<sup>295</sup> STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 17. Ver ainda, BOGO, Ademar. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial da Letras, 1999.

<sup>296</sup> Idem. p.19.

O terceiro fator destacado por Stedile refere-se ao processo de democratização do Estado brasileiro.<sup>297</sup> Segundo ele, o MST

só pôde se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país. A luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979, e à luta de democratização da sociedade.<sup>298</sup>

Para Stedile a gênese do movimento não se deu em algum estado específico da federação, mas em vários estados da região centro-sul. Maria Gonh, por sua vez, sustenta que o movimento nasceu em Santa Catarina no ano de 1979.<sup>299</sup> Segundo Stedile, o movimento considera "janeiro de 1984 a data de fundação do MST, quando se formalizou como um movimento nacional".<sup>300</sup> Nessa época, na cidade paranaense de Cascavel, foi realizado o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais sem Terra, momento em que 80 representantes de 13 estados brasileiros definiram os princípios, as formas de organização, a estrutura e a forma de luta do movimento.

Frise-se, por oportuno, que este I Encontro Nacional resultou de várias reuniões regionais preparatórias realizadas ainda na década de 80, e que objetivavam reunir todas as pessoas e instituições interessadas em construir um projeto comum de luta pela reforma agrária. No ano seguinte, em 1985, foi realizado o 1º Congresso Nacional, que contou com a participação de 1600 delegados, e que foi marcado pela decisão política de não apoiar a Nova República. Nesse período foram realizadas grandes ocupações em todo o Brasil,

---

<sup>297</sup> Idem. p.22.

<sup>298</sup> Idem. p.22.

<sup>299</sup> GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. Op. cit., p.304.

<sup>300</sup> Idem. p. 44. Nesse primeiro encontro, e mesmo nas discussões anteriores, de pessoas ligados à vários segmentos sociais, como sindicatos, igreja e partidos, cada um com sua experiência, gerou, no princípio, dúvidas a respeito de como deveria se estruturar esse movimento. Nesse sentido, o I encontro foi marcado pela decisão de construir um movimento de massas, um movimento não vinculado ao sindicato e a igreja. A respeito, ver também a entrevista de João Pedro Stedile na obra: ROSSIAUD, Jean.; SCHERER-WARREN, Ilse. *A democratização inacabável: as memórias do futuro*. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 119-120.

sobretudo em Santa Catarina, estado da federação que teve 18 fazendas ocupadas. Dessa forma, o MST mostrava, de uma vez por todas, a sua cara para o Brasil.<sup>301</sup>

O MST adotou, desde seu nascimento, características e princípios de orientação que o difere de outros movimentos históricos camponeses. Nesse sentido, a primeira característica refere-se à abertura do movimento para incluir militantes dos mais variados segmentos sociais, sejam lavradores ou não. Além disso, a participação única e exclusiva do homem, presente nas estruturas sindicais, é afastada pela participação da família camponesa como um todo, que passa a valorizar o potencial da criança e das mulheres. Uma segunda característica presente na atuação do MST é o elemento sindical, corporativo, caracterizado pela necessidade de atender às reivindicações econômicas que, a princípio, só interessam à categoria dos agricultores, como por exemplo a conquista do lote de terra e a luta por crédito para produzir. Fala-se, nesse sentido, em objetivos que estão atrelados à satisfação material dos militantes, mas que não representam a totalidade das expectativas do movimento.

A terceira característica presente no movimento assenta-se na concepção política de que é necessário compreender a luta pela terra como uma luta contra a classe dos latifundiários e contra o Estado burguês, o qual inviabiliza a democratização das relações sociais no campo e impede o desenvolvimento rural.<sup>302</sup> Em outras palavras, não basta lutar pela terra, mas sim por uma proposta política de atuação estatal. Ademar Bogo, por sua vez, refere que, diferentemente dos anos 80 em que a luta era travada contra os fazendeiros, a disputa fundamental que se apresenta a partir dos anos 90 é mais direcionada contra o Estado, pois se caracteriza por ser uma disputa de projetos políticos.<sup>303</sup>

Ademais, está presente desde o primeiro Encontro Nacional uma série de princípios fundamentais que devem orientar as ações do movimento. Para José Carlos Garcia, as Normas Gerais do MST apontam para a defesa dos seguintes princípios:

- a) que a terra só esteja nas mãos de quem trabalha; b) lutar por uma sociedade sem exploradores nem explorados; c) ser um movimento autônomo, dentro do movimento sindical, para conquistar a reforma agrária; d) organizar os

<sup>301</sup> STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Op. cit., p. 50-55. No mesmo sentido, PINTO, Alessandro Nepomoceno. A desobediência civil e o movimento dos Sem Terra (MST). In: VARELLA, Marcelo Dias (org). *Revoluções no campo jurídico*. Joinville: Oficina, 1998.

<sup>302</sup> STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Op. cit., p. 32-36.

<sup>303</sup> BOGO, Ademar. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial da Letras, 1999. p. 31.

trabalhadores rurais na base; e) estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político; f) dedicar-se a formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores; g) articular-se com os trabalhadores da cidade e com o camponeses da América Latina (Normas Gerais do MST, 1989, arts. 7 a 13).<sup>304</sup>

No que tange à organização do movimento, Stedile ressalta a existência de alguns princípios internos que moldam uma prática política diferente dos outros movimentos sociais. O primeiro princípio organizativo destaca que o comando do movimento deve-se organizar através de uma direção coletiva; o movimento é que deve ser a expressão maior da luta e nunca seus líderes. O segundo princípio presente na organização do MST refere que todos deverão participar das atividades do movimento, respeitando-se as capacidades individuais de cada membro. O terceiro, prossegue Stedile, exige disciplina dos seus integrantes para respeitar as regras construídas pelo movimento. O estudo, por sua vez, é apontado como um princípio indispensável para combater o voluntarismo. Por conta da importância do estudo o movimento revela uma preocupação permanente com a formação de quadros, sejam técnicos, políticos, organizadores ou de outras áreas.<sup>305</sup> Por fim, o MST defende que somente a luta de massas e a vinculação com a base permitirá avanços na luta pela reforma agrária.<sup>306</sup>

A atuação do MST impulsionou o debate sobre a reforma agrária, por que possui

a enorme vitalidade de um anseio de transformação das relações sociais locais, de mudança profunda no modo de vida, de ressocialização das gerações jovens marginalizadas por um sistema econômico iníquo e brutal. Ele tem sido o depositário desse sonho, da mística de uma esperança que passa pela reconciliação do homem com a terra, o mais belo símbolo de vida.<sup>307</sup>

<sup>304</sup> GARCIA, José Carlos. O MST entre a desobediência e a democracia. In: STROZAKE, Juvelino José (org.). *A questão agrária e a justiça*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. p. 162.

<sup>305</sup> No que se refere à prestação jurídica, o MST contribuiu para a criação de uma rede nacional de advogados populares, denominada RENAP. Esta rede de advogados, em que pese não estar diretamente vinculada ao movimento, é responsável pelo atendimento de grande parte dos processos em que o MST seja parte. A Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares é "uma articulação descentralizada, autônoma, organizada em nível nacional sem hierarquia entre seus participantes, não havendo distinção de raça, sexo, religião com o objetivo de prestar assessoria jurídica aos movimentos sociais que desenvolvem atividades, especialmente para os movimentos na luta pela reforma agrária, pela moradia e meio ambiente". Cf. *Cadernos RENAP*, n. 1, jul./2001. Publicação da RENAP em colaboração com a Associação Nacional de Cooperação Agrícola.

<sup>306</sup> STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Op. cit., p. 32-36.

<sup>307</sup> MARTINS, José de Souza. Entrevista presente em ROSSIAUD, Jean.; SCHERER-WARREN, Ilse. *A democratização inacabável: as memórias do futuro*. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 270-271.

Assim, apesar de distante dos resultados pretendidos pelo MST, a reforma agrária desenvolve-se no Brasil devido à mobilização desse movimento, o qual se torna importante referência da historicidade das lutas pela transformação social.

A realidade agrária brasileira reproduz quatro séculos de latifúndios<sup>308</sup> vastos, ricos e inexplorados que, acompanhados da ineficácia dos mecanismos institucionais, faz da luta do MST não uma luta circunstancial, mas uma verdadeira odisséia contra uma cultura de exploração que assola o Brasil. O fato de o MST apontar e desafiar, com significativo sucesso, a racionalidade absurda que impera nas relações agrárias brasileiras, evidencia sua capacidade de construir novos referenciais de participação política, bem como demonstra a necessidade do Estado reconhecer as demandas sociais para definir sua agenda política e garantir uma atuação que respalde a moralidade pública e, desse modo, seja legítima.

Importa destacar ainda que o MST consegue, diferentemente de outros movimentos, estabelecer espaços não-institucionais de discursividade em vários setores da sociedade civil. A notoriedade de suas manifestações, sobretudo das ocupações de prédios e de terras, obriga a sociedade civil a reconhecer e a refletir sobre o objeto reforma agrária, de modo que a atuação do MST transcende ao próprio movimento quando enfrenta as injustiças agrárias e as coloca para o debate público. Dessa forma, as manifestações do MST são objeto de debate na sociedade civil, o que, por sua vez, influencia na construção e avaliação dos conceitos relativos ao movimento. Dito de outra forma, poder-se-ia afirmar que o MST é um movimento social que publiciza o debate de seu objeto e, por conta disso, contribui para entender o espaço público enquanto construção histórica das tensões humanas.

#### **4.2.2 As ocupações como manifestação da desobediência civil**

Ao questionar o paradigma agrário brasileiro o MST provoca uma "tensão institucional" sobre as bases do poder rural e, de um modo geral, sobre a racionalidade das elites, as quais reagem de todas as formas para se manterem soberanas. A repressão estatal e a preocupação da imprensa em rotular negativamente o movimento dos sem-terra são

---

<sup>308</sup> Uma alusão ao livro de GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.



indicativos do desconforto que as ações de luta pela reforma agrária têm suscitado. Nesse sentido, as críticas mais correntes dirigidas ao MST referem-se ao caráter antidemocrático e ilegal das ocupações que realizam nas propriedades rurais, nos prédios públicos e nas ocupações de estradas.

Não resta dúvida de que a expressiva notoriedade que envolve a atuação do MST deve-se, especialmente, às ocupações de terras, de prédios públicos e aos bloqueios de estradas. No entanto, tais ações não podem ser analisadas em conformidade com uma perspectiva dogmática reducionista que enalteça a legalidade como a categoria capaz de estereotipar, *a priori*, condutas nocivas à comunidade. É preciso aprofundar os olhares para dimensão ético-política do direito e reconhecer na moralidade publicamente construída elementos para verificação da legitimidade do ordenamento jurídico. Na medida em que as cartas políticas contemplam conteúdos ético-políticos em seus textos, condicionam a imperatividade das normas e a obediência dos cidadãos ao cumprimento dessas variantes axiológicas.

Desse modo, importa reconhecer que as ocupações realizadas pelo MST, diferentemente de ilegalidades normais, apelam para os valores sociais geridos coletivamente e que estão presentes na Constituição para orientar as atividades do Estado. As ocupações representam estratégias para pressionar as autoridades públicas e alertar a comunidade a respeito do não cumprimento, por parte do Estado, dos princípios morais que dão legitimidade para as normas jurídicas. Por outro lado, a ocupação faz com que o olhar da sociedade volte-se para o movimento dos sem terra e proporcione um espaço de debate público que se faz importante para definir a posição da sociedade em relação às propostas do MST.

As ocupações escancaram o problema agrário, obrigando os setores da sociedade civil a se manifestarem favorável ou negativamente. A ocupação "é uma forma aglutinadora, não é um grito isolado," pois da mesma forma que força a sociedade civil a manifestar-se, é importante instrumento de ligação e união entre os membros do movimento. Para o MST, diante da ineficácia das leis e da intolerância dos governos, não existe outro caminho "a não ser pressionar com suas próprias forças para que se aplique a lei da reforma agrária".<sup>309</sup>

---

<sup>309</sup> STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Op. cit., p. 118. No mesmo sentido, BOGO, Ademar. *Lições da luta pela terra*. Op. cit., p.39.

O MST refere que o povo da terra jamais conseguiu avanços sem luta, sendo, portanto, inevitáveis as ocupações para que as demandas agrárias sejam reconhecidas. Num de seus documentos oficiais o movimento fala dessa luta que move o espírito das ocupações que realiza:

O povo da terra nunca conseguiu nada de graça. Precisou buscar cada conquista na marra. Corta a cerca para partilhar a terra que um dia foi acumulada. Enfrenta a mão armada do latifúndio e resiste à injustiça da lei. Brota da terra e marcha rumo à cidade para conquistar seus direitos. Ocupa ruas, praças, prédios, ... Vive a solidariedade ao partilhar seu sangue e sua produção. Carrega suas ferramentas com orgulho de trabalhador ao partir para o roçado e ao brandi-la ao sol como sinal de resistência. Sente a paixão ocupar o coração quando vê a dança da bandeira que aponta o caminho. Pela luta se reconhece Sem Terra. No movimento da mobilização de compreende movimento.<sup>310</sup>

A estratégia das ocupações visa pressionar o governo para que desenvolva uma política agrária que construa relações democráticas no meio rural. A ocupação questiona o caráter moral da propriedade da terra e levanta ponderações sobre a injustiça dos latifúndios especulativos. Não é a propriedade privada em geral que é objeto das críticas do MST, mas a injustiça que reside na distribuição irracional da terra e no descumprimento de sua função social preconizada constitucionalmente. É a injustiça de um modelo agrário que é atacada e que faz das ocupações um instrumento, talvez o único, à disposição do MST para chamar a atenção da comunidade e das autoridades.

A natureza contestatória das ocupações do MST visa publicizar o objeto de sua luta, sensibilizando a comunidade e pressionando as autoridades políticas para que promovam alterações na condução da reforma agrária. Não pretende, o MST, dismantlar o poder político e negar a ordem constitucional; pelo contrário, é objetivo das ocupações que as manifestações sociais sejam ouvidas e tenham suas reivindicações assimiladas pelo processo político. É a maneira que o MST encontrou de se fazer ouvir, de exercer sua parcela de soberania política e exigir do Estado o reconhecimento das vozes e dos cidadãos que contribuem para a formação de uma sociedade pluralista e participativa.

<sup>310</sup> Ver CADERNOS DO EDUCANDO. Para soletrar a liberdade. Nossos valores, n. 1, editado pelo MST, p. 11, jun./2000.

Desse modo, tomados os elementos constitutivos da desobediência civil, referidos no primeiro capítulo, é possível identificar as ocupações realizadas pelo MST como manifestações de desobediência civil. As ocupações, diferentemente dos demais atos ilegais, objetivam evidenciar, tornar públicas as injustiças agrárias no sentido de comover a população e promover alterações institucionais necessárias ao desenvolvimento de uma reforma agrária verdadeiramente democrática. Para Nelson Nery Costa "o Movimento dos Sem-Terra (MST), com sua tática de ocupação de terras produtivas, configura-se como o movimento de desobediência civil mais organizado do Brasil."<sup>311</sup>

A Constituição brasileira contempla dispositivos que orientam as autoridades para a realização da reforma agrária. Na medida em que o governo comete uma omissão constitucional por não realizar aquilo que lhe é devido, legitima reações contestatórias por parte dos segmentos sociais, os quais objetivam contestar a ilegalidade e a injustiça das ações institucionais, bem como alterar as políticas agrárias para que se amoldem às exigências constitucionais. Assim, segundo Suzana Figueiredo,<sup>312</sup> as ocupações de terras improdutivas não representam uma ameaça ao sistema político, mas mecanismo que suscita a reafirmação do Estado democrático de direito. As ocupações

realizadas como forma de pressionar o Estado a realizar políticas governamentais de implementação da Reforma Agrária, não podem ser vistas como mero descumprimento de um dever normativo penal, mas como uma maneira inovadora de estimular a realização de uma norma constitucional, consubstanciada nos princípios fundamentais da República do Brasil, nos direitos e deveres individuais e coletivos e na realização de um dos programas sociais - a reforma agrária -, independente de outras formas de constitucionalidade.(...) E por se caracterizarem como forma de regeneração do direito, ao contrário de fato típico que 'evita o olhar público', as ocupações de terras são a afirmação do ordenamento de um Estado que se obriga a promover políticas governamentais voltadas para a realização do bem comum.<sup>313</sup>

<sup>311</sup> COSTA, Nelson Nery. *Teoria e realidade da desobediência civil*. Op. cit., p. 86. No mesmo sentido, TAVARES, Geovani de Oliveira. O direito fundamental de resistência do Movimento dos Sem-Terra. In: GUERRA FILHO, Willis Santiago (Coord.). *Dos direitos humanos aos direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. p. 45-62.

<sup>312</sup> FIGUEIREDO, Suzana Angélica Paim. As ocupações de imóveis destinados à reforma agrária. Da desobediência civil e do estado de necessidade. In: STROZAKE José de (org.). *A questão agrária e a justiça*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. p. 456.

<sup>313</sup> Idem. p. 456-457. Ver também: BATISTA, Nilo. Ocupações do MST e propriedade. In: *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM)*, São Paulo, ano 8, n. 95, out./2000.

As ações do MST podem ser identificadas como questionadoras do descompasso entre o texto constitucional e a realidade agrária, como denunciadoras da inconstitucionalidade das políticas de reforma agrária. A Constituição, tomada como processo aberto de construção dos seus significados, necessita da participação pública para consolidar interpretações e manter atento um controle de defesa do texto constitucional. Por conta disso, as ocupações, enquanto afrontamento às medidas políticas inconstitucionais, podem ser compreendidas como mecanismo de teste de constitucionalidade e uma prática que estimula a defesa e o debate público em torno da Constituição.<sup>314</sup>

Confrontados os elementos constitutivos, verifica-se que as ocupações realizadas pelo MST podem ser consideradas como manifestações de desobediência civil.<sup>315</sup> No que se refere ao número de participantes, a ocupação se caracteriza como uma ação coletiva que envolve grande número de pessoas e que conta com a participação de todos os seus integrantes, sem excluir crianças, mulheres ou idosos, pois o ato de ocupar tem uma importância simbólica de responsabilizar e unir todos os integrantes em torno de uma referência identitária. A publicidade, outra característica da desobediência civil, está no cerne das manifestações do MST e representa a forma de demonstrar a clareza e a pertinência de suas intenções, bem como conquistar a atenção da sociedade. A ocupação, nesse sentido, aparece como um apelo ao público, aos princípios e convicções públicas.<sup>316</sup>

As ocupações caracterizam-se também por ser um ato político de um segmento social que não encontra respostas satisfatórias nos canais convencionais responsáveis pelas mudanças sociais. É um ato orientado e justificado por princípios políticos que "regulam a Constituição e as instituições sociais em geral".<sup>317</sup> Ademais, há que frisar que as ocupações

<sup>314</sup> Ver o item 2.3 do presente trabalho, que trata da justificação jurídica da desobediência civil. Verificar também, GARCIA, José Carlos. O MST entre a desobediência e a democracia. In: STROZAKE José de (org.). *A questão agrária e a justiça*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. p. 166-173. Dworkin refere, expressamente, que as ocupações do MST representam questionamentos sobre a constitucionalidade das normas ou das práticas dos órgãos governamentais. DWORKIN, Ronald. "Os sem-terra vistos de fora". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 mai. 1997. Caderno A, p.2.

<sup>315</sup> Ver o item 1.4 do presente trabalho.

<sup>316</sup> Ver: GARCIA, José Carlos. *O MST entre a desobediência e a democracia*. Op. cit., p. 168. Relata o autor que "sempre que as lideranças do MST definem uma nova onda de ocupações de terras, prédios públicos ou agências bancárias, há ampla divulgação de tais iniciativas, o que parece mesmo ser essencial para que funcione como elemento de pressão junto às autoridades. Não é nada usual que as lideranças procurem ocultar sua identidade ou permaneçam escondidas com vistas a dificultar ou viabilizar a atuação do poder judiciário".

<sup>317</sup> RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. Op. cit., p.405.

foram adotadas como estratégia de pressão face à inoperância das instituições responsáveis em realizarem uma política coerente de reforma agrária. A indiferença estatal com a reforma agrária fez das ocupações a única saída para colocar o problema na pauta política, para atualizar a demanda social agrária junto aos aparelhos institucionais.

Sendo manifestações da desobediência civil, as ocupações representam ações ilegais que não podem ser equiparadas às condutas dos delinquentes comuns. A ilegalidade das ocupações é legitimada pelo conjunto de valores sociais que atestam a ilegitimidade das mediadas estatais relativas à política de reforma agrária. Sob esse viés, as ocupações devem ser compreendidas como ações que visam denunciar o descaso dos governos e provocar alterações na política agrária. Assim, não se pode lançar sobre as ocupações a mesma racionalidade aplicada a qualquer ilegalidade, pois as ações dos sem-terra caracterizam uma excepcionalidade justificada e que provoca um debate que transcende a legalidade, situando-se no limiar da legalidade e da legitimidade do direito. Uma outra definição, a qual considera a desobediência civil um direito público reconhecido no Art. 5º. § 2º do texto constitucional, portanto uma ação legal, permite caracterizar as ocupações

como tática de resistência pacífica, cujo objetivo é a exigibilidade de direitos constitucionais, relacionados à realização da reforma agrária, como possibilidade efetiva da cidadania. Representa uma busca da concreção da democracia, que não pode se firmar num Estado que convive com a avassaladora exclusão dos seus cidadãos dos mais elementares direitos.<sup>318</sup>

No que se refere ao requisito da não-violência da desobediência civil, pode-se afirmar que as ações de ocupação do MST são realizadas de forma pública e ordeira, dispostas, no entanto, a reagirem às ações repressivas do Estado. A resistência dos acampamentos à ação violenta da polícia consiste num mecanismo de reafirmação de uma luta pela reforma agrária que não pode esmorecer e ceder facilmente às pressões. A violência das ocupações decorre das reações levadas a cabo pelo MST contra as intervenções repressivas do poder de polícia estatal, não se caracterizando como uma iniciativa estratégica do movimento dos sem-terra. Apesar do uso da força não ser recomendado, é coerente destacar que em determinadas situações de agressão aberta contra

<sup>318</sup> FIGUEIREDO, Suzana Angélica Paim. *As ocupações de imóveis destinados à reforma agrária. Da desobediência civil e do estado de necessidade*. Op. cit., p. 457.

desobedientes civis a resistência violenta apresenta-se como único meio para fortalecer o exercício das manifestações democráticas. José Garcia afirma que

a exigência de não violência para a caracterização dos Sem-Terra como desobedientes não deve ser entendida como sinônimo de vocação para o martírio, e sim como uma dupla exigência de outra ordem: que eles não tomem a iniciativa do confronto violento; e de que, quando agredidos, limitem sua eventual reação de forma proporcional e moderada (...).<sup>319</sup>

Na seara jurisdicional, algumas decisões, apesar de não pronunciarem expressamente a desobediência civil, têm corroborado o entendimento de que as ocupações promovidas pelos sem-terra não caracterizam ilegalidades "comuns", mas ações que possuem uma justificação ético-política e que se apresentam como pressão social para a concretização de um direito. Nesse sentido, é exemplar a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça que, ao proceder o julgamento de Habeas Corpus impetrado em favor de integrantes do MST, reconheceu que

movimento popular visando a implementar a reforma agrária não caracteriza crime contra o patrimônio. Configura direito coletivo, expressão da cidadania, visando a implantar programa constante da Constituição da República. A pressão popular é própria do Estado de Direito Democrático.<sup>320</sup>

Enfim, as ocupações revelam-se importante instrumento para enfrentar a injustiça das instituições jurídico-políticas modernas e para denunciar a crise de legitimidade que se abate sobre elas. Da mesma forma, potencializam um afazer político centrado no cidadão histórico, na democracia participativa e numa perspectiva que reconhece os princípios morais, éticos e políticos como imprescindíveis para a legitimidade do Estado democrático de direito. Trata-se, portanto, de uma luta histórica voltada para a construção e a efetivação dos direitos e das garantias constitucionais que devem pautar as relações sociais no Estado democrático de direito.

<sup>319</sup> GARCIA, José Carlos. *O MST entre a desobediência e a democracia*. p. 171. Ver, do mesmo autor: *O MST, ocupações e democracia*. In: *Juizes para a Democracia*, ano 5, n. 21, jul./set. 2000.

<sup>320</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus 5.574/SP (97.0010236-0).

#### 4.3 Desobediência civil e os novos movimentos sociais: a construção democrática do direito

A dimensão idealista do legalismo liberal, caracterizada pela invocação de uma racionalidade aparente para explicar a realidade e as convenções jurídico-políticas modernas, permitiu uma leitura acrítica do direito positivo e ocultou a vinculação do exercício do poder estatal com determinados interesses específicos e com a complexidade dos processos sociais alimentados além dos muros da burocracia estatal.

Dessa forma, a preponderância do ideal/racional sobre o histórico/real cultivou uma ocultação das origens sociais, culturais e econômicas das categorias racionalmente elaboradas, garantindo uma elucubração ideológica das relações sociais e depositando na legislação as esperanças do cidadão abstrato que acredita no governo do direito como superação do arbítrio dos homens.<sup>321</sup>

Esse paradigma tradicional elabora-se afastado dos conflitos históricos e sustenta-se na manifestação aparentemente racional, imparcial e neutra do poder estatal, o qual tem, por consequência, reduzida a discussão de sua legitimidade ao atendimento das regras jurídicas tais quais entendidas como força, unificada e racional, capaz de estabilizar as relações sociais. Nesse contexto, a promessa de liberdade para todos e a igualdade apenas perante a lei impõem que seja abstraída a dimensão substancial, material dos conflitos sociais, ensejando uma unidade política consubstanciada, tão-somente, na racionalização do afazer político nos marcos reconhecidos pelo Estado, ou seja, trata-se de reduzir as manifestações políticas, o espaço público às formas de participação legal-formal.<sup>322</sup>

Contra essa racionalidade politicamente precária e incapaz de responder satisfatoriamente às desigualdades sociais, a radicalização da democracia popular, caracterizada pela criação de novos espaços e modalidades de participação coletiva,

---

<sup>321</sup> FARIA, José Eduardo. *A crise constitucional e a restauração da legitimidade*. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1985. p.20.

<sup>322</sup> VIEIRA, Luiz Vicente. Os movimentos sociais no contexto do Estado liberal moderno. In: *Revista Sociedade em Debate*, Pelotas: Educat/UCPEL, v. 6, n. 1, p. 48, abr./ 2000. Wolkmer faz um interessante estudo sobre a origem, evolução e declínio da cultura jurídica estatal em seu clássico trabalho *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. p. 21-58.

representa uma reinvenção da política, uma virtude capaz de repolitizar a legitimidade.<sup>323</sup> Importa, nesse sentido, reconhecer a potencialidade histórica do cidadão na construção dos rumos da sociedade e cultivar a prática democrática como uma "invenção quotidiana" que se processa numa sociedade de indeterminações e incertezas permanentes e em torno de conflitos de todas as ordens. Segundo Hans-Georg Flickinger é no cenário marcado pela

oscilação entre a legalidade dos direitos de cidadania e as limitações intrínsecas ao campo de agir do Estado liberal de Direito, que se encontra o campo por excelência das investidas dos movimentos sociais, na sua função de 'agentes coletivos (...) agentes estes que perseguem o objetivo de encaminhar, impedir ou anular mudanças sociais mais de fundo, opondo-se a uma racionalidade do agir burocrático-legal, comprometida com a estabilidade e continuidade da ordem vigente'.<sup>324</sup>

Desmistificar a racionalidade aparente das categorias modernas significa desmascarar a legitimidade "fundada no simples consenso e nas noções abstratas de liberdade."<sup>325</sup> Luiz Fernando Coelho afirma, nesse sentido, "que a articulação entre legitimidade e liberdade é racional, mas ilusória, eis que a articulação autêntica deve ser entre legitimidade e alienação, entre legitimidade e consciência".<sup>326</sup> Nessa linha de raciocínio, a democracia capaz de estabelecer instituições legítimas é a democracia provocada pela luta, pela participação de sujeitos que reconhecem sua posição no processo político e que comprometam seu corpo com o mundo.<sup>327</sup>

Nesse cenário a potencialidade dos novos movimentos sociais está na criação de espaços não-tradicionais de afazer político que valorizam a democracia participativa e a historicidade do sujeito político. Ademais, politizam espaços sociais não alcançados pela racionalidade da democracia formal burguesa, o que permite desnudar os conflitos preteridos por essa mesma racionalidade. Ora, se a construção democrática do direito pressupõe, antes de mais nada, a construção democrática das demandas sociais, o não-

<sup>323</sup> BONAVIDES, Paulo. *Teoria constitucional da democracia participativa*. São Paulo: Malheiros, 2001. p. 33.

<sup>324</sup> FLICKINGER, Hans-Georg. O direito de cidadania - uma faca de dois gumes. In: *Revista VERITAS*, Porto Alegre: Edipucrs, p. 214, dez./1998. Edição Especial.

<sup>325</sup> COELHO, Luiz Fernando. *Teoria crítica do direito*. p. 402.

<sup>326</sup> Idem. p.402.

<sup>327</sup> WARAT, Luis Alberto. Democracia e direitos humanos. In: OLIVEIRA JÚNIOR, José Alcebiades de (org.). *O novo em direito e política*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. p. 127. Ver também: DOMINGUES, José Maurício. *Sociologia e modernidade. Para entender a sociedade contemporânea*. Civilização Brasileira. p. 105-113.



reconhecimento de determinados conflitos sociais por parte da comunidade política significa, ao contrário da inexistência dos mesmos, a precariedade das instituições em promover uma democracia real, de cidadãos históricos.

A atuação dos novos movimentos sociais, como já referido, viabiliza a produção de espaços coletivos de discursividade que contribuem para a superação da relação política individual-formal entre cidadão e Estado. A ação coletiva organizada constitui a sua identidade comunitária, seus conceitos comuns através da relação dialógica entre as subjetividades individuais. A prática política participativa alimenta uma cultura de reciprocidade e alteridade que responsabiliza a todos pela construção dos conceitos caracterizadores da comunidade. Os movimentos sociais, nesse sentido, possibilitam a construção coletiva das demandas sociais e a publicização dos conflitos sociais não inseridos na pauta da burocracia estatal.

A construção de um Estado democrático requer a organização dos cidadãos num espaço que reflita "uma autonomia conquistada pela luta e pela participação. É a sociedade civil organizada pela plena participação democrática e pelo autêntico exercício de cidadania popular".<sup>328</sup> Importa, portanto, valorizar as iniciativas históricas que, como os movimentos sociais, combatem a "pobreza política"<sup>329</sup> pela articulação de canais qualificados de participação política que estimulam a reconstrução de um espaço público.<sup>330</sup>

É necessário que a conflitividade social, denunciada pela ação coletiva, sirva de referencia para a composição das políticas públicas. No mesmo rumo, o direito precisa superar as amarras do idealismo legalista e assimilar os níveis simbólico e material produzidos na historicidade dos conflitos sociais para, dessa forma, desempenhar a sua tarefa em sintonia com os níveis de legitimidade requisitados pela comunidade. Os movimentos sociais devem ser compreendidos como categorias contidas no contexto da luta

<sup>328</sup> Cf. WOLKMER, Antônio Carlos *Elementos para uma crítica do Estado*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1990. p. 59.

<sup>329</sup> Essa expressão é uma referência à obra *Pobreza política*, de Pedro Demo. Segundo este autor, "não é exagero afirmar que o traço mais profundo da pobreza política de um povo seja a falta de organização da sociedade civil, sobretudo frente ao Estado e às oligarquias econômicas. Uma sociedade desorganizada não chega a constituir-se como povo consciente e capaz de conquistar espaço próprio de auto-sustentação na história; ao contrário, caracteriza-se como massa de manobra." DEMO, Pedro. *Pobreza política*. São Paulo: Autores Associados, 1996. p. 24.

<sup>330</sup> Verificar, nesse sentido, CORRÊA, Darcísio. *A construção da cidadania: reflexões histórico políticas*. Ijuí: Unijui, 1999. p. 221-232.

social que se caracteriza pelos avanços e retrocessos, resistência e tomadas reacionárias, uma dialética social que é responsável pela definição do direito.

A passividade da ação política do idealismo liberal não consegue dar conta de um direito como processo e inserido no processo histórico. Somente a ação coletiva consciente e organizada é capaz de influenciar no contexto das contradições sociais para fazer imperar novas conquistas, pois o direito se apresenta "como positividade da liberdade conscientizada e conquistada nas lutas sociais e formula os princípios supremos da justiça social que nelas se desvenda."<sup>331</sup> Assim, a participação coletiva permite construir referenciais de legalidade e de legitimidade a partir da atuação histórica dos sujeitos coletivos nas lutas sociais.

Como referenciais de democracia participativa, os novos movimentos sociais estimulam o comprometimento histórico e contribuem para a definição de espaços públicos autônomos indispensáveis à formação das identidades coletivas. Os movimentos sociais propiciam reais ambientes de "fala" e de interação das subjetividades que são imprescindíveis para a elaboração de uma cultura democrática participativa capaz de expressar as demandas públicas que devem servir de referência para as agendas institucionais. Segundo Wolkmer,

a construção de uma sociedade democrática alicerçada nas necessidades das identidades coletivas locais não só depende da participação integral de uma cidadania consciente e atuante, como ainda tem sua condição prévia nos marcos de descentralização político-administrativa e na redistribuição racional de recursos, competências e funções. (...) A implementação e o alargamento da sociedade democrática descentralizadora só se completa com a efetiva participação e controle por parte dos movimentos e grupos comunitários. Na medida em que a democracia burguesa forma e o sistema convencional de representação (partidos políticos) envelhecem e não conseguem absorver e canalizar as demandas sociais, criam-se as condições de participação para as novas identidades coletivas insurgentes. (...) Não se trata mais de sujeitos de uma "cidadania regulada", presos a formalidade do voto delegativo, mas de "sujeitos em relação", numa dinâmica de alteridade com o outro, com a comunidade e com o poder político, objetivando a solução de seus problemas, de suas carência e do reconhecimento de seus direitos.<sup>332</sup>

Elaborar um paradigma democrático de direito que volte os olhares para a riqueza das manifestações da sociedade civil exige transcender a racionalidade legal-positivista e

<sup>331</sup> LYRA FILHO, Roberto. *O que é direito*. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 88.

<sup>332</sup> WOLKMER, Antônio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. Op. cit., p.226-227.

aceitar que o direito se constrói no jogo das contradições sociais e que, por essa razão, as justificativas do Estado ultrapassam a fronteira de seu ordenamento jurídico e reconhecem os princípios morais, éticos e políticos elaborados publicamente no contexto das mesmas contradições como imprescindíveis a sua legitimidade.

Os movimentos sociais, além de sujeitos coletivos produtores de nova juridicidade, são importantes para manterem vivas as utopias e para transformarem vítimas e oprimidos em protagonistas de um processo constante de luta, contestação e fortalecimento. Segundo Boaventura de Sousa Santos, a ação coletiva deve reconhecer todas as lutas culturais como sendo uma única luta. É necessário que a sociedade encontre, como resposta à relativização do Estado e supervalorização do mercado, uma forma organizativa plural. É preciso, prossegue o autor,

encontrar um combate sem tréguas à ignorância e ao faccionalismo. Só na diversidade poderemos avançar para criar espaços públicos onde seja possível conviver com a outra noção de direito. Não os direitos abstratos que existem para mascar a desigualdade. Mas os direitos organizados e concebidos que desmascaram a desigualdade, as diferenças inferiorizadas. A democracia participativa é fundamental para se contrapor a uma democracia de baixa intensidade.<sup>333</sup>

Para Scherer-Warren as identidades coletiva e individual deverão ser construídas a partir do processo dialógico, de trocas e inter-relações subjetivas entre indivíduos e grupos. O encontro com o outro, a alteridade importa para a definição da identidade individual e do grupo, de modo que a participação na esfera pública constitui-se canal importante para a formação das identidades. Para ela, a construção da cidadania, em sua dimensão ética e política, "somente poderá ser concretizada na medida em que se associarem os princípios de responsabilidade e de solidariedade como os princípios de inclusão e interação social aberta a todos os tipos de minorias, de reconhecimento público das diversidades culturais e de legítima e igualitária possibilidade de participação de todos nas esferas públicas referentes que lhes dizem respeito."<sup>334</sup>

O papel da desobediência civil nesse contexto, como instrumento à disposição dos movimentos sociais, é demonstrar publicamente os conceitos e interpretações elaborados

<sup>333</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. *"No futuro seremos trans-escalares"*. p. 7-8.

<sup>334</sup> SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos em cena... E as teorias por onde andam?* Op. cit., p. 45.

coletivamente e o engajamento político em torno dos conflitos sociais que merecem uma atenção especial por parte da estrutura estatal. A desobediência civil representa uma estratégia de participação política fundamentada numa concepção coletiva de moralidade social e voltada para proteção dos postulados morais que devem orientar a ação institucional. Essa maneira não tradicional de participação coletiva representa para os movimentos sociais uma alternativa para manter viva capacidade de reação política mesmo contra as determinações institucionais.

A ação dos movimentos sociais está ligada a concretização de um paradigma que radicaliza a democracia participativa para retirar a soberania popular do idealismo e que fundamenta a legitimidade da atuação estatal na produção dialética, mas coletiva, das demandas sociais simbólicas e materiais. Nessa tarefa de construção da cidadania, a desobediência civil contribui para avaliação da ação estatal ao mesmo tempo que representa uma alternativa política à disposição dos sujeitos coletivos para publicizar a discussão a respeito de certas medidas institucionais que, por destoarem dos conteúdos normativos construídos publicamente, merecem uma reformulação. Assim, a desobediência civil pode representar para os movimentos sociais um instrumento decisivo para a "inclusão de temas relevantes nas agendas políticas quando os canais internos não o façam."<sup>335</sup>

A racionalidade participativa e democrática do referencial político sugerido pelos movimentos sociais não permite excluir nenhuma forma de mobilização da ação coletiva. Dessa forma, um modelo de democracia que exige comprometer o corpo com a prática política transformadora não se coaduna com a passividade, com a complacência e a inércia diante de situações políticas que negam a virtude criativa da sociedade civil. A construção dos espaços alternativos de participação passa também pela proteção das conquistas democráticas e pela defesa da auto-determinação das consciências individuais e coletivas. Nesse cenário, a desobediência civil contribui para sustentação das virtudes que orientam a prática e o conteúdo de um modelo de participação democrática; apresenta uma potencialidade de avaliação e atualização das instituições democráticas.

---

<sup>335</sup> GARCIA, José Carlos. *O MST entre a desobediência e a democracia*. p. 161.

Como destaca Boaventura de Souza Santos, não tem sentido falar em democratizar o Estado se, simultaneamente, não se democratizar os espaços não estatais.<sup>336</sup> Nesse desafio, os movimentos sociais enceram um agir político fundado no reconhecimento das demandas sociais publicamente constituídas e na valorização da democracia participativa. A desobediência civil, por sua vez, apresenta-se como estratégia, como instrumento alternativo de exercício da cidadania que visa chamar a atenção e gerar um debate na sociedade.<sup>337</sup> Enfim, as virtudes da desobediência civil e dos movimentos sociais permitem pensar a democracia participativa como um direito indispensável para repolitizar a legitimidade e para fazer do povo o titular efetivo da soberania.

---

<sup>336</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p. 68-69.

<sup>337</sup> ARAUJO, José Antonio Estévez. *La Constitución como proceso y la desobediencia civil*. p.137.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado moderno centralizou a ação política e minimizou a importância do cidadão no processo democrático. A racionalidade liberal-burguesa monopolizou os espaços de reivindicação, distanciando, por conta disso, a ação política formal das tensões reais da sociedade civil e reduzindo a compreensão da legitimidade à coerência lógico-formal do processo legislativo e das instituições de direito. Nesse contexto, a soberania popular transfigura-se em ícone que se sustenta no homem abstrato ao mesmo tempo em que nega a historicidade desse mesmo homem.

As insuficiências dos postulados liberais modernos em canalizar e processar as inúmeras demandas sociais impõem a formulação de um novo modelo de afazer político. Nesse cenário, os novos movimentos sociais e a desobediência civil aparecem como categorias que possibilitam uma prática democrática alternativa, centrada na produção de um discurso político a partir de demandas e falas concretas. Apresentam-se indispensáveis para a elaboração de um paradigma democrático de direito que volte os olhares para a riqueza das manifestações da sociedade civil e que admita ser fruto das contradições sociais.

Os novos movimentos sociais permitem a construção de uma discursividade fora dos limites institucionais que é fundamental para a definição de conceitos representativos das reais demandas sociais. Consubstanciam-se como uma alternativa para expressar as necessidades públicas e para construir espaços públicos de discussão que aumentem a capacidade de controle do poder institucionalizado. Ademais, se a perspectiva liberal de democracia reduz o espaço da palavra, da construção e da percepção da moralidade pública ao patamar legal-formal, os novos movimentos sociais, por sua vez, atuam no resgate de um discurso compartilhado que permite a formação dos conceitos coletivos a partir da

constituição de uma identidade e de objetivos comuns dentro da diversidade da comunidade política.

Destaque-se ainda que os novos movimentos sociais implementam novos padrões de juridicidade, pois retiram do Estado a exclusividade para revelar o direito. A ação coletiva consegue penetrar seu discurso no contexto das instituições oficiais e atualizar as pautas políticas. Assim, os movimentos sociais representam uma alternativa para a crise de representação política, pois ao mesmo tempo em que desenvolvem espaços não-estatais de participação democrática, são também importantes para expressarem as demandas públicas.

A desobediência civil também deve ser situada como instrumento alternativo capaz de promover um deslocamento da soberania. No momento em que a comunidade política promove um agir associativo em torno das condutas que desaprova, por considerá-las injustas, resgata a fonte formadora do que, por esse ângulo, deposita-se na ação conjunta de muitos. Desobedecer a uma lei injusta ou inconstitucional representa uma disposição para avaliar a validade das normas a partir dos conceitos coletivos que expressam os níveis de legitimidade publicamente construídos. Assim, colocar em dúvida a justiça ou a constitucionalidade de uma lei, pela desobediência civil, é incitar um debate, é publicizar a discussão em torno dos valores que devem estar presentes para a consideração desta constitucionalidade e desta justiça.

Nesse sentido, a desobediência civil contribui para manter vivas as incertezas que alimentam uma legitimidade sempre em construção. Ao contrário de acabar com o poder, a desobediência civil age como *locus* de resgate do agir comunitário na medida em que recorre aos princípios de justiça publicamente construídos, isto é, em sintonia com o interesse público. Não se apresenta, portanto, como mecanismo de ruptura, mas como instrumento alternativo do exercício da cidadania, constituindo-se em peça crucial para a participação e a conversação na sociedade democrática.

A desobediência civil potencializa uma forma de cidadania ativa que se justifica com maior razão no momento em que as instituições criadas pela modernidade se mostraram ineficazes para desempenhar um controle sobre o poder arbitrário e sobre as leis injustas. Enfim, a desobediência civil, enquanto ilegalidade legitimada, é mecanismo importante, mesmo que excepcional, para o fortalecimento dos instrumentos de defesa

contra o legalismo autoritário, do mesmo modo que indispensável para a construção da cidadania vista como um processo de tomada de decisões no espaço público.

A construção democrático do direito sugere transcender o paradigma positivista e admitir que as justificativas do Estado ultrapassam a fronteira de seu ordenamento jurídico e reconhecem os princípios morais, éticos e políticos como imprescindíveis à sua legitimidade. Nessa tarefa, a desobediência civil e os novos movimentos sociais são categorias importantes para construir relações democráticas indispensáveis para a regeneração e a reafirmação do Estado democrático de direito.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 37, jun./1998.

AMEZUA, Luis Carlos Amezua. Desobediencia al derecho y objeción de conciencia. *In: Estudios sobre el ordenamiento jurídico español*. Libro conmemorativo del X aniversário de la Facultad de Derecho. Burgos: Faculdade de Derecho de Burgos, 1996.

AQUINO, Santo Tomás de. *Escritos políticos de Santo Tomás de Aquino*. Trad. Francisco Benjamin de Souza Neto. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995. (Clássicos do pensamento político).

ARAUJO, José Antonio Estévez. *La Constitución como proceso y la desobediencia Civil*. Madrid: Trotta, 1994.

ARENDT, Hannah. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BATISTA, Nilo. Ocupações do MST e propriedade. *In: Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências criminais (IBCCRIM)*, São Paulo, ano 8, n. 95, out./2000.

BECKER, Laércio. Os petroleiros e a desobediência civil. *In: Revista de Estudos de Pesquisa e Estudos da Faculdade de Direito de Bauru*, São Paulo: Instituição Toledo de Ensino, n. 21, 1998.

BOBBIO, Norberto. *Locke e o Direito natural*. Trad. Sérgio Bath. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBIO, Norberto e BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*. Trad. Nelson Coutinho. 4. ed. São Paulo: Brasiliense 1996.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varrialle, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luiz Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

BOÉTIE, Etienne de La. *Discurso da servidão voluntária*. Trad. Laymert Garcia dos Santos, Coment. Claude Lefort, Pierre Clastres e Marilena Chauí. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BONAVIDES, Paulo. *Teoria constitucional da democracia participativa*. São Paulo: Malheiros, 2001.

BOGO, Ademar. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial da Letras, 1999.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus 5.574/SP (97.0010236-0).

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional*. Coimbra: Almedina, 1997.

CHÂTELET, François et alli. *História das idéias políticas*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

COELHO, Luiz Fernando. *Teoria crítica do direito*. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1991.

CORRÊA, Darcísio. *A construção da cidadania: reflexões histórico políticas*. Ijuí-RS: Unijuí, 1999.

COSTA, Nelson Nery. *Teoria e realidade da desobediência civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

CRUZ, Rafael de La. Os movimentos sociais: encontros e desencontros com a democracia. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DEMO, Pedro. *Pobreza política*. São Paulo: Autores Associados, 1996.

DINIZ, Maria Helena. *Conceito de norma jurídica como problema de essência*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

DWORKIN, Ronald. *Uma questão de princípio*. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Los derechos en serio*. Barcelona-Espanha : Ariel Derecho, 1999.

\_\_\_\_\_. "Os sem-terra vistos de fora". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 mai. 1997. Caderno A.

ESTEVES, Maria da Assunção Andrade. *A constitucionalização do direito de resistência*. Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa: Lisboa-Portugal, 1989.

FARIA, José Eduardo. *A crise constitucional e a restauração da legitimidade*. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1985.

\_\_\_\_\_. *Poder e legitimidade*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FIGUEIREDO, Suzana Angélica Paim. As ocupações de imóveis destinados à reforma agrária. Da desobediência civil e do estado de necessidade. In: STROZAKE, José (org.). *A questão agrária e a justiça*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

FLICKINGER, Hans-Georg. O direito de cidadania - uma faca de dois gumes. In: *Revista VERITAS*, Porto Alegre: Edipucrs, dez./1998. Edição Especial.

FREITAS, Juarez. *A substancial inconstitucionalidade da lei injusta*. Porto Alegre: EDIPUCRS; Petrópolis-RJ: Vozes, 1989.

GARCIA, José Carlos. O MST entre a desobediência e a democracia. In: *A questão agrária e a justiça*. STROZAKE, José (org.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

\_\_\_\_\_. O MST, ocupações e democracia. In: *Juizes para a democracia*, ano 5, n. 21, jul./set. 2000.

GARCL, Maria. *Desobediência civil: direito fundamental*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Tradução de Angela Ramalho Vianna e Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GUIMARÃES, Fábio Luis. O direito humano de desobediência civil e sua inserção no ordenamento jurídico brasileiro. In: *Revista da Faculdade de Direito UFMG*, Belo Horizonte, v. 36, n. 36, 1999.

HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica constitucional. A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e procedimental da Constituição*. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1997.

HABERMAS, Jürgen. *Ensayos políticos*. 2. ed. Barcelona: Península, 1994.

\_\_\_\_\_. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, v. II.

HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica constitucional. A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e procedimental da Constituição*. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1997.

JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1989.

JEFFERSON, Thomas. *Escritos políticos*. Trad. Leônidas Gontijo de Carvalho. In: *Os pensadores*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos; um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LOCKE, John. *Segundo tratado do governo civil. Ensaio sobre a origem, os limites e os fins do governo civil*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

LUCAS, Douglas Cesar. Direito de resistência e desobediência civil: história e justificativas. In: *Direito em Debate*, Ijuí-RS: Unijui, n. 13, jan./jul. 1999.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 11. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MST. CADERNOS DO EDUCANDO. Para soletrar a liberdade. Nossos valores, n. 1. Editado pelo MST, jun. 2000.

MÜLLER, Friedrich. *Quem é o povo? A questão fundamental da democracia*. Trad. Peter Naumann. São Paulo: Max Limonad, 1998.

NODARI, Paulo César. *A emergência do individualismo moderno no pensamento de John Locke*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. (Coleção Filosofia, 95).

PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela (org.). *Movimentos sociais e democracia no Brasil: "Sem a gente não tem jeito"*. São Paulo: Marca Zero, 1995.

PAUPÉRIO, Arthur Machado. *Teoria democrática da resistência*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

PINTO, Alessandro Nepomoceno. A desobediência civil e o Movimento dos Sem-Terra (MST). In: VARELLA, Marcelo Dias (org). *Revoluções no campo jurídico*. Joinville: Oficina, 1998.

PINTO, João Batista Moreira. *Direito e novos movimentos sociais*. São Paulo: Acadêmica, 1992.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. Trad. Almiro Pisetta e Lenita Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Justicia como equidad*. Madrid: Tecnos, 1999.

ROSSIAUD, Jean; SCHERER-WARREN, Ilse. *A democratização inacabável: as memórias do futuro*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. *"No futuro seremos trans-escalares"*. *Revista Sul*, Publicação da bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembléia do Estado do Rio Grande do Sul, n. 03, abr./ago. 2001.

\_\_\_\_\_. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós contratualismo. In: *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: UFSC, 1989.

\_\_\_\_\_. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). *Uma revolução no cotidiano?* São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. Movimentos em cena... E as teorias por onde andam? In: *Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo*. Lisboa-Portugal: Co-edição da Socius e Editora da UFSC, 2000.

\_\_\_\_\_. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

SEÑA, Jorge Francisco Malem. *Concepto e justificación de la desobediencia civil*. Barcelona-Espanha: Ariel Derecho, 1990.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 1994.

SILVA, Ana Amélia. Movimentos de moradia e políticas sociais: novas dimensões da interlocução pública. In: HELLMANN, Michaela. (org.). *Movimentos Sociais e democracia no Brasil: "Sem a gente não tem jeito"*. São Paulo: Marca Zero, 1995.

SINGER, Peter. *Ética prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SOUZA JUNIOR, José Geraldo. Movimentos sociais - emergência de novos sujeitos: o sujeito coletivo de direito. In: ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de (org.). *Lições de direito alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1992.

TAVARES, Geovani de Oliveira. O direito fundamental de resistência do Movimento dos Sem-Terra. In: GUERRA FILHO, Willis Santiago (Coord.). *Dos direitos humanos aos direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

TOINET, Marie-France. *El sistema político de los Estados Unidos*. Fondo de Cultura Económica: México, 1994

THOREAU, Henry David. *A desobediência civil*. Trad. Sérgio Karam. Porto Alegre: L & PM, 1999, 17 v.

TOURAINÉ, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis-RJ: 1999.

- \_\_\_\_\_. *Crítica da modernidade*. 6. ed. Trad. Elia Ferreira Edel. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O Pós-socialismo*. Trad. Sonia Goldfeder e Ramon Americo Vasques. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- \_\_\_\_\_. Os movimentos sociais. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Sousa (orgs.). *Sociologia e sociedade*. (Leituras de Introdução à Sociologia). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Como sair do liberalismo?* Trad. Maria Leonor Loureiro. Bauru-SP: EDUSC, 1999.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. 4. ed. Trad. Luiz Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- VIANA, Túlio Márcio. *Direito de resistência*. São Paulo: LTr, 1996.
- VIEIRA, Evaldo. *O que é desobediência civil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- VIEIRA, Luiz Vicente. Os movimentos sociais no contexto do Estado liberal moderno. In: Revista Sociedade em Debate, Pelotas: Educat/UCPEL, v. 6, n. 1, abr. 2000.
- VIGEVANI, Tullo. Movimentos sociais na transição brasileira: as dificuldades de abrangência propositiva e alternativa. In: *Crise política, movimentos sociais e cidadania*.
- VIOLA, E.J.; SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (orgs). Florianópolis- SC: UFSC, 1989.
- VIOLA, Eduardo e MAINWARING, Scott. Novos movimentos sociais - cultura política e democracia: Brasil e Argentina. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). *Uma revolução no cotidiano?* São Paulo: Brasiliense, 1987.
- WAGNER, Carlos. *A saga do João sem terra*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- KÄRNER, Hartmut. Movimentos sociais: revolução no cotidiano. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (org). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. Trad. João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- KROPOTKIN, Peter. A inutilidade das leis. In: *Os grandes escritos anarquistas*. São Paulo: L & PM, 1998.
- WALZER, Michael. *Das obrigações políticas. Ensaio sobre a desobediência, guerra e cidadania*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

WARAT, Luis Alberto. Democracia e direitos humanos. In: OLIVEIRA JÚNIOR, José Alcebiades de (org.) *O novo em direito e política*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

WOLKMER, Antônio Carlos. A construção democrática do direito: Estado, desobediência civil e ética. In: KATIE, Argüello. *Direito e democracia*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

\_\_\_\_\_. Desobediência civil nas sociedades democráticas. *Seqüência*, Florianópolis: UFSC, n. 20, jun./1990.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais: nova fonte de juridicidade. In: *Revista de Direito em Debate*, Ijuí-RS: Unijuí, n. 7., jan./jun. 1996.

\_\_\_\_\_. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. 2. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1997.

\_\_\_\_\_. *Elementos para uma crítica do Estado*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1990.